

# MEMÓRIAS PARA O FUTURO

comemorando o primeiro centenário da fundação da cidade de Chapecó

Miguel Pacheco e André Carrilho (Orgs.)

Aline **Bortoncello**  
Ana Carolina **Pas Dalmás**  
Ana Laura **Vianna Villela**  
André Luiz **Onghero**  
Arlene **Renk**  
Daniel **Loponte**  
Diego **Capandeguy**  
Flávio de Lemos **Carsalade**  
Gisele **Leite de Lima**  
Isadora **Zanella Zardo**  
Ivan Luís **Kirchner Eidt**  
Katiane **Laura Balzan**  
Lucas **Bravo Rosin**  
Maryon **Brotto Rosado**  
Mirian **Carbonera**  
Ricardo **Corrêa**  
Silvana **Winckler**  
Vanessa **Quintana**  
Vera Regina **Tângari**





Presidente  
Vincenzo Francesco Mastrogiacommo

Vice-Presidente  
Ivonei Barbiero



Reitoria

Reitor: Claudio Alcides Jacoski

Pró-Reitora de Graduação e Vice-Reitora: Silvana Muraro Wildner

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação: Andréa de Almeida Leite Marocco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues

Pró-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Vanessa da Silva Corralo

Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

---

M533 Memórias para o futuro: comemorando o primeiro centenário da fundação da cidade de Chapecó [recurso eletrônico] / Miguel Pacheco e Andre Carrilho (Orgs.). – Chapecó, SC: Argos, 2020.  
PDF – (Perspectivas; 42) –.

Inclui bibliografias  
ISBN: 978-65-88029-12-1

1. Arquitetura e Urbanismo - Memórias. 2. Planejamento urbano - Chapecó (SC). I. Pacheco, Miguel. II. Carrilho, Andre. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 720.981

---

Catálogo elaborado por Viviane Formighieri Müller CRB 14/1598  
Biblioteca Central da Unochapecó



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Servidão Anjo da Guarda, 295-D – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-900 – Caixa Postal 1141  
(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos

Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti Silveira

Conselho Editorial

Titulares: Clodoaldo Antônio de Sá (presidente), Cristian Bau Dal Magro (vice-presidente), Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Andréa de Almeida Leite Marocco, Cleunice Zanella, Hilario Junior dos Santos, Vanessa da Silva Corralo, Rodrigo Barichello, André Luiz Onghero, Circe Mara Marques, Gustavo Lopes Colpani, Odisséia Aparecida Paludo Fontana, Andrea Díaz Genis, José Mario Méndez Méndez, Suelen Carls.  
Suplentes: Maria Assunta Busato, Rodrigo Oliveira de Oliveira, Josiane Maria Muneron de Mello, Reginaldo Pereira, Idir Canzi, Márcia Luiza Pit Dal Magro.

# SU MÁ RIO

| clique no título para acessar o artigo |

## **Introdução**

Miguel Pacheco

Andre Carrilho

## **A cidade e o curso**

Katiane Laura Balzan

## **Um passado para o futuro de Chapecó: preservação e desenvolvimento**

Flávio Carsalade

## **Chapecó e a dinâmica de urbanização do oeste catarinense**

Ana Laura Vianna Villela

Vera Regina Tângari

Isadora Zanella Zardo

Maryon Brotto Rosado

Ana Carolina Pas Dalmás

## **El urbanismo como praxis contemporánea: ilusiones sobre lo común y lo extraordinario**

Diego Capandeguy

## **Dança de territórios e territorialidades – pensando o oeste**

Arlene Renk

Silvana Winckler

## **Chapecó dos próximos 100 anos: reflexões para avançar no cenário da mobilidade urbana**

Ricardo Correa da Silva

Lucas Bravo Rosin

## **Paisagens e antigos povoadores do Alto Rio Uruguai**

Mirian Carbonera

André Luiz Onghero

Gisele Leite de Lima

Ivan Luís Kirchner Eidt

Aline Bertoncello

Vanessa Quintana

Daniel Loponte

## **Sobre os autores**

## **Página de créditos**

# Introdução

---

Miguel Pacheco

Andre Carrilho

Este livro é uma iniciativa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó para comemoração do primeiro centenário da cidade de Chapecó. Buscando contribuir para o debate sobre o futuro da cidade, esta obra é equilibrada entre dois sentidos opostos, mas complementares: o futuro e as memórias (o passado).

A contribuição não pretende ser propositiva. Não se apresenta uma nova versão do plano diretor da cidade ou um plano de desenvolvimento da região do oeste catarinense. A intenção é colaborar antes dos planos. O debate foca o que deveríamos considerar no futuro da cidade. O objetivo é ampliar o horizonte do possível e da imaginação, em relação ao futuro de Chapecó. Esta busca pela ampliação foi estruturada em três eixos: identidade, infraestrutura e qualidade de vida.

Como santos de casa não fazem milagres, buscamos pessoas “de fora”, propositalmente.

Em busca de novos olhares, de locais diferentes, com perspectivas distintas. Assim, foram convidados Flávio Carsalade, da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Patrimônio), Diego Capandeguy, da Universidade da República do Uruguai (Montevideo/Urbanismo), e Ricardo Correa, da TcUrbes (São Paulo/Mobility Urbana), e para contribuir com o seu olhar. Todos estes autores foram convidados para palestras em Chapecó antes de escrever os artigos. Assim, todos os autores tiveram, propositalmente, um contato, por mais que efêmero, com a realidade local.

O professor Flávio Casarlade é arquiteto urbanista, ex-diretor da Escola de Arquitetura da UFMG e ex-presidente do IEPHA/MG. Desse percurso de décadas entre patrimônio e educação, o seu texto aborda a questão da construção da identidade, apontando sendas e possíveis perigos nesse processo.

O professor Diego Capandeguy divide a sua atividade entre a docência no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da República do Uruguai e prática profissional na área do Urbanismo, com obra no Uruguai e na Argentina. Simultaneamente, como um profundo conhecedor e entusiasta do urbanismo contemporâneo, apresenta uma síntese das tendências do urbanismo contemporâneo, faz repensar o atual momento do crescimento de Chapecó, ao apresentar um paralelismo inesperado da cidade dentro do contexto mundial.

Ricardo Correa é um dos sócios-fundadores da TcUrbes, uma empresa de planejamento urbano com um portfólio vasto na área de mobilidade urbana. A TcUrbes foi a responsável pela criação do plano para expansão de ciclovias em São Paulo, durante a administração Haddad. Consequentemente, apresenta uma contribuição que enfoca a mobilidade urbana em Chapecó.

Aos autores foi dada muita liberdade editorial na interpretação dos eixos identidade, infraestrutura e qualidade de vida, mas foi apresentada uma estrutura para os seus textos. A estrutura divide os textos em artigo, reflexão pedagógica e insinuação. Nos artigos, os autores apresentam uma reflexão/síntese sobre os temas da sua produção, com um caráter mais focado no campo de atuação específico de cada autor. A reflexão pedagógica parte dos artigos, fazendo a seguinte pergunta aos autores: o que é preciso que os alunos de Arquitetura e Urbanismo aprendam, hoje, para que possam ter as competências e habilidades necessárias para dominar as temáticas abordadas? Finalmente, foi pedida

uma insinuação. Baseados nas impressões das suas estadas em Chapecó, o que a sua intuição tem a contribuir para cidade. Estes textos representam o futuro.

Mas o título do livro, além de futuro, menciona memórias. Como contraponto aos textos sobre o futuro, o livro inclui três textos sobre as memórias e história de Chapecó e região. Estes textos são de autoria de professoras da Unochapecó de diferentes áreas: Ana Laura Vianna Villela (Arquitetura e Urbanismo), Arlene Renk (Antropologia) e Mirian Carbonera (Arqueologia). Esta abordagem à memória de Chapecó apresenta três estratos, indo do presente até o passado longínquo da primeira habitação humana no vale do Uruguai, milhares de anos anteriores à chegada dos europeus às Américas. O texto coordenado pela professora Ana Laura aborda a dinâmica de urbanização no oeste catarinense até o presente. O texto da professora Arlene aborda as relações entre territórios e territorialidades na criação e ocupação da região que agora entendemos como oeste catarinense. Finalmente, a professora Mirian aborda a história dos primeiros habitantes da região oeste catarinense, que se iniciou, pelo menos, 12 mil anos atrás.

Estes dois sentidos opostos temporais (futuro e memórias) são propositalmente misturados na organização editorial deste livro, com o objetivo de promover diferentes leituras e catalisar reflexão e debate. Aos textos sobre o futuro, sucedem-se textos sobre o passado do oeste catarinense. Aos autores de fora, seguem-se os autores de casa.

Este livro sofreu uma série de vicissitudes no seu progresso até sua forma final. O livro surgiu

de uma iniciativa da coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó, professora Katiane Laura Balzan. Sem o seu apoio, continuado e persistente, este livro não seria possível. Gostaríamos também de reconhecer o trabalho da professora Mariângela Torrescasana, para o início deste processo, durante as comemorações da Unochapecó do centenário de Chapecó. Finalmente, gostaríamos de agradecer à Pró-Reitora de Graduação, professora Silvana Muraro Wildner, sem o seu apoio este livro não teria sido possível.

# A cidade e o curso

---

**Katiane Laura Balzan**

Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó

Em 2016, ano que antecedeu o centenário do Município de Chapecó, demos início a uma série de debates e discussões entre docentes e acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó: como aproximar a discussão da história do município, a partir dos olhares da academia, especialmente de arquitetos e urbanistas, dos eventos de comemoração deste marco temporal, voltados, principalmente, para a comunidade em geral?

Nossos encontros nos levaram a reflexões acerca de nosso papel nesse processo e nesse momento. Percebemos nossa responsabilidade sobre o fato de sermos o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo da cidade. Apesar de relativamente novo, no ano em que Chapecó chegou aos cem anos de idade, nosso curso completou 17 anos, com mais de 500 profissionais arquitetos e urbanistas formados, muitos atuando nes-

ta cidade. É claramente perceptível a mudança cultural local ocorrida nas últimas duas décadas em relação à arquitetura e ao urbanismo, assim como as transformações ocorridas na cidade é inegável a influência de nosso curso nesse processo.

Assim, surgiu – quase de uma necessidade – a intenção posta no presente livro: debater o futuro a partir das memórias. Não apenas olhar para o passado, mas a partir dele refletir sobre a contemporaneidade e, além disso, ampliar os horizontes acerca das habilidades e competências do profissional arquiteto e urbanista para o futuro.

As primeiras ações envolveram a participação no Edital de Chamamento Público 001/2016, da Secretaria de Cultura de Chapecó, para que pudessemos incluir as atividades do – que até

então era projeto – “Memórias para o futuro” na programação oficial do centenário. Para nossa felicidade, a proposta foi contemplada pelo edital e, assim, culminamos, após um ciclo de palestras e oficinas, na presente publicação.

Vejo este livro em parte como “resposta” a algumas de nossas inquietações enquanto docentes, envolvidos com esse importante e difícil processo que é formar profissionais, críticos, reflexivos, que modificarão a cidade e impactarão diretamente na vida das pessoas. Mas, como o que se espera de uma boa leitura é que nos traga contribuições valiosas e enriquecimento, esse processo se finda com outras perguntas e dúvidas. Estas reflexões, quando falamos de academia e de cidade, são cíclicas. É um processo permanente de autorreflexão. E é bom que seja assim.

De uma maneira ou de outra, entendo esta publicação como um singelo presente para a nossa cidade, que neste momento já chegou aos 102 anos. Assim como grande parte de nossos alunos e egressos, sou chapecoense e me orgulha poder viver em uma cidade que nos permite, enquanto universidade, participar produtivamente nas mais diversas esferas sociais e econômicas.

Desse modo, o livro “Memórias para o futuro” é um registro e uma reflexão para os alunos e professores de arquitetura e urbanismo, para a universidade na sua totalidade, para a gestão municipal, para a comunidade chapecoense como um todo.

Agradeço aos nossos acadêmicos, que participaram das atividades, aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unocha-

pecó, que organizaram e executaram todas as ações, em especial às professoras Ana Laura Vianna Villela e Gabriela Borges da Silva, que cuidaram da coordenação do curso com muito zelo e comprometimento durante minha licença maternidade – ocorrida exatamente no período de acontecimento do Ciclo de Palestras. E por fim, gostaria de reconhecer o trabalho dos professores André Carrilho e Miguel Pacheco, que não mediram esforços e aceitaram a ideia de encabeçar esta publicação. Sem uma equipe comprometida e engajada, não teríamos este belo resultado.

# Um passado para o futuro de Chapecó

## preservação e desenvolvimento

---

Flávio Carsalade

Ao propor os eventos comemorativos dos cem anos de Chapecó desenvolvidos na Unochapecó, seus organizadores os chamaram de “Memórias para o futuro”, instigando os palestrantes a refletir sobre três eixos: identidade, infraestrutura e qualidade de vida. Para quem, como nós, lida com a arquitetura e urbanismo – cujo ofício é planejar o futuro – e com a preservação do patrimônio cultural, a qual para o senso comum se volta para o passado, o título instiga muito, ainda mais se a ele se somam as questões de identidade e educação,

esta última na nossa lida diária na qualidade de professores que somos.

Seguindo ainda a estrutura proposta pela organização, dividiremos nossa contribuição em três partes: na primeira refletimos sobre os conceitos em jogo na nossa especialidade; na segunda, discutimos estes conceitos em sua dimensão pedagógica; a terceira parte gera questões para instigar o futuro de Chapecó e apresenta algumas contribuições de situações próximas que lhe possam ser úteis.

## Núcleo

Alguns conceitos me parecem apropriados para o exame da questão que se insinua sob o título de “Memórias para o futuro”. O primeiro, obviamente, é uma reflexão sobre a temporalidade, notadamente aquela que se volta para o patrimônio cultural. O segundo, o de identidade, une o sujeito ao objeto de preservação e garante uma possível sustentabilidade cultural e, finalmente, o terceiro, como ambos se aplicam às cidades e sua preservação.

Conforme exposto no início deste artigo, quando se fala sobre patrimônio cultural, a primeira coisa que parece vir à mente é um conjunto de objetos presos ao passado e que, por serem reveladores de eras que não voltam mais, são constantemente ameaçados pelo tempo presente, como se este fosse um vândalo sempre prestes a conspurcar a frágil memória agregada a esses objetos. Para verificarmos se esta ideia do senso comum é mesmo válida, a reflexão deve começar pelo exame da temporalidade, a qual preocupou várias correntes de pensamento, trazendo abordagens diversas e das quais elegemos a matriz fenomenológica heideggeriana e gadameriana para nos alinharmos. Segundo esta matriz, não há uma temporalidade tripartida, em três momentos estanques, mas uma única e possível forma de fruí-la, a qual se dá a partir de nossa existencialidade, como seres que vivem um momento presente, o qual é resultado de um passado e com ele dialoga ao mesmo tempo em que se vive o momento e que constantemente intui um porvir. Para Heidegger, a temporalidade é “este fenômeno unificador do porvir que atualiza o vigor de ter sido” (Heidegger, 2004, v. II, p. 121). O conceito assim formulado nos diz sobre o

vigor com que o passado influi no presente e afirma que é este o único momento possível de acessá-lo e que, ao fim e ao cabo, é esta consciência presente que incorpora o passado e que nos prepara e nos torna atentos constantemente ao porvir. Não há espaço no conceito para a inseparabilidade temporal e, portanto, não há como acessar o tempo passado independentemente de nossa condição presente: não há passado intocado. Lina Bo Bardi, no seu trabalho com o patrimônio edificado, sempre nos falava de seu conceito de “presente histórico”, muito similar à abordagem heideggeriana. Esta abordagem é também a base da hermenêutica de Hans Georg Gadamer, a qual nos mostra que o acesso que temos ao passado é mediado pela nossa condição presente, por nossa cultura e valores, por nossa visão temporal do mundo. Talvez nem precisássemos recorrer aos filósofos para tal percepção, pois é evidente como o passado é editado e manipulado pelas forças predominantes do presente que o utilizam, quer para justificar seus atos políticos, quer para dele extrair benefícios econômicos como ocorre na espetacularização de centros históricos, prática comum em todo o planeta.

Tal noção da temporalidade nos leva, por corolário, a outra que Alois Riegl, em sua obra de 1903, já identificava: a questão patrimonial é uma questão de valores e estes valores são resultado das sociedades que a cada tempo apresentam com relação aos objetos ditos patrimoniáveis. É por isto que hoje compreendemos que não são os objetos, edifícios, cidades ou utensílios que se constituem por si só em patrimônio cultural, mas que a patrimonialidade é

realizada pelo sujeito, o qual é diverso, múltiplo e influenciado por valores de diferentes ordens. Não há, portanto, um patrimônio material desvinculado de conteúdos imateriais e, quando classificamos bens materiais e imateriais, não podemos confundir a taxionomia com a realidade, o método com a existência, ou seja, não é porque separamos analítica e didaticamente os bens materiais e imateriais que eles se apresentem assim na vida cotidiana. Alguns autores se referem aos bens patrimoniais como *semióforos*, ou seja, como referências que incorporam significados e que os sinalizam para as sociedades. Tal dimensão imaterial é fruto de uma intersubjetividade construída, através da cultura, pela tradição, pelos embates sociais, pela vida comunitária e pela dinâmica de valores em jogo, na sucessão dos tempos.

E se assim o é, os bens patrimoniais sendo reflexos da própria sociedade, que, em seu conjunto, esses bens e estes valores conformam uma identidade comunitária. Ao falarmos de identidade, cabe também uma outra reflexão, pois o conceito de identidade é polissêmico e amplo demais. Interessa-nos aqui aquela noção de identidade que relaciona o indivíduo ao pertencimento de um grupo e, ainda mais especificamente, aquela que necessita da eleição de algo em comum que dê coesão ao grupo, independentemente da questão da diferenciação individual.

Este algo comum que favorece a coesão pode ser a cultura do grupo em suas diversas escalas, desde a comunitária até a nacional, e que se materializa, entre outras formas de expressão, em bens materiais eleitos como patrimônio coletivo e que passam a constituir simbolicamente o seu espaço vivencial, ao qual o sujeito atribui processos afetivos, cognitivos e interativos de acordo com sua apropriação do espaço (Moreno; Pol, 1999).

Esta discussão nos interessa especialmente no caso de Chapecó, com apenas cem anos de idade, condição que levaria muitos autores do campo patrimonial mais ortodoxos a dizer que não há ainda distância crítica temporal para que se reconheçam, na cidade, bens que mereçam tal *status*, quicá aqueles ligados ao momento fundante da cidade. Mas, se apropriarmos os conceitos discutidos até aqui, podemos perceber que não é bem assim, pois não há um passado desvinculado do presente e nem uma vida descolada do espaço onde se desenvolve e sem aspectos de significação que unem cidadãos e espaço urbano, aqui considerado nas suas múltiplas manifestações quer sejam evidentemente materiais, prédios e aspectos morfológicos, quer sejam evidentemente imateriais como lugares e apropriações particulares. Voltaremos ao problema na última parte deste artigo.

## Reflexão pedagógica

Paulo Freire entendia a educação como uma prática da liberdade, nunca como uma mera transmissão de conhecimentos, a qual ele alcunhava

de “bancária” como se a pessoa fosse uma urna onde se depositassem ensinamentos congelados pelos que os criaram. Para o autor, a educação

era um processo de contato do estudante com o imenso acervo do conhecimento humano, o qual deveria ser manipulado e trabalhado de uma maneira crítica: educação é um processo formativo, e não apenas informativo.

A reflexão pedagógica inspirada em Paulo Freire que se aplica à questão patrimonial e identitária exposta na parte inicial deste artigo nos leva a uma suspeita sobre processos didáticos que sobreponham métodos classificatórios e taxionômicos àqueles de natureza investigadora e crítica, especialmente em um momento tão especial de formação de identidades em uma cidade centenária, algo preservada da velocidade das transformações sociais e físicas ocorridas nas grandes metrópoles brasileiras, pressionadas por mudanças descaracterizantes nos mesmos cem anos.

Dadas estas premissas pedagógicas, podemos refletir um pouco sobre as relações entre educação arquitetônica e patrimônio cultural no âmbito universitário. A primeira questão que se coloca é de que não há como projetarmos o futuro sem uma consciência do passado (o vigor de ter sido que incorpora determinadas energias ao presente) e o que estamos preparando para o futuro (o porvir). Inicialmente, portanto, trata-se de sempre termos a consciência de que projetar ou planejar se trata sempre de intervir em realidades pré-existentes, condicionadas por uma cultura presente, tornando imperativo o respeito ao contexto físico e social onde o problema arquitetural se insere e as considerações quanto a modos de intervir nessa realidade são fundamentais em um caso ou outro. O projeto arquitetônico, superadas as dicotomias se a arquitetura seria ciência ou arte, é, na realidade, uma resposta a um problema físico-espacial que a sociedade demanda. Nesta concepção, um proje-

to de arquitetura ou um plano urbanístico seriam a síntese, no espaço, das soluções aos problemas trazidos pelas necessidades das instituições dentro *da vida*, isto é, profundamente ligadas aos limites da realidade às oportunidades, ameaças, potencialidades e outros fatores que são, ao mesmo tempo, estimuladores da criatividade e coercitivos de soluções. Se tal consciência é importante para projetos e planos em quaisquer circunstâncias, o que se dirá naqueles projetos em conjuntos notáveis protegidos, sejam eles espaços urbanos ou edifícios, onde um entendimento da ordem e linguagem arquitetônicas pré-existentes torna-se fundamental. O caso específico de Chapecó, onde a questão patrimonial parece ainda estar em fase de constituição, torna a questão mais delicada ainda, pois há que se somar ainda uma sensibilidade ao espaço urbano como formador de identidades e a potência do lugar como possível referência intersubjetiva, não apenas na fase propositiva, mas também na fase constitutiva, ou seja, na prévia reflexão do que viria a constituir o acervo patrimonial chapecoense.

É este o momento em que surgem as perguntas sobre como fazermos essa intervenção e quais são os seus limites para que o bem não perca seu potencial de ligação com o passado e com a cultura, notadamente em uma realidade onde esses limites ainda não foram devidamente debatidos com a sociedade. Estamos nos aproximando, portanto, de uma questão sobretudo ética porque se a preservação do patrimônio está fundada no respeito à pré-existência ela também diz respeito ao futuro, ou seja, versa sobre a nossa capacidade de ser hoje, mas também na de possibilitar as várias existências vindouras.

## Insinuação

Cem anos é uma tenra idade para uma cidade, se poderia dizer. Cem anos contados nos séculos XX e XXI, tempos de rápidas mudanças, não dá para acumular um passado digno de registros, quicá aqueles dos momentos fundantes, como já provocamos anteriormente. Somos uma cidade sem estilos arquitetônicos marcantes, nenhum exemplar modernista exuberante digno de nota, uma origem rural, modesta, um ciclo de exploração madeireira que parece não ter deixado registros importantes, um presente industrial – poderiam dizer alguns moradores locais ou, como diziam os moradores da cidade de Minas Gerais que não apresentavam herança do período barroco: nós não temos patrimônio histórico. Em ambos os casos, o engano está na falta de consciência de que todos temos história e todos temos referências pessoais. Precisamos disto para nos organizarmos em sociedade e nos orientarmos temporal e espacialmente. Esta atitude sempre me lembra o livro de Ítalo Calvino, *O cavaleiro inexistente*, do qual extraímos esta passagem, quando o tal cavaleiro responde ao rei Carlos Magno, quando inquirido antes do início de uma batalha:

*“- E porque não levanta a celada e mostra o rosto?*

*O cavaleiro não fez nenhum gesto; sua direita enluvada com uma manopla férrea e bem encaixada cerrou-se mais ainda ao arção da sela, enquanto o outro braço que regia o escudo, pareceu ser sacudido por um arrepio.*

*- Falo com o senhor, ei paladino! – insistiu Carlos Magno. – Como é que não mostra o rosto para o seu rei?*

*A voz saiu límpida da barbela.*

*- Porque não existo, sire.*

*- Faltava esta, exclamou o imperador – agora temos na tropa um cavaleiro que não existe! Deixe-nos ver melhor.*

*Agilulfo pareceu hesitar um momento, depois com mão firme e lenta ergueu a viseira. Vazio o elmo. Na armadura branca com penacho iridescente não havia ninguém.*

*- Ora, ora! Cada uma que se vê! – disse Carlos Magno. – E como é que está servindo se não existe?*

*- Com força de vontade – respondeu Agilulfo – e fé em nossa santa causa!*

*- Certo, muito certo, bem explicado, é assim que se cumpre o próprio dever. Bom, para alguém que não existe está em excelente forma!”*

Claro que o papel de Agilulfo no decorrer da história é fundamental. Se é que para alguns não há patrimônio cultural em Chapecó, poderíamos contrapor que, ao contrário, ele existe e está em excelente forma! Na verdade, ele está latente nas referências históricas e espaciais de seus moradores, muitas vezes à espera de ser revelado, de ter seu elmo elevado para que diga o que tem a dizer. É uma questão de vontade e fé: vontade de buscar o oculto e de fazer falar o sensível, o experienciável; fé no que existe além das aparências ou naquilo que as aparências têm a declarar.

A fábula de Calvino também nos oferece outro ângulo de reflexão: dentro das formas concretas e perceptíveis, a armadura, existe uma força latente que necessariamente não possui um corpo físico, ou seja, há que se compreender conteúdo imaterial das formas significativas, dentro da inseparabilidade entre o tangível e o intangível, obra a que nos referíamos no início deste texto.

Talvez como uma modesta contribuição de um cidadão de uma cidade também centenária – Belo Horizonte completou 120 anos em 2017 – e infelizmente muito desfigurada por sempre ter achado que cidade jovem não possuía patrimônio, possamos oferecer a metodologia que utilizamos para construir nossa política local de patrimônio.

Em Belo Horizonte, antes de mais nada, procuramos superar os conceitos de “excepcionalidade” e de “monumentos notáveis” que historicamente têm se associado aos bens protegidos, substituindo-os respectivamente pelos de “representatividade” e “conjuntos urbanos”, tentando recuperar a dimensão urbana do patrimônio e a apropriação da cidade, a qual não se refere apenas aos edifícios ou aos aspectos morfológicos. Na realidade, o patrimônio material é o resultado da superposição das inúmeras gera-

ções que vivem as cidades e a apropriação desse patrimônio se faz de várias maneiras, quer do ponto de vista de uso, quer do ponto de vista simbólico, os quais também se influenciam mutuamente, favorecendo certos destinos em detrimento de outros. Para uma compreensão ampla dos aspectos envolvidos, torna-se necessária uma investigação das culturas locais em busca dos significados e a expressão simbólica dos locais que compõem as cidades. Para sua compreensão, há que se incorporarem aos dados ditos “objetivos” – os objetos e fatos urbanos – as relações da população com seu espaço físico: os ritmos e ritos das apropriações dos espaços urbanos, o imaginário a eles associados, a sua memória e evolução histórica. Mas não é apenas o caráter dinâmico que os centros apresentam que caracteriza a sua função simbólica e enseja seus destinos. Eles são responsáveis também pela personalidade própria de cada cidade, daquilo que a caracteriza e a diferencia, que gera sua identidade no imaginário intersubjetivo de quem a habita ou de quem apenas a visita ou dela ouviu dizer.

É por essas razões que o Patrimônio não tem como se desvincular das outras dimensões da vivência ou do planejamento urbano, despontando antes como elemento agregador dessas outras dimensões. Esse papel integrador reservado ao patrimônio faz com que, portanto, ele não se restrinja a “pontos turísticos” ou a uma coleção de objetos dispersos na malha urbana para se apresentar como elo que gera os lugares urbanos e que liga o cidadão à *sua* cidade. É como tal que ele impõe que as transformações se façam de maneira culturalmente sustentável, ou seja, respeitando as pré-existências tanto materiais (edifícios, morfologias urbanas, meio ambiente) quanto imateriais (“pedaços, manchas, pórticos e trajetos”, segundo terminologia do traba-

lho do professor José Guilherme Cantor Magnani, que subsidiou as Diretrizes para os Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte) e entendendo que há estreita correspondência entre ambas. Cito aqui algumas reflexões que fiz em outro momento, quando apresentei a metodologia belorizontina de proteção de seus conjuntos tombados:

A proteção do patrimônio edificado em Belo Horizonte tem a virtude de não se ater apenas ao construído e ao isolado, ao excepcional e à curiosidade. No seu fundamento, as políticas públicas que cuidam da questão têm como unidade de abordagem a identificação de conjuntos urbanos que apresentam uma coesão de vários elementos como imagem, apropriação, identidade, história comum, dentre outros. Ainda no seu fundamento, essas políticas buscam identificar os elementos intangíveis que propiciam e são propiciados pelo construído, o “argumento” que personaliza cada um deles e que determina seu *genius loci*. Essa imagem do ambiente se assenta na força expressiva de seu conjunto, na sua capacidade de se apresentar como criadora de um *genius loci*. Para tanto, contribuem, além da expressividade geral de seu casario e de suas ruas, as imagens icônicas que o pontuam. As imagens icônicas (marcos/*landmarks*) são importantes porque a identidade também ocorre a partir de “figuras” e através da nossa relação significativa

com essas figuras que se nos aparecem como “coisas”. Essas “coisas” pontuam a nossa existência e, além disso, funcionam, para nós, como elementos de orientação. Ambas as funções trabalham sobre a relação espacial entre as figuras: se a *identidade* se dá a partir de formas corporificadas, a *orientação* apreende a ordem espacial. A *orientação*, em sua raiz existencial, portanto, não diz respeito apenas ao como se localizar, mas também como experiência de espaços significativos (Carsalade, 2010).

Não há como entender o passado de forma estática ou meramente visual, ele está em constante interação com o momento presente e a preservação do patrimônio significa fazer interagir este impulso com a vivência contemporânea e possibilitar a permanência identitária para o futuro, como elo intergeracional, fazendo com que os fatores de sua dinâmica transformadora sejam realizados de forma com que as inevitáveis mudanças se façam em bases culturalmente sustentáveis.

No momento cabe a Chapecó se compreender e se propor. Esta é tarefa urgente e inevitável. É ela que vai garantir a existência dentro da armadura. Identificar essas bases sustentáveis de forma ampla (materiais e imateriais) é a lição que o olhar do Patrimônio Cultural traz para o Planejamento Urbano em geral e para as maneiras contemporâneas de se lidar com a cidade.

## Referências

CALVINO, Í. **O cavaleiro inexistente**. São Paulo: Schwarcz, 1993.

CARSALADE, F. de L. Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2010.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADAMER, H.-G. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. v. I. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ser e Tempo**. v. II. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORENO, E.; POL, E. **Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999. (Col·leció Monografies Socioambientales: Publicacions Universidad de Barcelona).

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

# Chapecó e a dinâmica de urbanização do oeste catarinense

---

Ana Laura Vianna Villela  
Vera Regina Tângari  
Isadora Zanella Zardo  
Maryon Brotto Rosado  
Ana Carolina Pas Dalmás

Como diria Walter Benjamin: é preciso conhecer a história para que possamos ter rumos na história, ninguém consegue mudar aquilo que não conhece.

O entendimento de um processo de ocupação e urbanização perpassa pela compreensão da paisagem que o constitui. Neste contexto, demonstra-se importante diferenciar o entendimento de espaço e território. Raffestin (1993) entende que o espaço antecede o território, e que este somente

existe quando representado/apoderado. O espaço é a “prisão original” que não tem valor de troca, somente valor de uso, uma utilidade; e o território é a prisão que os homens constroem para si. “O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação” (Raffestin, 1993, p. 144): é a realidade

inicial para a produção do território – palco das relações de poder (Souza, 2000; Raffestin, 1993).

Souza (2000, p. 79) ressalta que o território se constrói ou desconstrói no exercício de poder, o que lhe confere as mais diferentes escalas de existência, tal como: temporal quando permanente, por anos, por meses ou por dias, de forma periódica, cíclica; e dimensional podendo envolver espaços de diferentes dimensões, como vias e continentes, por exemplo. Neste sentido, Souza (2000), ao compreender o território como o espaço de representação e aproximação de grupos sociais, define a territorialidade; e ao entender que este mesmo território pode ser ocupado por grupos sociais diferentes dependendo da temporalidade, como ao longo de um dia, por exemplo, define esta apropriação como territorialização. Ou seja, o território é uma das múltiplas faces do espaço social (Souza, 2015) e dotado de intencionalidade (Raffestin, 1993; Santos, 1996).

As mudanças na estrutura de poder implicam em alterações na estrutura do território, pois alteram sua essência e a maneira pela qual são compreendidos, afetando, assim, o território e suas fronteiras (Raffestin, 1993; Souza, 2015). Neste contexto, Raffestin destaca que enquanto as organizações econômicas buscam a anulação dos obstáculos territoriais para a isotropia dos territórios, as organizações políticas querem exatamente o contrário, pois, ao subdividir/recortar o território, podem melhor controlá-lo. Assim, a organização do território, à luz dos modos de produção capitalistas, procura maximizar os fluxos e com isso aumentar a reprodução e otimização do tempo de circulação do capital, que se por um lado condena o conjunto, a generalização e uniformidade, por outro gera centralidades e marginalidades que

[...] se definem uma em relação à outra e são especificamente relacionais, ou seja, podem se inverter no território, sem que o mecanismo seja questionado: a centralidade pode se tornar marginalidade e vice-versa. (Raffestin, 1993, p. 188).

Neste contexto, entende-se o:

[...] território como sendo uma construção social, que incorpora os processos econômicos e produtivos, define estratégias de dominação sobre o espaço e seus recursos e que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identidade cultural. (Schlee et al., 2009, p. 231).

Castells, já na década de 1960, explicitava a correlação entre espaço e sociedade, ou seja, que tanto o espaço influencia o modo de vida da sociedade quanto vice-versa, o que parece ter servido de base para a construção teórica do conceito de território em Souza (2015), Raffestin (1993) e Santos (1996). Além disso, defendia que “[...] não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo que implícita.” (Castells, 1983, p. 146). Neste contexto, o autor expõe que cada traçado urbano possui a sua particularidade e que esta não foi construída ao acaso, mas sim fruto da determinação de cada período da organização social daquele local e o oeste catarinense não foge deste contexto.

Para Lefebvre (2008, p. 31-32), está claro

[...] que cada modo de produção ‘produziu’ (não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada) um tipo de cidade que o ‘exprime’ de maneira imediata, visível e legível no terreno,

tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas.

Assim, a Produção do Espaço parte do amplo entendimento do termo produção, ao não se restringir a coisas físicas e sim ao espaço, tempo, ..., para colocar que “[...] o modo de produção organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo) [...]”, aportando na igualdade de valores e importância para a plena compreensão do espaço das dimensões do percebido-concebido-vivido.

Indo além da filosofia e da teoria para alcançar a reflexão da prática e da ação, Lefebvre conclui que o espaço acontece em três dimensões simultâneas e dialeticamente interconectadas pela dinâmica das contradições: o concebido, o percebido e o vivido, que proporcionam uma análise tridimensional da produção do espaço estruturada na prática espacial e constituem

[...] um dos aspectos sociologicamente fundamentais da questão espacial exposta pela aplicação do método regressivo-progressivo à pesquisa e estudo do chamado ‘mundo’ urbano. (Martins, 2011, p. 6).

Sendo assim, define-se o:

- **Espaço Percebido** pela incorporação das práticas e interações sociais e se relaciona às materialidades que o compõem.

Prática espacial (ou espaço percebido) análoga à dimensão sintagmática da linguagem. Designa a dimensão material da atividade e interação social. Engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada

formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades. Em termos concretos, poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana ou no processo de produção. (Araújo, 2016, p. 93).

- **Espaço Concebido**, pela sua materialização em mapas, plantas, informação em fotos e signos:

As representações do espaço (ou espaço concebido) – análoga à dimensão paradigmática da linguagem. Dizem respeito às relações de produção, à ‘ordem’ que se impõe e por aí, aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’. Dão uma imagem e desta forma também definem o espaço: descrições e/ou definições (mapas e plantas, informação em fotos e signos) podem ser assim considerados. (Araújo, 2016, p. 93).

- **Espaço Vivido** pela dimensão simbólica do espaço no “processo de significação que se conecta a um símbolo (material)” (Schmid, 2012, p. 11).

Os espaços de representação (ou espaço vivido) – tratam da dimensão simbólica do espaço. Referem-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material), ou seja, assinalam (com ou sem códigos) simbolismos complexos, relacionados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que poderia eventualmente se definir não como código, mas como código dos espaços de representação. (Araújo, 2016, p. 93).

A partir disso, “[...] o espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continu-

amente.” (Schmid, 2012, p. 16). Para tanto, torna-se importante caracterizar e compreender a base territorial que possibilitou o processo histórico de ocupação e, conseqüentemente, a formação regional, pois são estes elementos que influenciaram, num primeiro momento, os movimentos de ocupação.

O relevo da região Sul é composto pelo Planalto do Rio Paraná (Planalto Meridional), que se localiza na área mais ao norte da região, onde estão as Cataratas do Iguçu. Perpassa pelo Planalto da Araucárias e que abrange praticamente todo o oeste catarinense, chegando na depressão gaúcha, onde se encontram os campos, formações de relevo mais aplainado, com pequenas inclinações e suaves, conhecido também como coxilhas ou pampas. Particularmente em Santa Catarina, a conexão e sequência de serras e planaltos representou uma barreira tanto física quanto visual em termos de conquista territorial, deixando este grupo à margem do que acontecia no restante do estado. De modo geral, a conformação da base do relevo do oeste, meio oeste e as bordas do rio Uruguai possuem a mesmas características, mas muito diversas do que ocorre no leste do estado.

A Hipsometria de Santa Catarina reforça o contraste entre a faixa leste, caracterizada pelas planícies dos pampas e litorâneas; a central com a presença dos planaltos menos elevados (até 1.200 metros) e os planaltos acima de 1.800 metros, que representam as áreas mais elevadas, e serras, que em termos físicos também significam um importante divisor entre o leste e o oeste do estado. Particularmente o oeste do estado, em sua menor parte, constitui-se pela faixa de 200 a 400 metros ao longo dos principais afluentes do rio Uruguai, pela faixa de 400 a 800 metros que

[...] ocupa grande parte da zona basáltica (que integra o planalto Ocidental), principalmente no extremo oeste e acompanhando os vales dos rios do Peixe, Canoas e outros. (Santa Catarina, 1991, p. 22).

A faixa de 800 a 1.200 metros:

[...] é a de maior ocorrência no Estado [...] correspondendo a grande parte do planalto Ocidental e às áreas mais e levadas das serras litorâneas. [...] no oeste, tem-se as serras do Gregório, do Irani, do Ariranha, do Pedrão, do Bonito, do Sertãozinho, da Anta, do Capanema e da Fatura, sendo que as duas últimas delimitam os Estados de Santa Catarina e do Paraná. (Santa Catarina, 1991, p. 22).

Outro importante recurso natural que deve ser observado são os rios, pois muitas vezes são utilizados como elementos de demarcação de divisas, bem como suas áreas de contribuição indicam relações territoriais de abastecimento de água para os núcleos urbanos. O oeste catarinense está na vertente chamada de interior, tendo o rio Uruguai como a sua grande referência. Este rio, num primeiro momento, deu suporte ao escoamento da produção local para a Argentina e hoje a sua bacia apresenta importante, e explorado, potencial hidrelétrico, tanto que o trecho brasileiro do rio Uruguai apresenta três usinas hidrelétricas: Machadinho (RS-SC); Itá (RS-SC); e Foz do Chapecó (RS-SC); e seus afluentes outras usinas como a de Campos Novos (SC) e Barra Grande (RS-SC). Os rios de Santa Catarina são

[...] comandados pelo regime pluviométrico, caracterizado pelas chuvas distribuídas o ano inteiri-

ro, garantindo, assim, o abastecimento normal dos mananciais [...] a área coberta pela vegetação nativa da bacia hidrográfica do rio Uruguai está resumida a aproximadamente 12%. (Santa Catarina, 1991, p. 20).

O clima se caracteriza por ser a sucessão habitual de tipos de tempos – estado da atmosfera de um lugar num dado momento. A definição se pauta na análise de fatores como radiação solar, latitude, continentalidade, massas de ar e correntes oceânicas. A região oeste se caracteriza por temperaturas médias entre 16° e 20°, onde o verão é quente e o inverno é bastante frio, sendo comum a ocorrência de neve ou geada em determinados lugares; a precipitação entre 1.800 a 2.400 mm se apresenta com chuvas regulares e bem distribuídas; a umidade relativa entre 75 e 85% (superúmido) e o tipo climático subtropical.

Em termos de vegetação original do Brasil, a região Sul se caracteriza basicamente pela Zona de Pinhais, onde em seu interior se pode encontrar erva-mate, canela, cedros, entre outros; e a Zona dos Campos, tendo pequenas porcentagens de Zona das Matas Costeiras e Marítima. De modo geral, o estado em toda a sua extensão apresenta características diferenciadas de vegetação. Originalmente, a faixa leste se caracterizava basicamente pela Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), o centro do estado pela Floresta Ombrófila Densa (Mata Araucária) e pouca representatividade de Savana (Campos do Planalto) e o oeste pela Floresta Ombrófila Densa (Mata Araucária) e pouca representatividade de Floresta Estacional Decidual (Mata Caducifólia). Infelizmente na atualidade

[...] o Estado de Santa Catarina, apesar de possuir hoje a maior área de floresta nativa da região Sul, está com seu patrimônio vegetal natural em adiantado estágio de extermínio. Os campos naturais, como as florestas, cedem espaço à agricultura. A expansão das áreas agrícolas e pecuárias mudou a fisionomia geral das paisagens catarinenses, devastando o patrimônio florestal do Estado. (Santa Catarina, 1991, p. 26).

A vegetação nativa do oeste catarinense com grande predominância da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária) foi a base de importantes ciclos econômicos da região: o tropeirismo, a erva-mate e a extração de madeira. Conseqüentemente, o que se pode observar hoje é a quase totalidade da atividade agrícola e vegetação secundária.

Além da percepção dos principais elementos geomorfológicos que naturalmente induzem, ou não, a ocupação do território, deve-se perceber também a população nativa residente.

Na época, a população que habitava essa área catarinense era constituída por grupos de índios Kaingang, Xokleng e Guarani que tentavam manter seus espaços de ocupação tradicional (Santos, 2000). Além desses, havia a população cabocla, com forte presença negra e indígena, mesclada a outros grupos. Dentre estes, fazendeiros originados de São Paulo e Curitiba (IBGE, 1959). Os caboclos formavam a principal base da população trabalhadora da região que formaria, posteriormente, grande parte da população dos conflitos do Contestado (Machado, 2004). Na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, cresce a presença de imigrantes europeus e de seus descendentes, dentre eles, alemães, italianos, poloneses e, na fronteira Oeste do estado, argentinos e paraguaios. (Perile, 2008, p. 32).

Estas características geobiofísicas fizeram com que a região oeste de Santa Catarina, apesar do grande potencial produtivo e extrativista, fosse percebida como de difícil ocupação durante os primeiros movimentos de urbanização do Brasil, o que influenciou diretamente na consolidação das fronteiras nacionais, que durante este processo passaram por vários impasses territoriais.

São as relações sociais envolvendo os personagens nos diferentes momentos e conflitos socioeconômicos, culturais e políticos que marcarão a história desse espaço:

- a) foi alvo de disputa, em uma questão de relações internacionais, entre os governos do Brasil e da Argentina, entre 1890 e 1895, na chamada Questão de Palmas ou Questão das Missões;
- b) depois também entre governos de Santa Catarina e Paraná que discutiam há muito os limites de seus estados e reivindicavam uma mesma área;
- c) por outros motivos, a área que havia sido contestada pelos dois estados foi palco da Guerra do Contestado, entre outubro de 1912 e agosto de 1916;
- d) não obstante, parte da área pertenceu ao Estado do Iguçu entre 1944 e 1946 [...]. (Pertile, 2008, p. 22).

Assim, o oeste catarinense no início do século XX (Figura 1) se caracterizava pela presença do tropeirismo – que neste momento influenciava a população indígena nativa. “O tropeirismo foi sem dúvida muito importante para a economia e integração da Argentina com o Sul do Brasil e deste com o Sudeste brasileiro [...]” (Pertile, 2008, p. 32), visto serem o Rio Grande do Sul e a Argentina grandes fornecedores de mulas para os estados do Sudeste e Nordeste. Esta atividade se caracterizava pela

“[...] condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arriados, especialmente as mulas.” (Pertile, 2008, p. 33).

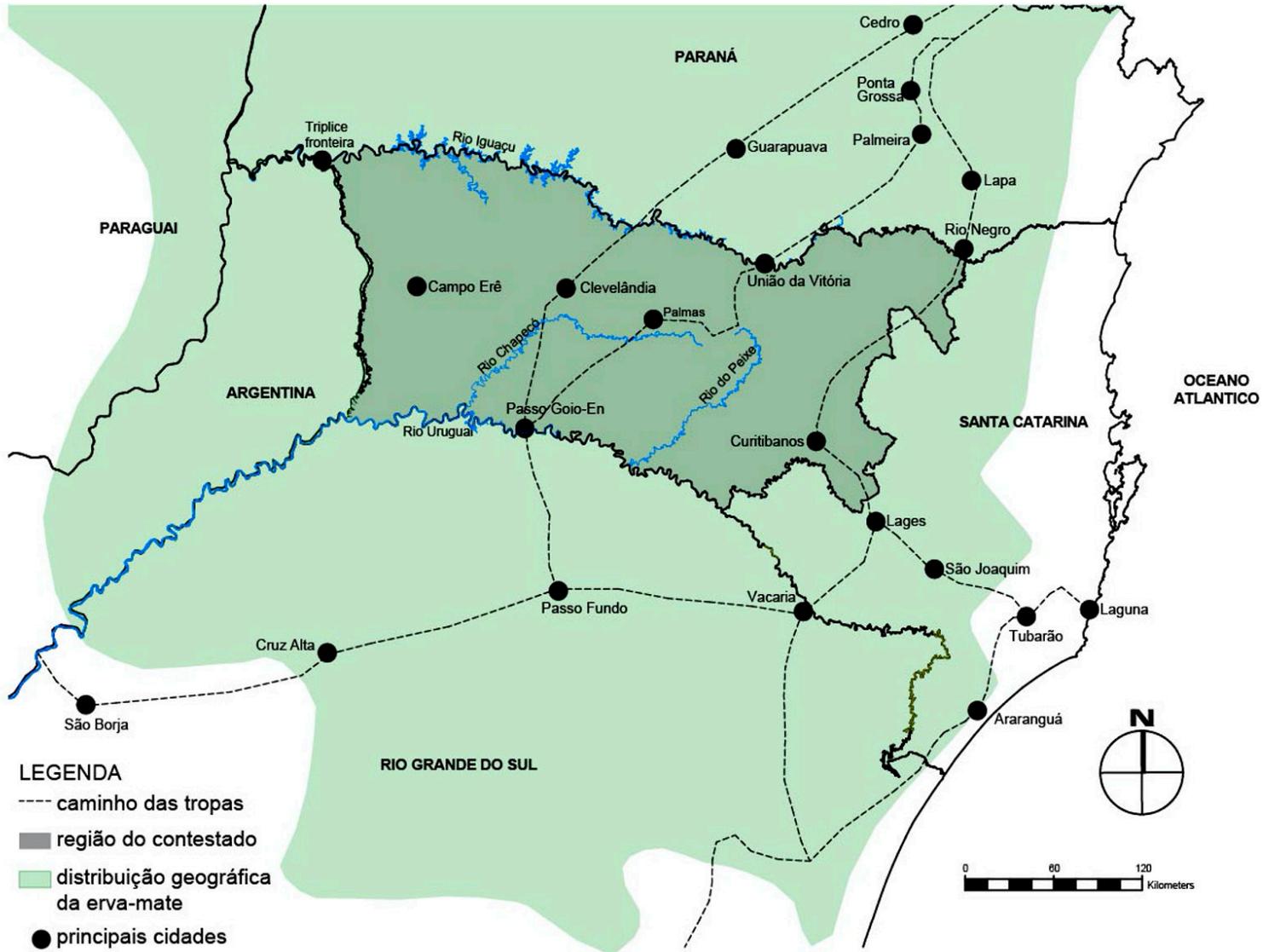
Para obter sucesso na jornada procuravam os locais de travessia ao longo do curso dos rios (os passos), sendo o Passo Goio-En uma destas passagens – hoje divisa entre Chapecó (SC) e Nonoai (RS).

Os tropeiros partiam de lugares como nas províncias platinas, no antigo distrito de Missões (na Argentina) e na campanha gaúcha, seguiam por serras e campos gaúchos, catarinense e paranaense até Sorocaba, no estado de São Paulo, onde o gado era redirecionado. (Pertile, 2008, p. 33).

Ou seja, o oeste catarinense neste momento era a passagem que encurtava o caminho entre Sorocaba e a região das Missões, sendo as trilhas e caminhos utilizados um importante espaço livre de circulação.

Nos caminhos de ida e volta, eram obrigatórias as paradas para os pousos, e muitos desses locais tornaram-se base para a formação de vilas e povoados. Em Santa Catarina, diversos lugares por onde os tropeiros passavam e/ou pousavam originaram ou contribuíram para o surgimento de diversas atuais cidades como as de Rancho Queimado, Lages, Laguna, Lauro Müller, Pedras Grandes, Tubarão, Curitibaanos, Chapecó, Abelardo Luz e Campo Erê. [...] Nessas áreas, a vegetação de destaque era a mata de araucária e erva-mate entrecortada por campos naturais. (Pertile, 2008, p. 34-35).

Figura 1 – Mapa da divisão territorial no início do século XX



Organização: Ana Laura V. Villela (2018).  
 Projeto gráfico: Ana Laura Vianna Villela, Maryon Brotto Rosado e Isadora Zardo (2018).  
 Fontes: Embrapa (2008), Santa Catarina (2017) e Pertile (2008, p. 42).

As terras catarinenses nesse momento se caracterizavam pelas extensas matas, inclusive de araucária – madeira nobre e de grande valor comercial –, bem como a região fornecedora de matéria-prima (folha da erva-mate) para as indústrias que se instalaram na Argentina e nos estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul).

Apesar de ser considerada uma população miserável para quem era difícil os tropeiros venderem algo, os agricultores que se encontravam nas proximidades de suas rotas vendiam os excedentes das lavouras, das criações (como os suínos) e erva-mate já beneficiada, construindo importante rota de comércio (Machado, 2001).

Em termos de ocupação, em 10 de abril de 1916, o presidente da República define o resultado do Acordo de Limites entre Santa Catarina e Paraná estabelecendo a proporção de 58% da área (Território Contestado de Palmas) para o primeiro estado e 42% para o segundo. Neste momento,

[...] as terras a serem colonizadas normalmente eram concedidas às empresas em troca da construção de estradas (tanto a ferrovia São Paulo-Rio Grande quanto estradas de rodagem) que, em muitos casos, beneficiavam as próprias empresas. Como exemplo, pode-se citar o caso da Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. que, na década de 1920, obteve uma de suas concessões do governo do Estado de Santa Catarina por haver ‘aberto’ a estrada entre Passo Goio-En e Passo dos Índios (próximo à atual cidade de Chapecó). (Pertile, 2008, p. 62).

Com o acordo de posse legal das terras na virada do século XX, iniciaram-se as intervenções institucionais mais efetivas para a ocupação da região – o Espaço Concebido. Pela Lei Estadual

n. 1.147, de 25 de agosto de 1917, Santa Catarina desmembra do município de Palmas quatro municípios: Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União, Mafra e Xapecó (atual Chapecó). Assim,

[...] no início do século XX, os municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba) representavam importantes pontos de passagem dos tropeiros para São Paulo e de remessas de erva-mate e madeira para o Rio Grande do Sul e Argentina. Somando-se a isso, a instalação das sedes desses municípios, com unidades escolares, paróquias e comarcas judiciárias, garantiu a base para continuar a ocupação da região. Esses dois municípios tornaram-se os embriões da ocupação de toda aquela região que formaria, posteriormente, a Mesorregião Oeste catarinense e a nova fronteira agrícola para os migrantes procedentes do Rio Grande do Sul. (Pertile, 2008, p. 60).

Em termos econômicos:

[...] a partir de 1916, com a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense passaria a arrendar os ervais a particulares que começaram a monopolizar essa atividade. Com a importância econômica da produção da erva-mate, em 1938, o Governo Federal, Vargas, criou o Instituto Nacional do Mate, com a função de ‘promover a política de defesa e expansão do mate no país e no estrangeiro [...]’. De acordo com os dados estatísticos do IBGE (1986), a erva-mate era o principal produto de exportação [Figura 2] e, portanto, de receita para o estado de Santa Catarina entre o final do século XIX e início do século XX, mesmo considerando que parte dela era contrabandeada [...]. A importância da exportação da erva-mate para o antigo município de Chapecó reside no fato de que o passo Goio-En havia se tornado um

importante centro exportador do produto catariense para a Argentina, via rio Uruguai. [Figura 3] (Pertile, 2008, p. 43).

No início do século XX, a concorrência fez cair o preço da erva-mate, mesmo assim, este produto

manteve grande importância em termos econômicos para o estado. Simultaneamente, Santa Catarina iniciava a comercialização de derivados de suínos, manteiga, açúcar, feijão e farinha de mandioca (Pertile, 2008).

Figura 2 – Cultivo de erva-mate



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 3 – Vista parcial de balseiros no rio Uruguai na década de 1940



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Paralelamente, desde 1887 tramitava o projeto de construção da estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul, sendo “[...] a conexão da capital Federal (Rio de Janeiro) às regiões fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai [...]” (Pertile, 2008, p. 52), facilitando a circulação da produção, bem como a exportação. Ao passar por Santa Catarina a estrada costeou o Rio do Peixe, no meio-oeste do estado, e se carac-

terizou como importante espaço livre de circulação tanto de pessoas quanto mercadorias. A atratividade desta conexão fez surgir diversas povoações em ambas as margens deste rio, bem como aumentar o valor do solo e, conseqüentemente, os conflitos entre os agentes que chegavam e os que ali já se encontravam, mas não possuíam o título da terra (Machado, 2001), conforme Figura 5.

Ao mesmo tempo, o governo republicano não tinha recursos financeiros para construir uma estrada de ferro e, por isso, concedeu vantagens aos investidores nacionais e estrangeiros. A concessão de terras feita pelo governo aos investidores como pagamento pela construção da estrada de ferro, no entanto, não asseguraria qualquer tipo de benefício à população habitante das terras no trecho concedido às companhias. [...] No intuito de extrair a maior quantidade de madeira possível e depois vender os terrenos para os colonos, a empresa passa a empreender ações que resultam na expulsão da população de posseiros que ocupava a área desde antes da concessão da exploração da terra pela empresa concessionária. Com a retirada da madeira, ocorreram também muitos prejuízos para os exploradores da erva-mate, sobretudo para os caboclos. No momento em que as árvores maiores eram cortadas e caíam ou eram arrastados sobre os ervais, ocorria a destruição tanto dos ervais, quanto das matas nativas. Isso significava uma maior limitação nas condições de sobrevivência da população local cabocla que dependia da mata, como na caça de animais. (Pertile, 2008, p. 51-55).

A ferrovia se concretiza com a parceria do capital estrangeiro, tanto que em 1908 passa a integrar a Holding Brazil Railway Company, que investia também em extração de madeira, na indústria de papel, nos frigoríficos e nas companhias colonizadoras. A empresa inicia as atividades em Santa Catarina em 1910 com a ativação do trecho entre Itacaré (SP) e Santa Maria (RS), impulsionando definitivamente o desenvolvimento do Vale do Rio do Peixe. De modo geral, a Rede Ferroviária não teve grande expressividade nas demais regiões do estado.

A chegada das empresas colonizadoras particularizou a ocupação do oeste catarinense (Figura 4). A importância e liderança da iniciativa privada fez com que se diferenciasse de grande parte dos núcleos urbanos brasileiros, os quais foram ocupados por processos mais espontâneos.

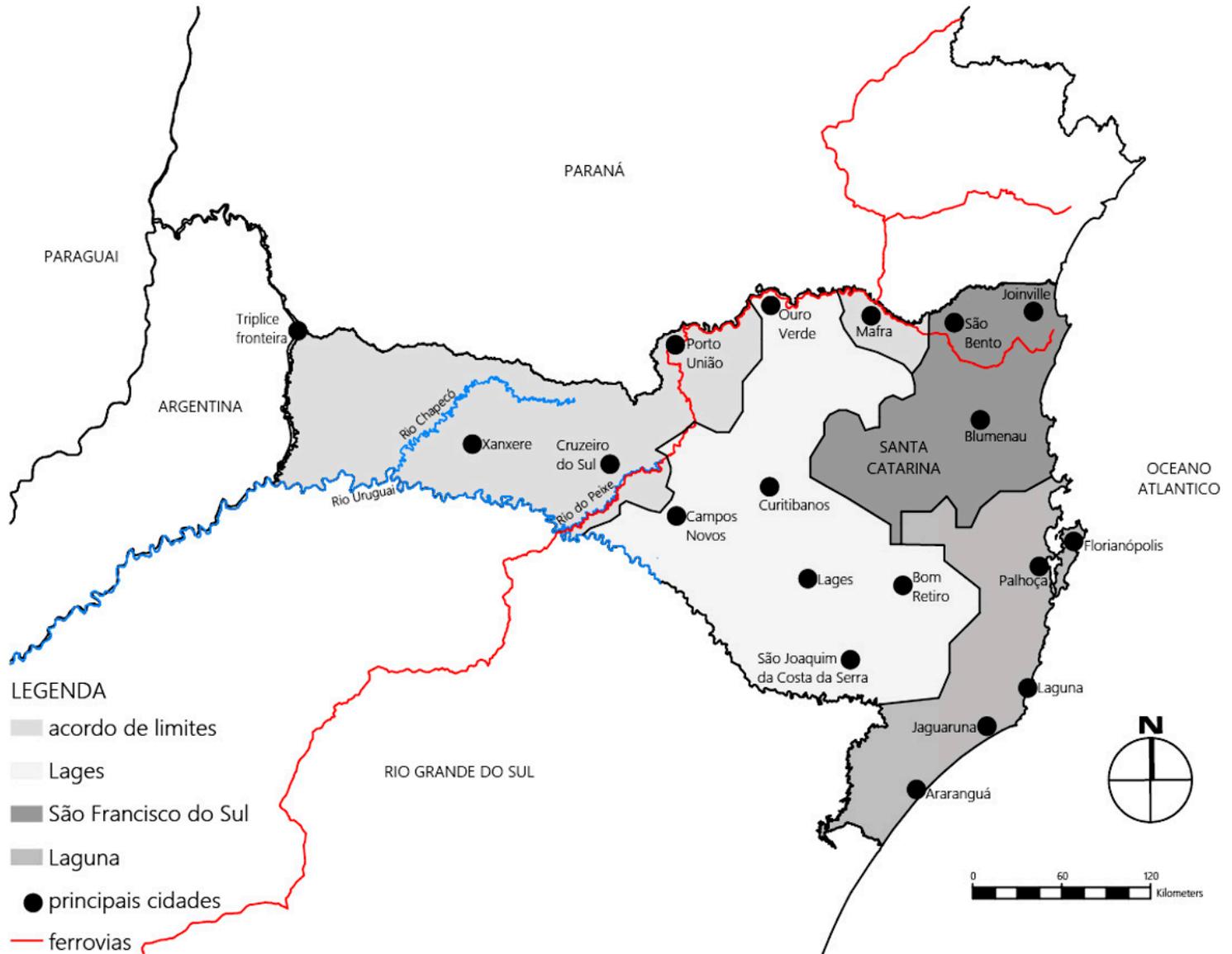
O Oeste de Santa Catarina não foi desbravado a partir do litoral, mas por povoadores que vieram do Sul e que exportam os seus produtos para um mercado localizado a grande distância, mais ao Norte. (Waibel, 1979, p. 295 apud Pertile, 2008, p. 52).

Figura 4 – Foto da vista parcial da rua Marechal Bormann, em Chapecó (SC), na década de 1930



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Figura 5 – Mapa da divisão territorial na metade do século XX



Organização: Ana Laura V. Villela (2018).  
 Projeto gráfico: Ana Laura Vianna Villela, Maryon Brotto Rosado e Isadora Zardo (2018).  
 Fonte: Santa Catarina (2017), Pertile (2008), Recordando Itaiópolis (2017).

A iniciativa privada neste momento atendia aos interesses e anseios públicos em ocupar terras inócuas e “inabitadas” do Brasil, inclusive, o oeste catarinense, com o intuito de “desbravar” e levar “civilidade” e desenvolvimento ao território brasileiro (Bavaresco, 2005), o que acabou por provocar “[...] diversa e intensa transformação de um espaço regional, atualmente conhecido como Mesorregião Oeste Catarinense.” (Pertile, 2008, p. 46).

Em termos econômico-sociais, destaca-se desde o início do século XX a existência da extração vegetal, da erva-mate e da madeira.

Contudo, a extração da madeira decorre principalmente pelo início de colonização da região. Com o processo de colonização, aparecem os colonizadores, os produtores rurais e os pequenos comerciantes como novos agentes a mobilizar as mudanças naquele espaço. (Pertile, 2008, p. 59).

Em termos político-sociais,

[...] a forma como foi deflagrado o processo de colonização da região [...] resultaram numa estrutura fundiária tendo por base pequenas propriedades trabalhadas pelos membros da família [...] o que caracteriza hoje o atual Oeste Catarinense. (Pertile, 2008, p. 63).

Até a metade do século XX, o oeste catarinense teve um processo muito lento de ocupação, pois sofreu com problemas como estiagem, que não permitia o escoamento da madeira extraída para a Argentina pelo rio Uruguai, surtos de doenças, como a febre tifoide, e os impactos da recessão causados pela Segunda Guerra Mundial (1939/1945).

O oeste catarinense era, ainda no princípio de século em curso (*século XX*), escassamente povoado, desprovido de estradas. A população vivia isolada em grandes áreas afastadas das regiões em que se processavam transações comerciais. A economia de subsistência dominava em todo o território, mesmo no trecho mais povoado, na bacia do rio Chapecó, onde o Governo Imperial, em 1859, fundara a Colônia Militar de Chapecó, também conhecida por Colônia Militar de Xanxerê (*inclusão da autora*). (Peluso, 1982, p. 368).

Assim, as bases desta ocupação ocorrem do final do século XIX até por volta de 1945, com a presença dos tropeiros e o comércio de mulas e a extração de erva-mate como principais atividades econômicas. Mas o dinamismo urbano no oeste catarinense ocorre efetivamente com as intervenções do Estado e das empresas colonizadoras.

Num contexto geral, o processo de descentralização da matriz econômica nacional, ocorrido com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980, impactou a ocupação da região do oeste catarinense, desenvolvendo e consolidando a urbanização dos municípios com mais velocidade do que as suas condições de planejamento e ordenamento do território suportavam. Neste processo se alteraram os territórios de interesse, transformando de forma profunda a paisagem regional e sua estrutura espacial.

No contexto local, tem-se que, por volta de 1940, a região oeste de Santa Catarina teve queda no comércio de suínos vivos, que até então representava boa lucratividade, e com isso os comerciantes foram pressionados a redirecionar seus

empreendimentos para o abate de animais (Pertile, 2008). De forma natural, a necessidade de mudança da produção local separou a comercialização de banha e de carne suína, originando os primeiros abatedouros em Santa Catarina. Este processo se iniciou no Vale do Rio do Peixe (SC) e mais tarde se estendeu para o oeste catarinense (Pertile, 2008; Villela; Fujita; Alba, 2017).

Com os fatores impulsionadores da economia, houve já nos primeiros anos da década de 1940 o surgimento de três frigoríficos com forte expressão econômica na região. O crescimento da agroindústria da carne neste período deveu-se a vários fatores, dentre eles: a intervenção do Governo Federal – na época regido pelos militares, que concederam incentivos financeiros para o avanço da atividade; as condicionantes naturais favoráveis à atividade; o sistema fundiário em pequenas propriedades e com produção diversificada; o predomínio da agricultura familiar; a cultura do trabalho e da acumulação imbuída no migrante, bem como a implementação do denominado “modelo de integração” – forma encontrada para a manutenção da fragmentação dos agricultores em suas unidades produtivas (Alba, 2002).

A partir disso, houve um grande crescimento na produção de suínos, sendo uma atividade econômica muito importante para o estado e para a região até os dias de hoje. Giese (1991) destaca que a atuação dos empresários do ramo da agroindústria permite compreender, especialmente ao longo da década de 1970, a ocupação de cargos políticos de primeiro escalão no governo estadual como estratégia de acesso a recursos. Até pelo menos a década de 1990 este grupo se constituía

ativo para garantir o incremento de suas chances em concessões de financiamentos, subsídios e incentivos fiscais oriundos de órgãos públicos de fomento.

Em termos de urbanização

[...] nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o fenômeno da desmetropolização está relacionado à própria natureza do modelo urbano industrial implantado tardia e aceleradamente, e como destaca Singer, submetendo a estrutura econômica e social a choques profundos, fazendo com que as grandes metrópoles ao apresentarem crescimento acelerado, perdessem a capacidade de planejamento e reduzissem a capacidade de gestão urbana, sendo que a cidade em muitos momentos se desenvolve à revelia do poder público municipal e sujeita os interesses econômicos do mercado imobiliário. (Ugeda Júnior, 2014, p. 107).

Esta falta de capacidade de planejamento não abarca somente as metrópoles, pois acompanham o processo de urbanização do oeste catarinense, acarretando em alterações significativas na relação espaço-sociedade.

No contexto nacional, a partir da década de 1930, teve-se grande estímulo à produção nacional. Medidas de controle cambial e de restrições às importações visavam substituir as importações de bens de consumo não duráveis a fim de formar um mercado nacional. Neste momento constituiu-se o capital industrial, alavancado pelos investimentos estratégicos e de altos custos e riscos realizados pelo Estado brasileiro (Pertile, 2008).

As mudanças ocorridas do modo de produção mercantil em capitalista tiveram significativas marcas no processo de construção do espaço no Oeste de Santa Catarina. A transformação dos pequenos frigoríficos em grandes agroindústrias teve grandes e efetivas repercussões, tanto na agricultura quanto no comércio e na indústria regional. (Pertile, 2008, p. 118).

De modo muito simplificado, tem-se que o processo de urbanização e a expansão do mercado de alimentos no Brasil impulsionaram a implantação das agroindústrias de carnes no oeste catarinense, que se colocam como elemento alavancador do processo de urbanização e consequente transformação da paisagem do oeste catarinense. Este tem suas bases a partir do final da década de 1940, quando da retomada do fluxo migratório, principalmente do Rio Grande do Sul, e da instalação de importantes órgãos públicos como a Inspetoria de Estradas e Rodagens (DER), em 1947, que, de uma maneira geral, respondeu de maneira positiva para o crescimento e desenvolvimento da região.

Nesse novo contexto, o processo de colonização do oeste de Santa Catarina se destaca pela ocupação do que até então era considerado um território vazio, garantindo a defesa da fronteira com a Argentina, e se caracterizando como um grande negócio para as empresas e para o próprio governo com a venda de terras.

Nos anos de 1939/1940, Santa Catarina, com 94.998 km<sup>2</sup>, representa 1,12% do território nacional (8.511.189 km<sup>2</sup>) e 2,86% da população brasileira. Em relação ao estado, o oeste catarinense acolhe quase 6% da população que se organizava em quatro municípios: Xapecó (atual Chapecó),

Caçador, Concórdia e Cruzeiro (atual Joaçaba). O processo de colonização em fase de expansão resultou no aumento populacional (Quadro 1) e na criação de muitos municípios, saindo de quatro municípios na década de 1940 para 118 a partir da década de 2000, consolidando a ocupação da região.

Quadro 1 – Distribuição populacional brasileira, catarinense e na Mesorregião Oeste de Santa Catarina

	<b>População brasileira</b>				
	Total	Urbana	%	Rural	%
1940	41.236.315	-	-	-	-
1950	52.632.577	18.782.891	35,69	33.161.506	63,01
1960	70.799.000	32.004.817	45,21	38.987.526	55,07
1970	94.508.554	52.904.744	55,98	41.603.810	44,02
1980	119.098.992	80.479.448	67,57	38.619.544	32,43
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
2000	169.872.856	137.953.959	81,21	31.845.211	18,75
2010	190.755.799	160.997.894	84,40	29.757.905	15,60
2018 estimativa	208.494.900	-	-	-	-

	<b>População catarinense</b>					
	Total	% relação Brasil	Urbana	%	Rural	%
1940	1.178.340	2,86	-	-	-	-
1950	1.578.159	3,00	366.764	23,24	1.211.394	76,76
1960	2.146.909	3,03	695.347	32,39	1.451.562	67,61
1970	2.930.411	3,10	1.266.709	43,23	1.663.702	56,77
1980	3.627.933	3,05	2.165.876	59,70	1.462.056	40,3
1991	4.541.994	3,09	3.208.537	70,64	1.333.457	29,36
2000	5.356.360	3,15	4.217.062	78,73	1.139.297	21,27
2010	6.248.436	3,28	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01
2018 estimativa	7.075.494	3,39	-	-	-	-

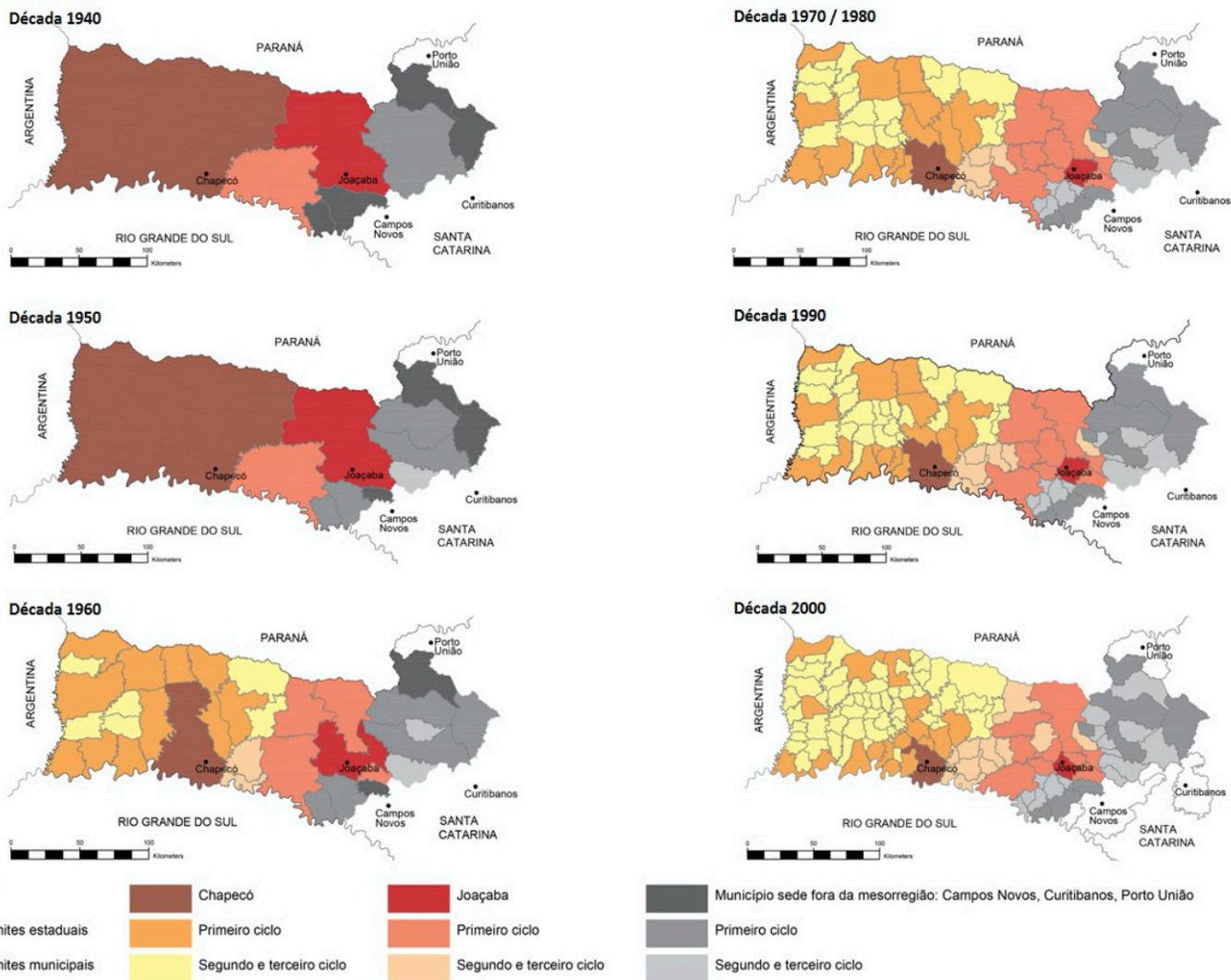
<b>Mesorregião Oeste</b>						
	Total	% relação estado	Urbana	%	Rural	%
1940	138.466	11,75	-	-	-	-
1950	281.654	17,85	-	-	-	-
1960	533.272	24,84	97.020	20,5	376.252	79,5
1970	745.798	25,45	-	-	-	-
1980	871.315	24,02	-	-	-	-
1990	1.051.092	23,14	531.959	50,61	518.114	49,29
2000	1.113.864	20,80	-	-	-	-
2010	1.200.712	19,22	860.563	71,67	340.149	28,33
2018 estimativa	1.253.001	17,71	-	-	-	-

Fonte: IBGE (1940-2018).

Em termos de população brasileira e catarinense, observa-se, a partir da década de 1980, a consolidação do maior número populacional na área urbana do que no meio rural, fato este que somente ocorrerá na década de 1990 na Mesorregião Oeste de Santa Catarina. Em termos de estado, Santa Catarina apresenta números populacionais crescentes quanto a expressividade da totalidade populacional brasileira. Por outro lado, o oeste catarinense não acompanha este acréscimo, visto que ganha expressão populacional em termos de estado somente até a década de 1970 e a partir daí perde representatividade a cada ano, tanto que pela estimativa 2018, com 17,71% da população do estado, está com percentual menor do que já teve em 1950 (17,85%) e com isso perde também representatividade e força política.

Para entender a estrutura territorial do processo de consolidação da ocupação do oeste catarinense, a palheta de cores, criada para a Figura 6, permite a visualização e compreensão dos municípios desmembrados dos quatro municípios criados pela Lei n. 1.147, em 1917: Chapecó (tons marrom, laranja e amarelo – cidades no extremo oeste da mesorregião); Joaçaba (tons vermelho, salmão e rosa claro – cidades ao centro da mesorregião); e em tons de cinza Campos Novos (Caçador, Videira, Capinzal e Piratuba), Curitibanos (Lebon Régis) e Porto União (Matos Costa) – cidades a leste da Mesorregião.

Figura 6 – Mapa do parcelamento do território na Mesorregião Oeste (década de 1940 – século XXI)

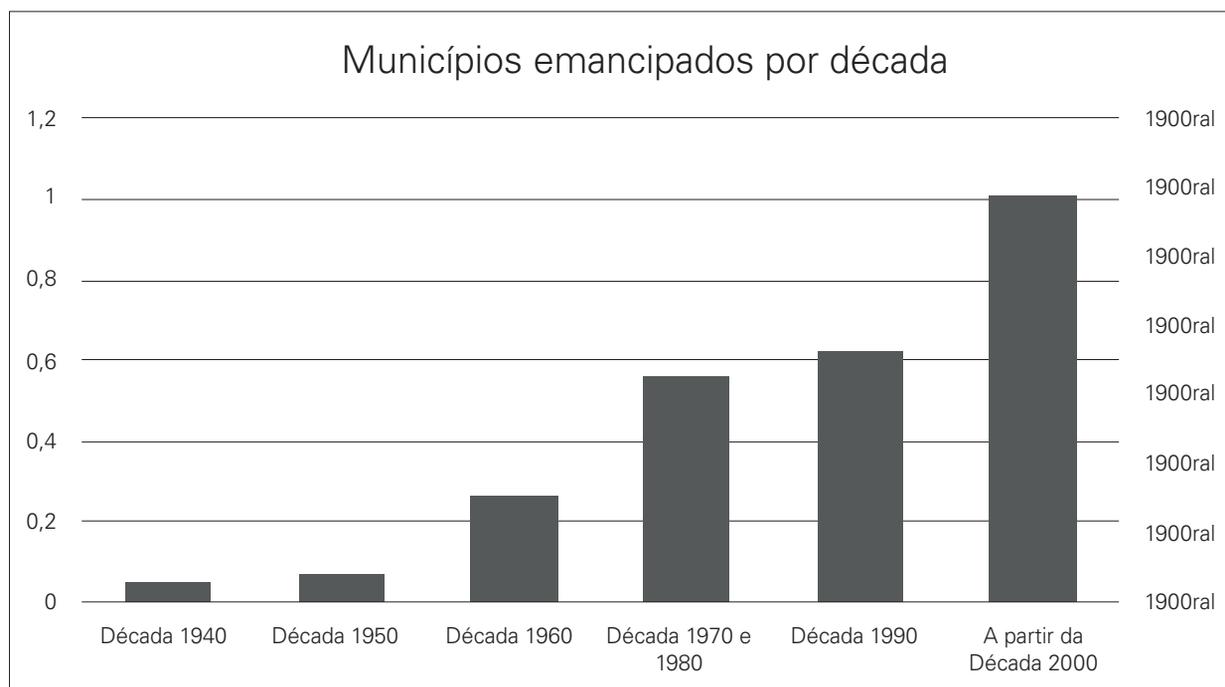


Projeto gráfico: Ana Laura Vianna Villela, Maryon Brotto Rosado e Isadora Zardo.  
Fonte: elaboração das autoras, a partir dos dados do IBGE (2019).

A Figura 7, com o gráfico do número total de município emancipados por década, possibilita observar o impacto, em números, do processo de parcelamento do território oeste catarinense, que nas primeiras décadas era composto total ou parcialmente por: seis municípios em 1940, oito municípios em 1950 e 31 municípios na década de

1960. A partir da década de 1970, os limites municipais que hoje definem a Mesorregião Oeste de Santa Catarina já estão claros, mas o processo de desmembramentos continua, constituindo 66 municípios a partir da década de 1970/80, 73 municípios a partir da década de 1990 e 118 municípios a partir da década de 2000.

Figura 7 – Gráfico do número total de municípios emancipados por década na Mesorregião Oeste de Santa Catarina



Fonte: elaboração das autoras (2018).

Com intuito de dar suporte a este processo de ocupação, importante movimentação política acontece a partir da década de 1960, com a criação das Associações de Municípios. O estado de Santa Catarina é dividido em 21 associações que possuem como principal objetivo defender os interesses institucionais locais, sendo mantidas exclusivamente com recursos dos municípios. Estas colocam-se do lado dos:

[...] consorciados como um órgão prestador de serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico municipal e ao lado dos administradores públicos Municipais (Executivo e Legislativo), dando-lhes a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade. (AMOSOC, 2017).

Na prática, estas associações ao mesmo tempo que possibilitaram o amparo técnico e legal aos municípios, que não conseguiam arcar individualmente com todos estes custos, acabam por desconsiderar as particularidades de cada território quando do direcionamento de suas ocupações, pois para esta instituição ser viável economicamente precisa ter um corpo técnico enxuto e regramentos amplos. Os processos são simplificados e, com isso, muitas vezes replicam as mesmas legislações e encaminhamentos a todos os municípios associados, ou seja, esta ação política estadual, além de padronizar decisões e ações sobre o território dos municípios dentro de cada associação, impacta negativamente na sua identidade.

Em termos de Brasil, Milton Santos evidencia que

[...] a partir de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre os quais um bom percentual de autopistas. (Santos, 1998, p. 39).

Isso demonstra que o problema de isolamento oriundo pela falta de estradas é uma constante em todo o País, e a necessidade de vencer distâncias significa até mesmo vencer uma luta pela própria sobrevivência. Ao passo que as distâncias são vencidas, a região oeste de Santa Catarina entra no cenário nacional e suas empresas se tornam mais competitivas.

Neste contexto, em 1963, o estado de Santa Catarina instala na região uma secretaria que teve como meta promover o seu desenvolvimento. A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste possibilitou “[...] grandes investimentos na região, especialmente na infra-estrutura, na construção de estradas, pontes, instalação de energia, etc. [...]” (Alba, 2002, p. 27), sendo uma de suas mais importantes obras a ponte sobre o rio Uruguai, em 1969, ligando o estado de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, conexão regional que se caracterizou como importante articulador para transporte de pessoas e cargas, além de encerrar o importante ciclo dos balseiros.

Em termos econômicos, tem-se a consolidação da produção com suínos a partir da década de 1940. A atividade com aves se consolida a partir da década de 1960, e principalmente na década 1970, com a exportação de frango inteiro. Expressão da força desta atividade é a realização, em 1967, da primeira edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi) – evento de caráter nacional que abrange os setores

primários, secundários e terciários, além de abrir espaços para a difusão de novos conhecimentos, tecnologias, assim como a realização de muitos negócios.

Em síntese, a partir da implantação dos frigoríficos a região iniciou um novo modelo, passando da produção economicamente voltada ao setor agrícola para fazer parte do rol das cidades industrializadas, o que a levou a se tornar o polo integrador, um centro de negócios, tendo o município de Chapecó como uma centralidade na região.

Consolidando esta tendência, no início da década de 1970 teve-se um importante marco em termos de Planejamento Urbano, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano: termos de referência para Chapecó (MINTER-SERFHAU, 1972), que serviu como base para o Plano Diretor de Chapecó (Lei n. 68, de 31 de dezembro de 1974), sendo este o primeiro plano diretor desenvolvido no oeste catarinense. O aspecto mais importante naquele documento regional se concentra na elaboração de duas hipóteses para o papel regional do município de Chapecó: a importância da atividade terciária e Chapecó como polo regional de prestação de serviços (atividade até então com pouca expressividade, mas que hoje compõe fortemente a identidade e vocação desta cidade); e a função de desempenhar o papel de polo agroindustrial do oeste catarinense (principal atividade econômica na atualidade).

Em 1999, assolados por sérios problemas ambientais, alguns municípios iniciam uma pequena, mas importante, ação: a fundação do Consórcio Iberê.

O Iberê identifica os problemas ambientais da região, aplica uma metodologia de gerenciamento ambiental participativa, intermunicipal e integrada, compartilhando as responsabilidades, buscando as opções técnicas, de baixo custo, fácil replicabilidade e levando em conta a vivência das pessoas do local. (Iberê, 2019, [s.p.]).

A partir da região inserida na Bacia Hidrográfica do rio Chapecó/Irani como unidade de gestão para planejar, adotar e executar os nove projetos que se destinam a promover o desenvolvimento sustentável, o consórcio é composto por sete municípios, que são: São Carlos, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto Alegre, Guatambu, Chapecó e Cordilheira Alta.

Outra importante articulação política são as criações das Regiões Metropolitanas, que, em termos nacionais, surgem com o intuito de fortalecer os municípios que apresentam dependência de utilização de equipamentos públicos e serviços especializados do Núcleo Metropolitano, com implicação no desenvolvimento da região; e que apresentam perspectiva de desenvolvimento integrado, através da complementaridade de funções.

A Lei Complementar n. 377, de 17 de abril de 2007, instituiu a Região Metropolitana de Chapecó, sendo esta revogada pela Lei Complementar n. 656/2015 por ser uma Lei Estadual declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC). Paralelamente foi promulgada a Lei Complementar n. 495, de 26 de janeiro de 2010, que instituiu várias regiões metropolitanas, inclusive a de Chapecó, que mais tarde recebeu nova redação pela Lei Complementar

n. 580, de 5 de outubro de 2012, e pela Lei Complementar n. 571, de 24 de maio de 2012.

Villaça (2003, p. 713), ao concretizar que “[...] talvez seja difícil encontrarmos uma esfera que seja tão carregada de disputas quanto o espaço urbano [...]”; destaca a particularidade das cidades médias brasileiras, onde

[...] o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano [...] Caímos então na questão das áreas metropolitanas. Um dos grandes desserviços prestados pelo Estado Brasileiro à geografia, e a toda análise da economia brasileira, foi a criação de área metropolitanas por lei. Isso é uma grande tolice. Criar por lei um processo socioeconômico? (Villaça, 2003, p. 713).

Em termos físico-territorial e político-administrativo:

O estado de Santa Catarina tem uma característica especial por inexistir nele uma grande metrópole, apesar de contar com expressivos municípios no interior, tais como Joinville, Blumenau e Itajaí. Singer (1974, p. 83) afirma que Santa Catarina apresenta um aspecto no mínimo curioso, em que o estado se divide em várias zonas economicamente autônomas, cada uma delas contando com uma capital regional.

No estado de Santa Catarina não é apresentado um centro urbano que centralize a economia catarinense. Determinando nesse caso um processo peculiar de regionalização com fortes características. A consolidação do modelo de associativismo municipal implantado e revigorado em Santa Catarina, assim como o surgimento de consórcios intermunicipais, com as experiências em cooperativismo está sendo fundamental para o processo de organização dos espaços territoriais identificados no Estado. [...]

A estruturação espacial de todas as atividades da administração pública estadual é uma realidade dentro do Estado, mas que em algumas regiões, como no Oeste, pela fragmentação existente, provoca conflitos para o planejamento regional tendo em vista ser uma prática que não contribui para uma consolidação territorial, nem para a melhoria de práticas administrativas em todos os níveis de governo. (Borges, 2010, p. 8).

Em termos econômicos, o PIB (Produto Interno Bruto – conjunto das riquezas geradas por uma economia ao longo de um ano) auxilia no entendimento da representatividade da região oeste na economia de Santa Catarina. O setor industrial é o maior responsável pela geração de PIB interno no estado, destacando-se na produção de cerâmica, produção têxtil e na indústria metalomecânica. O oeste se destaca pela atividade agroindustrial, com grande expressão nacional devido à atuação da BRF Foods, Aurora e JBS. Mensurando a participação dos setores das atividades econômicas de Santa Catarina, destaca-se que:

[...] graças à força do agronegócio, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil fechou 2017 com crescimento de 1% num ano de altos e baixos nos demais setores da economia, após a mais profunda recessão da história do país, com duas quedas idênticas de 3,5% em 2015 e 2016. [...] O desempenho econômico de Santa Catarina foi mais acelerado e maior do que o do Brasil ano passado porque avançou mais em diversos setores. Entre os destaques, a alta de 4,5% da produção industrial, 13,5% do volume de varejo e 6,7% no turismo. As exportações cresceram 12% e a produção agropecuária teve alta estimada de 0,5%. Os serviços tiveram recuo de 5,5%. (Benetti, 2018, [s.p.]).

Neste contexto é importante compreender a centralidade do município de Chapecó em relação a esta rede produtiva, destacando que:

[...] localizada no oeste de Santa Catarina, berço da avicultura brasileira, Chapecó desempenha um papel preponderante para a atividade avícola nacional. [...] Coração da avicultura catarinense, Chapecó lidera uma região (que inclui municípios de expressiva produção avícola como Seara, Videira, Joaçaba, Xanxerê, Concórdia, São Miguel do Oeste etc.) com mais de 2,9 mil granjas comerciais e capacidade de alojamento para 52,48 milhões de aves.

Considerada capital nacional da agroindústria, a cidade é um dos principais polos avícolas do país. Seu pioneirismo ajudou a moldar a moderna avicultura brasileira, fazendo da região um dos símbolos da força e da competitividade da produção avícola do Brasil.

De acordo com a CIDASC, o saldo de aves de Chapecó e região é de aproximadamente 65 milhões, número que corresponde a 79% da avicultura de Santa Catarina, segundo maior produtor e exportador brasileiro de carne de frango. (Beck, 2017, [s.p.]).

Contudo, a região oeste do estado de Santa Catarina no final do século XX, enquanto estrutura política passa a ser percebida pela importância de sua força econômica, enquanto estrutura morfológica, caracteriza-se pela extrema dependência dos espaços livres de circulação, principalmente as estradas, tanto asfaltadas, conectando grandes distâncias e mercados, quanto vicinais, ligando a produção das pequenas propriedades às indústrias de abate e beneficiamento e as APPS de Rios. Importante destacar que a instalação das hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) im-

possibilitam a navegação e sua utilização enquanto canal de circulação de pessoas e de mercadorias.

Os núcleos urbanos, consolidados com os processos de desmembramentos, se apresentam como fragmentos de um território que troca seu contexto de ocupação, e que, juntamente com as matas e as áreas verdes nativas, passam a se caracterizar por pequenos nichos isolados. Neste momento, as grandes manchas ainda são as matas nativas realçadas pelas características topográficas da região que revelam sua paisagem única de montanhas e vales, bem como pelas áreas produtivas.

Assim, no século XX a produção espacial do oeste catarinense se caracteriza enquanto: Espaço Concebido pela consolidação e renovação étnica, oficializando o migrante na região, e instituindo várias organizações que consolidam a fronteira e tentam estruturar o desenvolvimento local; Espaço Percebido como de ocupação recente (desvinculação e desarticulação do caboclo e do índio com o território), passando a ser compreendido pela sua força produtiva vinculada ao agronegócio e a estrutura organizacional de pequenas propriedades produtivas e cooperadas, bem como pela constituição de pequenos e médios municípios; e enquanto Espaço Vivido pelo aprofundamento de seu processo “civilizatório” enquanto lugar de oportunidade e qualidade de vida. A matriz econômica amplia suas relações com a produção nacional e internacional (principalmente pela venda de carne suína e frango) e os núcleos urbanos, mesmo não sendo a maior expressão territorial, coordenam os macroinvestimentos sobre o território.

O século XXI inicia com novos desafios, visto que o desenvolvimento de uma região em longo prazo depende de fatores determinantes, tais

como os critérios econômicos e políticos que permitem, ou não, a participação de recursos nacionais na região, a capacidade de organização social e econômica, capaz de impulsionar potencialidades de crescimento, adotando para si um caráter independente e fortalecendo sua identidade.

Em termos gerais, as características naturais foram um importante e definidor divisor territorial entre o litoral e o oeste do estado. O pertencimento à bacia do rio Uruguai que foi subjugada à implantação de pequenas (atualmente são cerca de 65 no estado) e grandes hidrelétricas restringiram às rodovias a comunicação e circulação de pessoas e mercadorias na região. A vegetação nativa de árvores com alto valor comercial abasteceu importante ciclo econômico, mas hoje condena a região a um adiantado estágio de extermínio desta vegetação natural para abrigar áreas agrícolas e de pecuárias<sup>1</sup>, o que alterou a fisionomia geral da paisagem do oeste. Importante destacar que a mesorregião oeste de Santa Catarina ainda se caracteriza como um território de ocupação mais rural do que urbano, visto que 79 (66,94%) municípios estão na faixa entre 0-59,99% em que a população municipal mora na cidade e somente 39 (33,05%) municípios estão na faixa entre 60-100%.

Assim, no século XXI a produção espacial do oeste catarinense se caracteriza enquanto: Espaço Concebido pela constituição de uma rede urbana composta por pequenos e médios municípios, fortemente articulados às dinâmicas dos municí-

pios gaúchos, que explicitam a necessidade da construção de uma política pública hegemônica que considere as particularidades deste território; Espaço Percebido que tem na urbanização o articulador e conector das diferentes redes: serviços-pessoas; produção-indústria, entre outros, explicitando a consciência de que as oportunidades estão concentradas em cidades polo em seus diferentes níveis; e Espaço Vivido pela articulação dos territórios: de produção, tendo a indústria do agronegócio da carne seu principal símbolo material, das oportunidades nos núcleos urbanos e de circulação: pessoas (deslocamentos pendulares), produção... que unificam a estrutura como um todo.

É neste contexto que a centralidade apresentada pelo município de Chapecó se destaca enquanto polo: industrial, pioneiro da tecnologia para a agroindústria da carne; comercial, pela concentração de estabelecimentos e diversidade de produtos que abastecem grande parte da comunidade da região; e de serviços, pela concentração de instituições de ensino, de saúde e serviços em geral<sup>2</sup>.

1 Em 2017 Santa Catarina ficou como o quarto maior produtor de leite. Fonte: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2017/10/13/tecnologia-coloca-sc-no-posto-de-quarto-maior-produtor-nacional-de-leite/>>.

2 Mais detalhes, ver Matiello e colaboradores (2016).

## Referências

- ALBA, R. S. **Espaço Urbano**: os agentes de produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.
- ARAÚJO, M. M. S. **A produção do espaço urbano periférico e a questão habitacional em Feira de Santana**: o programa minha casa minha vida no bairro da Mangabeira, entre 2009-2014. 2016. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23045>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.
- BECK, P. Chapecó, berço da avicultura comercial do Brasil. **Revista aviNews**, 3 abr. 2017. Disponível em: <<https://avicultura.info/pt-br/chapeco-berco-da-avicultura-comercial-do-brasil/>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BENETTI, E. Brasil supera recessão enquanto SC acelera mais. **NSC Total**, 1 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/columnistas/estela-benetti/brasil-supera-recessao-enquanto-sc-acelera-mais>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- BORGES, P. R. S. A região oeste catarinense no contexto do desenvolvimento regional após os efeitos da interiorização da administração pública. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 14, n. 27, p. 7-24, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/issue/view/97>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIESE, B. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxteis e agroindustrial**: demandas e canais de influência (1970 - 1985). 1991. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75768>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. reimp. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MATIELLO, A. M. et al. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, M. E. B.; MAYA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MARTINS, J. de S. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS. MR-17 – Vinte anos sem Henri Lefebvre, 35., Caxambu, 2011. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/mr-5/mr17/1279-a-dialetica-do-metodo-regressivo-progressivo-em-dois-temas-brasileiros-cidade-e-campo/file>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PELUSO, V. A. A evolução da cidade de Chapecó: de povoado a centro regional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 1982.

PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasBranco.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SCHLEE, M. B. et al. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um Debate Conceitual. **Revista Paisagem e Ambiente**. São Paulo: FAU-USP, 2009. (Ensaio n. 26).

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

UGEDA JÚNIOR, J. C. Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/764>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VILLAÇA, F. Um ângulo de síntese: a análise do espaço. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp; ANPUR, 2003.

VILLELA, A. L. V.; FUJITA, C.; ALBA, R. S. Centralidade no Oeste Catarinense: o papel de Chapecó. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. **Cidades Médias e Região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

# El urbanismo como praxis contemporánea ilusiones sobre lo común y lo extraordinario

---

Diego Capandeguy

## Presentación

El siguiente texto comprende diversas cuestiones tratadas gracias a la amable invitación de la Unochapecó de participar de un ciclo de conferencias con motivo del Centenario de la fundación de la ciudad de Chapecó. Ello fue agenciado y facilitado por el Profesores Miguel Pacheco y Andre Carrilho. Tal convocatoria refirió a la problemática urbanística contemporánea en general, y a nuestra práctica profesional independiente realizada en Argentina y en Uruguay. Ello se articula con una para-

lela práctica académica en proyecto de urbanismo en un Taller de Arquitectura, el Taller Danza, en una escuela de arquitectura pública en Uruguay, este pequeño país del Sur entre dos naciones gigantes y de gran identidad cultural como lo son Brasil y Argentina.

¿De qué trata el urbanismo? Esta es una pregunta sustantiva y con respuestas diversas, no ajenas al sentir de cada tiempo. Ildéfons Cerdà planteaba que la urbanística era el *arte del buen*

*establecer*, el hacer artístico del buen localizar una actividad y obra civil. Esta es una sugestiva definición de mínima aún vigente. Actualmente el urbanismo también podría interpretarse como una de las prácticas de organizar un territorio, aunque sea parcialmente, de activarlo desencadenando diversas acciones, de dotarlo de soportes infraestructurales, de facilitar su hábitat y su operativa y de coadyuvar a su equidad socio – territorial. El urbanismo también puede impregnarle al territorio de una belleza o armonía, aunque estas últimas palabras categorías suenen algo envejecidas (Capanduguy; Gastambide, 2016).

En principio el urbanismo sería una de las prácticas específicas del cuerpo del denominado *ordenamiento territorial* y de la anterior nominación del *planeamiento físico de las ciudades* y de territorios más amplios. Pero más que esta disquisición se desea subrayar la dimensión proyectual del urbanismo como un ejercicio singular de la arquitectura. Ello puede comprender cuestiones locales, programáticas, diagramáticas, formales, paisajísticas, ambientales y tectónicas, contingentes o más estructurales, entre otras especificidades. Tales cuestiones pueden estar muy determinadas o muy abiertas, facilitándose en tal caso la actuación de otros operadores sociales.

Por tanto el urbanismo actual comprende múltiples prácticas, frecuentemente desdobladas entre diferentes actores. Actualmente son excepcionales o raros los arquitectos titulados que asumen simultáneamente roles de proyectistas *designers*, de directores de obras, de promotores y de urbanistas. Estas prácticas evidencian las crecientes complejidades de las sociedades contemporáneas, con múltiples iniciativas y apoderamientos que diversifican y trascienden el trabajo arquitectónico. Esta

visión compleja de la práctica del urbanismo podría ser más reconocida en la enseñanza de grado de la arquitectura.

## Urbanismo en cambio

### *Todo cambia...*

*Todo cambia* no sólo es un aforismo o el título de una célebre canción popularizada por la cantante argentina Mercedes Sosa: "*cambia lo superficial, cambia también lo profundo, cambia el modo de pensar, cambia todo en este mundo... cambia el rumbo el caminante, aunque esto le cause daño*".

En primer lugar están transformándose los soportes territoriales en los que opera el urbanismo. Ello está asociado a los cambios en la organización territorial de la actual fase del llamado *capitalismo avanzado*. David Harvey habló del *régimen de acumulación flexible* como una de sus características. En el mismo la sobreacumulación de capital supone mecanismos de desplazamiento en el espacio y en el tiempo (Harvey, 1985, 1998).

En las últimas décadas se han producido cambios en las ciudades y en los mundos rurales, en la generación de nuevas territorialidades mixturadas, en las lógicas horizontales del capital y en los patrones espaciales del posfordismo y en los mundos del trabajo. También se consignan profundos dualismos socio-territoriales, las crisis de muchas de las democracias contemporáneas, la coexistencia de pulsiones en las aperturas y cierres de fronteras de los estados nacionales, y la creciente expansión de las nuevas tecnologías de la información y de la

inteligencia artificial. Todo ello supone trabajar en otros territorios reales, con otras lógicas locacionales, asociativas, ambientales, geopolíticas, culturales y simbólicas.

### **Posicionamientos urbanísticos del pasado**

También el urbanismo se encuentra en un momento de especial cambio. Gran parte de los paradigmas urbanísticos del siglo XX están en crisis en relación a sus ambiciones y operatividades. Los mismos suponían un alto control territorial y formal. Es el caso de diversos paradigmas racionalistas.

Otros paradigmas urbanísticos de los últimos cincuenta años tienen vigencia si se les aplica con buen sentido y de modo crítico en relación a problemáticas concretas. Es el caso del Urbanismo Defensivo focalizado en la defensa del patrimonio arquitectónico. También lo es el paradigma del denominado Urbanismo Urbano. Este se orienta a la recomposición de las formas y figuras urbanas. Ello en ocasiones ha derivado en una ficción formal algo anacrónica. Pero su gran valor es la mejora de la urbanidad, sea por operar en el espacio público o en el espacio privado.

El llamado Urbanismo Estratégico es otro posicionamiento urbanístico del siglo XX aún vigente con constricciones. Este tiene confianza en la capacidad inductora de transformaciones de determinadas operaciones. Ello trasciende respetos y continuidades morfológicas. Se trata de potenciar *nichos de oportunidad*, lo excepcional, lo único y lo desencadenante.

En esta segunda década del siglo XXI coexisten aplicaciones de paradigmas urbanísticos como los

anteriores, con otras elaboraciones más recientes. Ello supone acumulaciones y compatibilidades, con pertinencias o con desajustes según los casos. Algunas experiencias emblemáticas a nivel internacional, como la de Medellín en Colombia, son ejemplos de brillantes mixturas pragmáticas y operativas en relación a sus paradigmas de referencia. Es que este modelo urbanístico remite a la conjunción de conceptos e instrumentos de diversos paradigmas, caso del Urbanismo Urbano y del Urbanismo Estratégico, con teorías del Desarrollo Local y con otros abordajes más contemporáneos de interés.

### **Abordajes urbanísticos recientes**

A nivel internacional en las últimas décadas se han desarrollado algunos posicionamientos urbanísticos en los que cabe detenerse.

Por una parte se ha vuelto a concebir el territorio como un *paisaje manufacturado*. Se trata de una concepción de matriz pintoresquista, con elaboraciones teóricas y exploraciones pioneras durante los siglos XVIII y XIX, como ha estudiado Iñaki Ábalos (Ábalos, 2009). Piénsese en el proyecto del Central Park en Manhattan de Frederick Law Olmsted. Esta fue una acción antrópica extraordinaria que generó una naturalidad artificial domesticada. Este paisajista norteamericano fue el promotor de la práctica del *landscape architecture*, de reciente revalorización. Sin embargo, más allá de que un autor como Pierre Donadieu hable de una sociedad contemporánea seducida por el paisaje, una *société paysagiste* (Donadieu, 2002), el discurso de la arquitectura como paisaje presenta sus

límites cuando aspira a un alto control territorial en grandes formatos de intervención.

Otro abordaje reciente es el Urbanismo de las Infraestructuras, tal como lo denominó Stan Allen (1999, p. 46-57). Este autor refiere a una nueva praxis. Ello supone repensar las infraestructuras en la arquitectura, el urbanismo y el paisaje. Allen plantea que el “*Urbanismo infraestructural marca una vuelta a la instrumentalidad y un alejamiento del imperativo de la representación en arquitectura.*” (Allen, 1999, p. 176). Y se detiene en siete propuestas a modo de postulados del Urbanismo infraestructural: la infraestructura funciona no tanto para proponer edificios específicos en emplazamientos dados, como para construir el propio emplazamiento; las infraestructuras son flexibles y anticipatorias... trabajan con el tiempo y están abiertas al cambio; la infraestructura crea un campo dirigido en que pueden contribuir diferentes arquitectos y proyectistas, pero marca límites técnicos e instrumentales a su trabajo; las infraestructuras se acomodan a la contingencia local, manteniendo simultáneamente una continuidad general; las infraestructuras, aunque son estáticas en sí y por sí mismas, organizan y dirigen sistemas complejos de flujo, movimiento e intercambio; los sistemas infraestructurales funcionan como ecologías artificiales; y, en el urbanismo infraestructural, la forma importa, pero importa más por lo que pueda hacer que por su aspecto (Allen, 1999).

La ecología y el ambiente también permean la construcción de los posicionamientos urbanísticos recientes. James Corner señala que “[...] *las ciudades e infraestructuras son exactamente como bosques y ríos ‘ecológicos’.*” (Corner, 2006, p. 11). Las prácticas urbanísticas e infraestructurales

intentan articularse de modo intenso, o de modo sólo retórico o superficial, con una *ecología profunda*. Ello trasciende –o debería trascender– límites o fronteras administrativos, de cara a soluciones ambientalmente más consistentes y posibles, aunque imperfectas. Ello contribuiría a mejores locaciones, a reducciones de riesgos, a mitigaciones y quizás a nuevas poéticas. Por todo ello la conceptualización de un Urbanismo Ecológico se visualiza como una construcción fuerte (Mostafavi; Doherty, 2010). Pero también se trata de un andamiaje de difícil logro, algo crítico, ligero y de a momentos de consolación ante una cultura humana muy depredadora y destructora de la naturaleza con su riqueza vital, producto de la *macrohistoria*.

Otro registro podría ser el del Urbanismo Táctico, muy asociado a prácticas de activación y de concientización urbana (Gadanhó, 2014). Cuando hace unos años se planteó una muestra del MOMA sobre tal tema, se generaron diversos debates sobre el potencial de este posicionamiento urbanístico y sobre los límites de su aplicación a nivel político, al poder operar como una cortina de humo de cuestiones estructurales más profundas (Carrasco; Livni, 2015).

Los abordajes urbanísticos anteriores se han cruzado fuertemente. Todo ello forma parte de un campo técnico y cultural más amplio en que coexisten, incluso se asocian, las nuevas territorialidades, las aspiraciones esquivas a mayores equidades socio – territoriales y a una sostenibilidad y amigabilidad ambiental, la sensibilidad paisajística, la asunción del bajo control, la noción de *smartcities*, una revalorización de la *acción urbana*, un singular relanzamiento del momento teórico y crítico imbuido de valores vinculados a la *Tendenza* y a otros

registros anteriores<sup>1</sup>, entre otros. Al respecto, en el urbanismo y en otros campos, este siglo XXI emerge más pragmático y operativo que el anterior, con relecturas de las cotidianidades vitales y de las diversas prácticas humanas. En particular los registros sensibles del arte también traspasan a la arquitectura y al urbanismo, nutriéndolos.

¿Cuán aplicables son los temas anteriores en las pequeñas y medias ciudades de América Latina, en sus ruralidades activadas como productoras de nuevas *commodities*, o en sus vastedades aún distantes y poco antropizadas? Seguramente tales aproximaciones son aplicables de modo selectivo y adaptativo, no ingenuo.

Tales tópicos permean los mundos locales, con un frecuente *urbanismo de trincheras*, con sus limitados recursos de gestión.

## Urbanismo de trincheras

La noción de un *urbanismo de trincheras* se refiere a las crecientes prácticas urbanísticas reales en el Sur. Se tratan de praxis públicas o privadas, unidas por sus limitados recursos de gestión (que trasciende lo económico), por territorialidades en conflicto, por frecuentes comunidades locales postergadas, por las prisas o urgencias de las demandas y de la acción. Todo ello desafía al urbanismo y a la política. En este *urbanismo de trincheras* la aplicación de muchos de los abordajes anteriores puede ser positivamente disparadora, o algo ingenua e ilusoria.

Este *urbanismo de trincheras* podría ser potenciado en sus objetivos primarios del buen localizar, de afrontar frecuentes restricciones infraestructurales, de coadyuvar a una amigabilidad ambiental algo esquiva y, en ocasiones, a generar poéticas penetrantes. El urbanista deviene en un *solucionador práctico* de contingencias. En algún caso el urbanista se constituye en un encantador de ilusiones, de ficciones, seguramente embriagado de la magia de nuestras ciudades o de sus vastedades frecuentemente discretas (Capandeguy, 2016).

Estos urbanismos fácticos, *de trincheras*, ¿no son frecuentemente soslayados por la alta cultura arquitectónica y por el mundo académico? Pero los anteriores, ¿no son modos del hacer urbanístico que habilitaría su mejora y su más amplia instalación en algunas instancias de la enseñanza del urbanismo? Acaso, ¿no conviene formarse en enfrentar no sólo lo muy singular sino lo corriente, sea a nivel edilicio y urbanístico?

## Ejes temáticos en afirmación y en fuga

En este ciclo de *Memórias para o futuro: Centenário do Chapecó* se ha convocado a la reflexión sobre tres ejes temáticos: la identidad, la infraestructura y la calidad de vida. Se tratan de importantes categorías contemporáneas. Parte de las mismas cruzan los anteriores posicionamientos urbanísticos. Cabe detenerse en estos asuntos.

<sup>1</sup> Como plantea el grupo DOGMA integrado por Pier Vittorio Aureli y por Martino Tattara, con una aproximación muy culturalista.

## Identidad

La identidad es una categoría relevante en las ciencias sociales y en la arquitectura en el último medio siglo. Cabe evocar registros como el de Maurice Halbwachs a propósito de la *memoria colectiva* (Halbwachs, 1950) o de un clásico como Alain Touraine sobre la emergencia del *actor social* como entidad social concreta, con su capacidad de iniciativa y de ser portador de proyectos de afirmación colectiva (Touraine, 1984). Ciertamente el estudio de las identidades de los colectivos ha sido un tema sustantivo, con sus clivajes con los elementos tangibles y tangibles. Como conceptualiza e indaga José Arocena para diversas realidades locales, el territorio es un componente relevante en los procesos constitutivos de la identidad (Arocena, 2002). Tal identidad es una construcción dinámica, con aproximaciones en ocasiones nostálgicas ancladas a un pasado, o con visiones más abiertas hacia el futuro, o con mixturas complejas.

La contemplación de la identidad en el urbanismo ha sido una acción fuerte en los ya citados paradigmas del Urbanismo Defensivo y del Urbanismo Urbano. También ha sido un asunto en crisis por los procesos de homogeneización cultural contemporánea, o por una retórica políticamente vacía no acorde con los cambios en los propios andamiajes de las nuevas generaciones.

Rem Koolhaas, hace casi un cuarto de siglo, escribió la Ciudad Genérica. Se trata de un texto premonitorio y sugestivo. Este autor se detuvo en la pérdida de la identidad, de la diferencia:

¿qué queda si se quita la identidad? ¿Lo genérico?... En la medida que la identidad

deriva de la sustancia física, de lo histórico, del contexto y de lo real, en cierto modo no podemos imaginar que nada contemporáneo realizado por nosotros le aporte algo... Cuanto más poderosa es la identidad más aprisiona, más se resiste a la expansión, la interpretación, la renovación y la contradicción... La Ciudad Genérica es la ciudad liberada de la cautividad del centro, del corsé de la identidad. Es la ciudad sin historia. (Oma; Koolhaas; Mau, 1995, p. 1238).

En la Ciudad Genérica las identidades pueden simularse o falsearse. Koolhaas muestra una notable capacidad de interpelar a las aproximaciones hegemónicas de su tiempo. Ello no significa que no opere con atención en los resquicios identitarios como provocación poética del proyecto. Piénsese en su estudio de preservación para Pekín, en su Casa da Musica de Porto o para la Fondazione Prada en Milán.

En la misma época, Alejandro Zaera Polo, entonces director del FOA, escribía sobre la triada especificidad –masa crítica– conectividad, aplicada a una puesta a punto sobre las territorialidades de entonces. Y se detenía en el concepto de *coherencia diferenciada* como una clave analítica y operativa (Zaera Polo, 1994).

## Infraestructura

Las infraestructuras son los soportes materiales y operativos de los ámbitos territoriales que son servidos por las mismas. Quizás juegan como un *set* como lo sugieren Andreas Georgoulas y Spiro Pollalis: “[...] *la infraestructura es el set de los sistemas físicos fundamentales, servicios y redes que soportan el ambiente construido...*”

(Pollalis; Georgoulas; Ramos; Schodek, 2012, p. 76).

Los tipos de infraestructuras territoriales pueden ser muchas: infraestructuras conectivas, de comunicaciones y logísticas; infraestructuras energéticas; infraestructuras de agua y saneamiento; infraestructuras productivas; infraestructuras de negocios y servicios; infraestructuras del ocio y del turismo; infraestructuras del hábitat, etc. Tales clases de infraestructuras son específicas, pudiendo operar de modo yuxtapuesto y complementario.

Muchos de los fenómenos infraestructurales se producen encadenados, en movimientos procesuales y de cascada, a veces predecibles y otras no, con consecuencias directas en la organización del territorio. Anticiparse a los mismos será vital para la orientación de los cambios, como para el crecimiento o declive territorial (Sprechmann; Capandeguy; Gastambide, 2015, p 114-125). Las infraestructuras se solapan e infiltran en los territorios o en la geografía preexistente, cambiándola. Ello podrá ser muy visible o poco, como ocurre con el saneamiento o con las redes virtuales.

El incipiente ya citado paradigma del Urbanismo Infraestructural, como lo denominó Stan Allen, es una aportación significativa (Allen, 1999). Un tema de especial relevancia son las articulaciones entre los territorios y las infraestructuras. Ambos son componentes dinámicos que pueden remitir a diversos *patterns*. Estas articulaciones entre organizaciones territoriales y ordenes infraestructurales constituyen un nicho poco indagado en la cultura arquitectónica y urbanística, y en la ingeniería. Por tanto su abordaje tiene una significación no sólo cultural sino práctica, asociada a la aspiración de logros y actuaciones más consistentes e imaginati-

vas, abriéndose más alternativas en la intervención en el territorio y en la manufactura del propio paisaje (Sprechmann; Capandeguy; Gastambide, 2015). Ello ha habilitado diversas miradas y ejercitaciones específicas dentro de la enseñanza del proyecto de urbanismo.

## **Calidad de vida**

La expresión *calidad de vida* es polisémica. Se trata de una categoría viva y en uso en el presente en distintos campos y en la cotidianidad. La misma refiere al bienestar de las sociedades y de sus individuos.

La mejora de la calidad de vida es un objetivo en gran parte de las prácticas del urbanismo. En el pasado se utilizaron otras categorías con cruces transversales como las nociones de bien común o de urbanidad.

Al respecto actualmente no puede sentirse la confianza moderna en la gran capacidad transformadora de la vida por parte de la arquitectura y el urbanismo. Obviamente la arquitectura contribuye a ello. Pero en ello concurren otras claves sociales, económicas, políticas y existenciales sobre la vida humana. Además la percepción del presente se distancia de los registros más racionalistas de hace casi un siglo. Es curioso. Alguna de sus formulaciones como el *Existenzminimum* (Sprechmann; Capandeguy; Gastambide, 2015), sin perjuicio de su homogeneización y rigidez, opera como un tema abierto a modo de un umbral a flexibilizar y *custo-merizar* en las sociedades contemporáneas.

El concepto de calidad de vida es una construcción social, histórica, con componentes presuntamente objetivos y con subjetividades. Seguramen-

te para algunos colectivos del presente la calidad de vida supone otras opciones que las planteadas en el discurso arquitectónico y urbanístico dominante.

## Enseñanza del urbanismo en el grado

### *Sentido*

La enseñanza del urbanismo dentro de la carrera de Arquitectura habilita diversas reflexiones.

Cabe preguntarse, ¿tienen sentido los cursos de proyectos de urbanismo? Estos cursos son importantes pues pueden aportar varias cuestiones como el *buen localizar*, una cuestión frecuentemente soslayada; la organización articulada de territorialidades, infraestructuras, edificios y espacios abiertos; el bien común, más allá de la resolución contingente de un edificio con su poética; el sentido de la escala y del formato; la imposibilidad del control del conjunto; o la aprehensión paisajística del territorio. Todo ello nutre un futuro hacer específico en el campo urbanístico como también robustece la propia formación hacia un arquitecto que incluso se centre a futuro solo en el proyecto edilicio. Es que el urbanismo tiene una dimensión arquitectónica y paisajística. Urbanismo es arquitectura (Capandeguy; Gastambide, 2016), no debiéndose reducirse el primero a un *zoning* abstracto.

El urbanismo es una práctica que podría equipararse al proyecto de arquitecturas complejas, con sus formatos medios o grandes, con sus inestabi-

lidades estructurales, con sus rigideces y flexibilidades. Estas creaciones y organizaciones suelen oponerse al alto control de la forma pura, incólume y rígida que deslumbra a parte de los arquitectos, especialmente en muchos ámbitos académicos (Capandeguy; Gastambide, 2016).

### *Incertidumbres de época y nuevo pacto educativo*

Naturalmente la enseñanza del urbanismo no esta ajena a las incertidumbres de época. Ello abre diversas preguntas: ¿cómo enseñar hacia un ejercicio profesional que seguramente cambiará y será más difuso cuando actúen los estudiantes que hoy se están formando? Acaso, ¿se logra formar más en capacidades proyectuales adaptativas que en certezas y en posicionamientos urbanísticos inevitablemente instrumentales y contingentes?

Asimismo, ¿la enseñanza del urbanismo está en sintonía con los desafíos y modos de aprendizaje de los jóvenes del presente? Esto último se entiende fundamental. La formación en las escuelas de arquitectura no debería estar ajena a su tiempo, con sus sensibilidades, sus lógicas de consumo, sus prisas y sus dramas. Se trata de formar en habilidades básicas, de lograr crecientes autonomías y mayor conciencia de las posibilidades de la arquitectura y del urbanismo, y de sus propios límites.

Seguramente parte importante de los docentes intentamos articular la labor académica con los mundos de los jóvenes en un pacto educativo conjunto que es extraordinario. Este es desafiante pero también escurridizo y frágil. Hacia este nuevo pacto educativo cotidiano se pondera sustantiva la afirmación de empatías y cordialidades en el proce-

so formativo, intentándose aprender disfrutando y entusiasmando por la inmersión disciplinar. Obviamente ello seguramente cruza a todas las prácticas docentes del mundo académico. Pero lo motivacional no es una condición necesaria y suficiente. La enseñanza directa en proyecto de urbanismo supone un proceso de ida y vuelta, iterativo, entre los estudiantes y los docentes, donde el desafío permanente sería tratar de estar a la altura –y ojalá que superar– las expectativas de aprendizaje del estudiantado que le dan sentido a esta labor docente.

En especial la enseñanza del proyecto de urbanismo es muy disfrutable y desafiante. Por una parte debe subrayarse la apertura a indagaciones urbanísticas que se entiendan pertinentes en lo formativo, con *gancho* para los estudiantes y también motivadoras para los propios docentes. Al respecto, se intenta perseguir la contemporaneidad, interpelándose sobre los posicionamientos urbanísticos de este tiempo como los tratados sintéticamente al inicio de este texto, con sus respuestas plurales con buen sentido, y la apertura de nuevas dudas e interrogantes.

También se ponderan de interés las dinámicas de comunicación contemporáneas. Al respecto se ha indagado en operativas por paisajes de datos (*datascape*) sobre los territorios y el urbanismo, con su amplio campo diagramático y visual, al que ha contribuido la aplicación de las TICs. Se trata de que ello no suponga *el final de la teoría*.<sup>2</sup>

## **Ilusiones sobre lo común y lo extraordinario**

La enseñanza del proyecto de urbanismo se enfrenta a diversas disyuntivas. Es necesario formar para un mundo profesional cambiante, incierto y muy abierto. Por una parte, como se hace en muchas escuelas de arquitectura, se puede simular proyectos en lo extraordinario y excepcional. O simplemente podría operarse con la adquisición de habilidades a partir de experimentaciones muy distanciadas de lo real. Pero también podría formarse para una praxis urbanística de lo común y de lo corriente. Al respecto se entiende de interés trabajar sobre *urbanismos fácticos* o de hecho, sobre las alternativas de localización de un programa, sobre la dimensión arquitectónica de una norma urbanística, sobre un pequeño proyecto urbanístico de calificación de una localidad suponiendo pocos recursos de gestión, o sobre otros problemas corrientes o comunes del urbanismo.

Obviamente tales encasillamientos de prácticas pueden relativizarse, y son concomitantes. Acaso, ciertas decisiones y valores urbanísticos en apariencia corrientes, ¿no pueden devenir en logros extraordinarios?

Lo importante es la adquisición de habilidades urbanísticas con sentido. Como señala Jorge Moscato, lo relevante es concebir al urbanismo como una creación *de ilusiones*. Estas no refieren a estrategias del engaño sino a la concreción de sueños, al poder de la arquitectura como *esperanza proyectual*, parafraseando el título de un escrito clásico de Tomas Maldonado (1971). Moscato, plantea que “[...] *las ciudades solo se sostienen por la ilusión. Las crisis se superan por generar*

2 Como supone Chris Anderson, consignado por Han, Byung-chul (2014), *En el enjambre*, Barcelona, Herder, p. 106.

*ilusiones. La ilusión tiene un componente de lo real... Lo mejor de la arquitectura es la esperanza de transformar el mundo. Eso trasciende el lenguaje.*" (Moscato, 2017, p. 130-131).

Esta aspiración de la práctica urbanística como hacedora de *ilusiones* modestas o extraordinarias que pueden concretarse, hoy no supone redenciones escurridizas sino pequeños o grandes logros concretos, sin amplificaciones adjetivadas.

### **El proyecto urbano como formación**

La enseñanza del urbanismo debería formar a los jóvenes estudiantes para poder realizar diversas prácticas crecientemente diversificadas a futuro. Ello impregna determinados modos de proyectar la arquitectura edilicia, el *landscape urbanism* y otras praxis.

El llamado *proyecto urbano* ha tenido diversos significados en el último medio siglo y en diversos contextos culturales. En Uruguay el logro del *proyecto urbano* y territorial a la manera europea ha sido ilusorio y acotado. Pero hay experiencias regionales robustas como la del cuidado *proyecto urbano* de Puerto Madero en Buenos Aires, de Freddy Garay, de Jorge Moscato y otros actores. Lo mismo ocurre con formulaciones como la del *Proyecto Urbano Integral* de cierta complejidad, como lo han desarrollado diversos actores en Medellín.<sup>3</sup>

3 El llamado Proyecto Urbano Integral (PUI) colombiano es un instrumento de actuación urbana que aborda sus componentes físicos, sociales e institucionales, articulándolos en un ámbito territorial de intervención.

Sin perjuicio de ello, reconociendo la diversidad y la problematicidad del *proyecto urbano y territorial*, su enseñanza tiene sentido. En efecto, la misma permite adquirir oficio e indagar sobre órdenes materiales e intangibles del territorio, sobre urbanidades y pregnancias del paisaje, sobre inducciones procesuales, y sobre la potencia y los límites del propio urbanismo. En particular la simulación y la ficción tienen sus propios límites y riesgos pedagógicos. Estos no son *per se* caminos directos al éxito del proyecto urbano y territorial. Una apuesta abusiva a estas categorías operativas, sin reconocer sus restricciones, podría resultar algo ingenuo o generar fáciles ilusiones de cambio. También otras miradas posibles podrían indagar en legítimos caminos más transitados evitando tales riesgos. Pero el reto es no reducir el notable potencial exploratorio, creativo y reflexivo que posibilita la enseñanza del proyecto de urbanismo dentro de la arquitectura (Capandeguy; Gastambide, 2016).

### **Chapecó del futuro: un reto que entusiasma**

La ciudad de Chapecó fue visitada algunos pocos días por el suscrito. Ello solo habilitó algunas derivas primarias de la misma y una agenda de temas abiertos que sería grato indagar a futuro de impregnarse más profundamente en su singular geografía física y humana.

Chapecó, al igual que el pequeño Uruguay, comparten una épica del dolor que los ha posicionado dramáticamente a nivel internacional. Ello se debió a dos terribles accidentes de aviación: el del equi-

po de jugadores de rugby uruguayos de hace casi medio siglo ocurrido en la Cordillera de los Andes, y el más reciente del ascendente equipo de fútbol del Chapecoense ocurrido próximo a Medellín en noviembre del 2016. Ambas tragedias dejan estigmas, desgarros de sus colectivos y respetuosos silencios. Tales dramas alientan a otros empoderamientos vitales.

Sin perjuicio de este duelo en parte cerrado, en parte inevitablemente latente, esta ciudad evidencia varias condiciones modernas. Por una parte Chapecó muestra la marca de su fundación en el siglo XX, apenas creada 40 años antes que la icónica Brasilia. Por otra parte presenta un trazado iniciático de reminiscencia decimonónica, con su núcleo central con calles diagonales. En este centro la Avenida Getulio Vargas, organiza un trazado regular y evidencia una urbanidad central aún fuerte, con un talante amable, a pesar de las crisis y mutaciones de las centralidades que se constatan en otras localidades similares.

Pero el gran signo de modernidad en el presente de la ciudad de Chapecó parece ser la liberación de las edificación en altura. Se trata de grandes torres que se desparraman en el tejido urbano. Esta apuesta urbanística se presenta radical para una ciudad de tan solo algo más de 200.000 habitantes en el Conosur de América. Tal opción de desarrollo de una ciudad vertical coloniza los tejidos preexistentes, con un gran pragmatismo, sin mediaciones con sus vecinos, y con una poética ausente o discreta, con algunos guiños figurativos de evocación posmoderna. La misma recuerda experiencias similares visitadas en ciudades de China. Seguramente este modelo entusiasma más a los *developers* y administradores urbanos que a la cultura arquitectónica. Acaso, ¿no se trata de un

modelo de desarrollo congruente con una matriz urbana discreta y con la extraordinaria productividad de las vecindades rurales de la ciudad, con su reciente *boom* de los agro negocios y de las *commodities* que pautaron las últimas décadas? ¿No se trata de un modo de lograr una ciudad compacta y más acorde con la variedad de modos de vida del presente? Sin perjuicio de ello parecen mejorables las articulaciones de las torres con la ciudad baja, la asunción de que cualquier torre –dadas sus externalidades públicas más notorias– merecería un tratamiento arquitectónico más profundo, abriéndose un importante campo de cualificación urbana.

Asimismo las expansiones *horizontales* de la ciudad podrían asumir otros modos experimentales más sensibles hacia el futuro, acordes con la energía emprendedora de la propia ciudad. Tales futuros más creativos y robustos podrían reposicionar a esta ciudad del Estado de Santa Catarina en el Alto Río Uruguay.

En tal sentido la ciudad de Chapecó del futuro desafía no solo a los arquitectos locales y regionales. Esta también supone mayores anclajes entre la arquitectura, el urbanismo, el desarrollo local y comarcal, la ecología, y una gestión pública más consistente y transparente, que trascienda los frecuentes desencantos del presente. Un urbanismo creativo, original y provocador de sorpresas, se entiende compatible con un pragmatismo en su concepción y concreción.

Lo más desafiante sería soñar en la ciudad con actuaciones que puedan celebrar ante todo la innovación futura con calidad y con sentido: ¿quizás nuevos tipos de edificios residenciales y *mixed use*?; ¿tal vez nuevas barriadas equipadas y de usos mixtos para sectores populares y medios?;

¿quizás *coworking* a *la brasileña*, con sus mixturas de diversos tiempos productivos?; ¿Por qué no plataformas y parques productivos regionales?; ¿y si se creasen parques tropicales y de agua de alta amigabilidad lúdica y ambiental para el sosiego de una ciudad interior, media y tranquila en la Era Digital y de la inteligencia artificial?. Asimismo, ¿qué exploraciones del *Street Art* y del *Tactical Urbanism* podrían expandirse en esta ciudad joven?

En otras palabras, esta comunidad de Chapecó invita a soñar un urbanismo adaptativo que intensi-

fique su fuerza vital, de recuperación y de despegue. Se trata de intensificar la vida urbana contemporánea en el devenir de esta localidad brasileña, aprovechando su reposicionamiento económico regional y un talante más abierto. Ello podría hacerse de manera intensa, creativa y consistente. Tal reposicionamiento podría mover y relanzar aún más a sus protagonistas locales. Ciertamente esta *pequeña gran* ciudad de Chapecó constituye un reto urbanístico propio y *a medida* que entusiasma.

## Referencias

ÁBALOS, I. (Ed.). **Naturaleza y artefacto**: el ideal pintoresco. Barcelona: Gili, 2009.

ALLEN, S. Infraestructural urbanism. En: \_\_\_\_\_. **Points and lines**: Diagrams and projects for the city. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

AROCENA, J. **El desarrollo local**: un desafío contemporáneo. Montevideo: Taurus; Universidad Católica, 2002.

CAPANDEGUY, D.; GASTAMBIDE, F. Urbanismo es arquitectura. Conversaciones resilientes sobre el futuro. En: DANZA, T. **Placer en la disciplina**. Montevideo: Fadu; Udelar, 2016.

\_\_\_\_\_. Dreams of Patagonian Landscapes. Manufacturas en un gran territorio del Sur. **Revista A&P Continuidad**, Rosario, n. 05/03, dic. 2016.

CARRASCO, G.; LIVNI, P. (VKPK) **En el jardín de juegos del Urbanismo Táctico**. 2015. Publicado en: <<https://vostokproject.com/2015/01/04/en-el-jardin-de-juegos-del-urbanismo-tactico/>>. Visto el: 4 mayo 2016.

CORNER, J. Terra Fluxus. In: ÁBALOS, I. (Ed.). **Naturaleza y artefacto**: el ideal pintoresco. Barcelona: Gili, 2009.

DONADIEU, P. **La Société paysagiste**. Paris: Ecole du paysage de Versailles-Marseille; Actes Sud, 2002.

GADANHO, P. (Ed.). **Uneven Growth**: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities. New York: The Museum of Modern Art, 2014.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

HARVEY, D. **The Urbanisation of Capital**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **La condición de la posmodernidad**. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.

MALDONADO, T. **La speranza progettuale**. Torino: Einaudi, 1971.

MOSCATO, J. **Imposibilidades y Obsesiones**. Buenos Aires: [s.e.], 2017.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (Ed.). **Ecological Urbanism**. Karlsruhe: Karlsruhe Harvard University; Graduate School of Design; Lars Müller Publishers, 2010.

OMA, K.; KOOLHAAS, R.; MAU, B. **S.M.L.XL**. New York: The Monacelli Press, 1995.

POLLALIS, S.; GEORGOULIAS, A.; RAMOS, S.; SCHODEK, D. **Infrastructure Sustainability and Design**. New York: Routledge, 2012.

SPRECHMANN, T.; CAPANDEGUY, D.; GASTAMBIDE, F. Sobre las infraestructuras y otros ordenes territoriales. **Revista Astrágalo**, Madrid/Buenos Aires, n. 20, 2015.

TOURAINE, A. **Le retour de l'acteur**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.

ZAERA POLO, A. Order Out of Chaos (The Material Organisation of Advanced Capitalism). **Architectural Design**, v. 64, n. 3/4, 1994.

# Dança de territórios e territorialidades – pensando o oeste

---

Arlene Renk  
Silvana Winckler

*Ce qu'a vu le vent d'ouest.*  
(Debussy).

O oeste catarinense consiste numa dessas ficções bem fundamentadas. Responde por múltiplos planos que se intersectam e sobrepõem, apesar da divisão político-administrativa. Formou-se por movimentos de desterritorialização e novas territorializações.

O município de Chapecó foi criado em 1917, medindo 14.000 km<sup>2</sup>. Era um vasto quadrilátero, do rio Irani à fronteira argentina, do rio Uruguai ao

Paraná. No entanto, o povoamento foi anterior, integrando diferentes traçados administrativos. Sob o nome de Campos de Palmas, esteve inserido na Capitania de São Paulo até 1853; daí em diante, na Província do Paraná, até 1916, com limites contestados por Santa Catarina. Após algumas décadas de emancipação municipal, o mapa fragmentou-se com o desmembramento de novos municípios, até chegar à configuração atual. Falar de Chapecó, em

muitos momentos, equivale a falar na região oeste no sentido do mapa político-administrativo e da configuração histórico-cultural subjacente.

No século XIX, uma mancha de campos que se estendia do rio Iguaçu ao rio Uruguai foi nominada Campos de Palmas e ocupada por fazendeiros paulistas, em 1839, sob o pretexto de ocupar as fronteiras do reino brasileiro. Outro objetivo foi a abertura de uma nova estrada de tropas para a Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), fugindo dos impostos cobrados por Santa Catarina, mais precisamente a estrada que cortava os Campos das Lages, ocupados no final do século XVIII. A conquista desses campos resultou na instalação “das fazendas de criar”, num contexto em que a pecuária era a principal atividade econômica, desprezando as áreas florestais – estas eram o limite da civilização. Três anos antes de serem “conquistados” os ditos campos, o governo paulista havia criado um destacamento permanente para eles, visando

[...] sua exploração e proteger novos moradores que ali forem. As medidas previam o engajamento de milicianos, com preferência àqueles que tiverem família e mais bem possam concorrer para o aumento da povoação [...]. (Bandeira apud Martins, 1902, p. 184).

Essa breve apresentação traz implícita a noção de “territorialidade” (Sack, 1986) como um comportamento humano espacial. Consiste numa estratégia de um indivíduo ou grupo para afetar, “[...] influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território.” (Sack, 1986, p. 19). Essas estratégias são expressão de poder para afetar, influenciar e

controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que podem ir de relações individuais a interesses internacionais.

A territorialidade ocorre como uma espacialização das funções econômico-político-ideológicas e sociais. Por mais que possam parecer truísmo, as territorialidades são construídas; primariamente, encerram disputas por recursos, dentro de um território ou entre territórios/estados. Os Campos de Palmas não eram desabitados, nem se constituíam em vazio demográfico. Povos Kaingang e Xokleng tinham ali seu território e levavam seu modo de vida. Os Campos de Palmas encontravam-se, é muito provável, adensados populacionalmente com aqueles indígenas que ali se refugiaram, à medida que os fazendeiros os expulsavam de Guarapuava, atendendo à “Carta Régia de 05 de novembro 1808, *Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava*” (Carta Régia, 1808). A exemplo de outras Cartas Régias, essa declarava guerra *justa* contra os botocudos, outro nome dado aos Kaingang.

Um príncipe regente na Corte, governando a considerável distância, no afã da expansão de seu território, fez prevalecer a instalação de propriedades privadas aos fazendeiros às custas daqueles que, de nativos, passaram à condição de “infestadores dos campos”. Esses campos eram vistos pelo regente como abandonados, porque não ocupados pela classe fazendeira, o que resultou no apossamento dos campos de Guarapuava e extermínio de Kaingang “infestadores”:

Sendo-me presente e quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam

do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos compreendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelo Indios denominados Bugres [...] sendo-me tambem igualmente presentes os louvaveis fructos que têm resultado das providencias dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, [...] a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva: **sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar ordenar-vos:** Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, **deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios [...] perseguir os mesmos Indios infestadores do meu territorio;** procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segura algum destes Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porém vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jogo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade. (Carta Régia de 1808). (grifos nossos).

Foram fazendeiros que, trinta anos depois de instalados em Guarapuava, saíram para “visitar” os campos ao sul e, num gesto de implantar a “civilização”, tomaram os campos dos “ditos bárbaros”. Conquistaram os campos. Os conflitos foram registrados; as terras foram apossadas; os indígenas, jogados uns contra os outros; e os sobreviventes, concentrados em pequenas áreas. As narrativas são controvertidas: as personagens centrais ora foram heróis celebrados, a exemplo do Cacique Condá, ora estigmatizadas. O fato concreto é que os indígenas que sobreviveram perderam as terras e foram confinados em pequenas áreas. Paradoxalmente, a atual Terra Indígena de Xapecó, nos municípios de Ipuauçu, Marema e Abelardo Luz, foi concedida pelo governo do Paraná como compensação pelo trabalho dos Kaingang na abertura da picada do telégrafo de Palmas a Nonoai, atravessando a Colônia Militar Xapecó (localizada no atual município de Xanxerê). A territorialidade se demarca pelo confronto de dois grupos na disputa pela terra, pelos campos. O acesso de um grupo à expropriação de outro encontra respaldo, em Sack (2006), no poder para afetar grupos, bens e importâncias. No entanto, as funções de territorialidade para Kaingang e para fazendeiros estavam longe de serem afins. O apossamento dos campos não foi harmonioso. Os fazendeiros, em maior número que as possibilidades de estabelecimento de fazendas, desentenderam-se, e foi exigida a mediação. O documento elaborado pelo mediador Pinto Bandeira (Martins, 1902), ao dirimir a questão entre fazendeiros, é um dos raros textos da época.

A regulamentação da Lei de Terras de 1850 previa o registro das áreas ocupadas por posse no território brasileiro. O posseiro deveria comparecer à paróquia ou, na falta dessa, à capela, já que os

atos civis eram realizados nesse âmbito, perante o pároco, e registrar o imóvel, declarando a extensão, a ocupação (se por posse ou cultura) e as confinamentos. Observando os registros, vemos que o senhor José Raymundo Fortes registrou por posse e cultura uma área de terra nominada Campina do Gregório – o seu sogro era o Cacique Gregório –, que corresponde à área urbana de Chapecó, Cordilheira Alta e parte de Coronel Freitas. Na mesma ocasião, registrou por posse e cultivo outra área, em Mangueirinha. Fica a pergunta: como poderia manter as duas áreas indígenas, por posse e cultivo, a grande distância? Perguntas... É muito provável que pequenos posseiros não tenham realizado os registros, ou por desconhecerem a lei, ou por viverem à margem da sociedade e indocumentados. O nome Campina do Gregório, terra que José Raymundo legalizou, consta nas escrituras de milhares de chapecoenses, que provavelmente nunca se perguntaram quem foi o Gregório e qual foi a Campina. Alguns são incrédulos de que tenha havido indígenas por aqui, porque esses que andam pelas ruas, na praça central da cidade de Chapecó, pela rodoviária, teriam vindo de outras paragens.

A Colônia Militar estava prevista na regulamentação de Lei de Terras. A Colônia Militar do Xaçepó foi instalada em 1882, e o Capitão José Bernardino Bormann foi seu comandante, por 17 anos. Na Província do Paraná, que a essa altura (1853) emancipara-se de São Paulo, foram instaladas duas colônias militares: a do Xaçepó e a de Chopin. Dentre outros objetivos, cabia às colônias proteção das fronteiras. E é bem verdade que o governo brasileiro sempre esteve preocupado com a entrada de argentinos contrabandeando nossa erva-mate – nunca ouvimos a versão do outro lado da fronteira, até porque esta estava em disputa. Até 1895 havia a questão

pendente entre Brasil e Argentina, herdada de Portugal e Espanha, acerca das fronteiras. Era a Questão de Palmas, como a chamávamos; os argentinos a nominavam Questão de Misiones. O ato de nomear não é neutro, escondia por detrás léguas de território. No final do século XIX, por arbitragem do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, foi decidido que os limites ao oeste seriam os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, portanto, em favor do Brasil. A alegação foi o princípio jurídico do *uti possidetis*, que poderíamos traduzir por “a posse é de quem está ocupando, povoando”. Ou seja, o processo de ocupação com as fazendas e os povoados deixados às margens do Caminho das Missões foi decisivo para dirimir a dúvida do árbitro.

No Mapa oficial na qualidade de mapa oficial do estado do Paraná, de 1896, um ano após o reconhecimento da área como brasileira, consta grafado “*sertão* desconhecido”. Não são pródigos os registros daqueles que aqui moravam, pouco se tem dito ou escrito. Podemos pinçar relatos de viagem, como aquele de Alfredo Malan, de 1902, que sai da Colônia Militar do Xaçepó (atualmente Xanxerê) em direção a Nonoai, seguindo a picada do telégrafo, e descreve os faxinais e as moradas que encontrava no caminho. A erva-mate nativa, em abundância, era extraída, beneficiada e exportada em piráguas pelo rio Uruguai a São Tomé (Argentina), nas épocas de cheia. Nosso agronegócio começou bem cedo.

A paisagem mudou. Dos faxinais, como sistemas de produção, o que resultou são os topônimos de Faxinal dos Guedes e Faxinal dos Rosas. Depreende-se que o patronímico está associado ao território; não se fala de um indivíduo isolado.

A Guerra do Contestado (1912-1916) foi iniciada para as bandas do Irani, local do primeiro embate. Um novelo de motivos se embaraçava no conflito.

Paraná e Santa Catarina disputavam as fronteiras ao oeste e no planalto norte. A extração da erva-mate era concorrida, concessões para explorá-la se sobrepunham; titulações de terra, de cargos políticos entravam em jogo. O catolicismo popular, de ampla adesão, não tinha acolhida pelo clero romanizado e que impunha “a verdadeira fé”. O motivo desencadeador foi a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que atravessava o território conquistado, deixando os rastros de sangue e de injustiça a serpentear ao longo dos sinuosos trilhos, comendo 15 km de terra a cada margem, como compensação por sua construção, conforme contrato firmado. Não havendo terra disponível em toda longitude e latitude da estrada, o governo do Paraná, a quem estávamos vinculados até 1917, ofereceu suculentos nacos de área florestal no extremo oeste para a empresa construtora, como compensação (Wachowicz, 1985). Os caboclos moradores dessas áreas revoltaram-se, o que levou à Guerra do Contestado. Grandes batalhas ocorreram em Taquaruçu (Curitiba, que era um município para lá de extenso), em Perdizes (em cujo nome a Perdígão se inspirou; atual Videira), Timbó Grande. As territorialidades dos caboclos insurgentes, da Companhia Estrada de Ferro, bem como do Exército Nacional, não eram coincidentes (Queiroz, 1966).

Derrotados e massacrados os insurgentes, o que chamamos por oeste catarinense foi incorporado a Santa Catarina de fato e de direito. Para garantir a incorporação, o governo criou quatro municípios latifundiários na área anteriormente contestada: Chapecó, Cruzeiro (Joaçaba), Mafra e Porto União. Qual a melhor solução para assegurar a tranquilidade à área? A colonização, buscando colonos no Rio Grande do Sul para ocupar as áreas de mata, antes desprezadas. Foi o momento de ruptura em

relação aos caboclos e aos Kaingang. Os colonizadores, com responsabilidade maior às empresas colonizadoras, instauraram um novo tempo, expulsando a população cabocla posseira. Entrou em cena a diáspora cabocla, que implicava ir adiante, a áreas não colonizadas, dizendo “ir ao Paraná”, o que constituiria uma geografia imaginária (Said, 1990), na tentativa de reproduzir o modo de vida anterior.

Foi iniciado o processo de colonização. “Colonizar” não um verbo intransitivo. Havia um aceno do governo do estado, colonizadoras, agrimensores, propagandistas, uma infraestrutura à disposição para atrair, exhibir as áreas, convencer e vender os lotes coloniais. Muitos desses estavam ocupados; havia posses não registradas, populações caboclas e indígenas por aqui. Fizeram-se ouvidos moucos e foram usadas estratégias, hoje arbitrarias, para acossar aqueles que não poderiam provar a propriedade, que não pudessem comprar as terras ou tivessem outro *habitus* (Bourdieu, 1963), isto é, com outro esquema valorativo que não o do colonizador desejado: o descendente de colono, que veio da Europa, fugindo da fome e “se fez”. Ou seja, aquele que entrou no Brasil em estado de penúria, com o trabalho familiar, em regime de autoexploração, com parcimônia, reinvestimento, frugalidade, vendo nisso as virtudes étnicas.

A floresta era o território dos caboclos, por excelência. A amplidão das matas significava povoamento de menor densidade demográfica, com maior espaçamento entre as casas e suas roças. Ressalte-se que havia núcleos com maior concentração populacional. Independentemente de onde estivessem inseridos, estavam ligados pela rede de parentesco, de compadrio, das festas, dos bailes, que se constituíam também no espaço do mercado e trocas matrimoniais.

As áreas florestais e adjacências ofereciam recursos para alimentação, como os pinhões, frutos, a caça, pesca, madeira para alimentar o fogo, cozer os alimentos e para construir habitações. A colonização representou *enclosure* (Thompson, 1986), (metáfora tomada do processo de fechamento dos campos ingleses por ocasião da Revolução Industrial), fechando as terras, cercando-as, impedindo a prática de criar animais soltos e a coleta do pinhão, parte integrante da dieta cabocla no inverno.

Colonizar é um processo de retalhamento das terras, de transformação das grandes glebas em frações menores, geralmente em torno de 24,2 hectares, unidade chamada “colônia”, daí vendê-las aos nominados “colonos”, como se identificavam os descendentes de europeus que migraram ao Rio Grande do Sul no século XIX. Essas famílias, numerosas, não dispunham de terra para todos, deserdando *alguns* com o encaminhamento a outros ofícios. Um poderia ser seleiro, outro carpinteiro, outro seria professor, outros poderiam migrar às colônias novas, como era o caso do oeste catarinense. O preço das terras nas colônias novas era atrativo; em compensação, havia matas a serem derrubadas para dar lugar às lavouras e aos poteiros cercados para abrigar o gado. Um dos pontos que afastava os caboclos dos colonos era a criação dos animais; os caboclos faziam suas roças longe de casa e criavam o gado próximo dela, sem cercas. A criação dos animais soltos e a entrar nas roças alheias foi um ponto de tensão entre os dois grupos. Afirma Índio Campos (1987) que chegavam os colonos e suas cercas, recuando os caboclos.

Opunham-se colonizadores, considerados *os de origem* (italiana, alemã ou polonesa), e caboclos. Estes levavam um modo de vida despojado e de *habitus*, ou seja, um esquema axiológico di-

ferenciado dos agricultores (os *colonos*), próximo àquele no qual predominavam as relações encantadas (Bourdieu, 1963), sem a universalização das trocas mercantis e sem a preocupação com a acumulação de bens e recursos financeiros.

Tudo se passa como se as condições materiais de existência exercessem sua influência sobre as atitudes, e particularmente sobre a atitude em relação ao tempo, isto é, sobre as atitudes econômicas, pela mediação e percepção que têm os agentes [...]. (Bourdieu, 1963, p. 346).

A madeira merece um espaço especial, à medida que deixa de representar o inóspito; derrubar a mata aproxima o colono ao civilizado (Bublitz, 2008). A madeira foi a grande riqueza extraída da natureza, já sem competidores. As balsas de toras e, mais tarde, de madeira serrada eram armadas no rio Uruguai, esperando as cheias para descer à fronteira. A clivagem de classe era delineada entre os proprietários da madeira e os práticos que conduziam as balsas rio abaixo – grande parte destes eram caboclos. As serrarias tomaram conta do interior; foi o processo de acumulação de fortunas na região. A atividade madeireira persistiu por muitos anos.

Os colonizadores enfrentaram adversidades. A carência de infraestrutura era generalizada. Escolas, hospitais, igrejas e cemitérios ficavam por conta das comunidades. Formavam associações formais ou informais para a construção dos equipamentos mínimos, suprimindo suas carências. As escolas públicas, laicas, em língua portuguesa, foram implantadas tardiamente por ocasião do período da nacionalização, desencadeado por Vargas em 1938. Há muitas histórias familiares de avós que sofreram constrangimentos por não saber falar

português até o período escolar, ou daqueles que foram acusados de quinta-coluna por serem flagrados falando língua estrangeira, mesmo em âmbito familiar, o que acarretava penalidade. Os mais idosos tiveram dificuldade em comparecer aos cultos quando deixaram de ser oficiados em língua alemã, porque não compreendiam o que se passava no púlpito. Outros narram as prisões porque mantinham em casa livros, jornais ou panôs com dizeres em língua estrangeira. Não deixa de ser grave que alguns tivessem de trocar o nome dos animais domésticos por equivalentes em português, e que outros fossem presos por trabalhar na roça na data cívica de 7 de Setembro. Enfim, nuances do processo de nacionalização.

A colonização e todas as ramificações esquemmatizavam o lugar dos grupos sociais no quadro do trabalho. Lugar de cada um expressava-se na categoria trabalho como ideologia, como constitutivo de uma ideologia étnica. A agricultura, aquela de exploração intensiva da colônia, com os animais cercados (que se diferenciava da prática dos caboclos), era o espaço dos colonos. As atividades extrativas, seja erva-mate, enquanto lucrativa, ou madeira, assalariadas ou subempregadas foram o espaço que coube aos caboclos já expropriados de suas terras. A instalação da indústria madeireira e da agroindústria de carnes (suínos e aves) foi o lugar do descendente de europeu, aquele que poderia explicar, narrar sua sociodiceia, ou seja, a justificativa pela ascensão social e posição privilegiada que ocupavam, como decorrente do trabalho. Os postos de trabalho no chão de fábrica, inicialmente, foram ocupados por filhos de colonos, que reproduziam o modelo dócil da obediência familiar camponesa, transportando-a ao interior da fábrica. Foram os braços escolhidos porque sabiam trabalhar

e obedecer – qualidades consideradas indispensáveis pelo patronato. Mais tarde foram substituídos, em parte, por caboclos, indígenas, haitianos, senegaleses e, por último, venezuelanos.

Por muito tempo, o oeste catarinense cumpriu o que Gama D’Eça (1929) nominaria de “frágeis liames políticos com o Estado”. Situadas territorialmente em Santa Catarina, as comunidades à beira do rio Uruguai tinham comércio intenso com o estado vizinho. A banha e o fumo, esteios da economia rural, encontram lá o seu escoadouro. Os recursos médicos eram buscados naquele estado. Aos que cursavam ensino técnico ou superior, igualmente, a fonte era o Rio Grande do Sul. Os meios de comunicação também eram gaúchos.

Entre os colonos, havia um sentimento de honra aliado a uma estratégia de reprodução social, ou seja, o deserdamento de um filho ou filha, com seu encaminhamento a uma instituição de ensino religioso para realizar os estudos. Padres e freiras numa família eram símbolos de distinção, mesmo que mais tarde, quando, porventura, desistissem da carreira eclesiástica, ainda assim, encontrariam o esteio nas instituições de ensino, principalmente no ensino superior, especialmente a partir da década de 1970.

O sentimento de afastamento de Santa Catarina era sentido, e brotava a aspiração de construção de identidade comum com sudoeste do Paraná, no chamado estado do Iguaçu. Tentativas, frustradas. Uma das formas de amainar a situação foi a instalação de uma Secretaria dos Negócios do Oeste, nos anos 1970, em Chapecó, atendendo essa região. A novidade consistia em ser uma secretaria localizada fora da capital, estigma em relação ao litoral. O lema escolhido era “a terra do trabalho”;

em oposição àqueles que não trabalhariam. São representações.

Àquela altura, o município de Chapecó já perdera sua extensão, com a emancipação de alguns municípios, que depois teriam novos desmembramentos, até chegar-se à configuração atual. O trabalho foi o sinal diacrítico escolhido para diferenciar-se de outras regiões do estado. As narrativas e trajetórias empresariais ascendentes em virtude do trabalho, a escolha do Desbravador como símbolo de Chapecó e, por ocasião do centenário, a homenagem prestada ao colonizador, cooperativista, empresário e político reiteram essa perspectiva. O anverso tem a singela exclusão das mulheres; mas essas mulheres não representadas, salvo aquelas homenageadas nas escolas que levam seus nomes, bem antes, anos 1980, deixaram de ser filhas do fulano, mulher do sicrano e organizaram-se para uma luta de emancipação, iniciando com a documentação, o reconhecimento da profissão de agricultora (a maioria o era), direitos previdenciários, e fizeram-se ouvir e respeitar. Surgiu em Nova Itaberaba, então distrito de Chapecó, o Movimento das Mulheres Agricultoras, hoje Movimento de Mulheres Camponesas, atualmente com as bandeiras da agroecologia e do gênero, definindo-se como movimento feminista. Os movimentos sociais ecoaram contra as barragens no rio Uruguai, surgindo a Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens, depois nominado Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), de âmbito nacional.

Os efeitos da globalização se fazem sentir na região. Escolhe-se como modelo de desenvolvimento a Terceira Itália, e comitivas de prefeitos, políticos e empresários visitam-na. A Sociedade de Estudos Econômicos Nomisma (Goedert, 2005; Kalnin, 2004), de Bolonha, presta assessoria para planos

de desenvolvimento. Observa-se a migração de jovens para trabalhar no exterior. Os integrantes dos Movimentos Sociais viajam por meio de intercâmbios com outros países. Nossos frangos e suínos exportados em containers, estatisticamente, contribuem para o PIB nacional. A competição é pelo mercado internacional, por onde colocar as proteínas animais. Implanta-se a rastreabilidade dos produtos, unindo o produtor, no seu sítio, com o consumidor do Extremo Oriente.

Nesse mundo que se tornou menor, as etnicidades se reavivam. Muitas são as tentativas de reinventar grupos étnicos a partir de ancestralidades. Para tal, recorre-se a genealogistas ou alguém da família assume esse papel. Alguns persistem por anos na luta para conseguir a dupla cidadania, o que é tido como símbolo de distinção. Nesse contexto, há margem para a hibridéz. Proliferam os Centros de Tradição Gaúcha, formados pelos filhos ou netos daqueles que migraram do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Provavelmente falarão dos pagos, da condição do gaúcho, mas há dúvidas sobre até que ponto a ficção é naturalizada. Outros ensaiam os passos, melhor dito, a língua para a fala do *Talian*, há algum tempo desprezado como língua de velhos e que passa a *status* de dialeto e marca étnica, reatando vínculos com o velho continente.

Se a terra não é elástica a ponto de permitir chão para todos os filhos e filhas, alguns deram o passo adiante e foram ao Mato Grosso. Aos menos capitalizados, essa fronteira não esteve aberta. Abria-se outra, a do *estudo*. Para os colonos sulistas, o estudo era considerado uma compensação da herança, consistente em permitir que filhos e filhas, independentemente da condição, tivessem acesso, uma vez que é "igual à terra, mas o banco não tira" (numa alusão às perdas por hipotecas

sofridas por agricultores). Houve um incremento de filhos e filhas de agricultores e assalariados em busca de título escolar, fato desconhecido nas gerações anteriores, salvo para aqueles que seguiam a carreira eclesiástica. O caminho estava aberto.

Em 1971, teve início a Fundação Universitária para Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), cuja mantida é a Unochapecó. Novas instituições estabeleceram-se, como a UDESC, a UFFS e outras, abrindo um leque de opções no ensino superior. O ingresso aos cursos de uma dessas instituições serve aos filhos de agricultores e operários como passaporte ao mundo do trabalho e das profissões.

O mundo do trabalho configura-se em nova territorialidade. À medida que o mercado de trabalho no chão de fábrica da agroindústria passa a ser recusado pelos filhos dos trabalhadores e por aqueles que seriam os tradicionais ocupantes dos ofícios, como filhos de agricultores, que preferem outras atividades qualificadas como menos penosas, passa a haver uma inserção étnica demandando, competindo pelos empregos nas agroindústrias. Trata-se dos Kaingang, sempre qualificados preconceituosamente como não indicados ao trabalho. Esse quadro de inserção étnica não ocor-

reu unicamente em Chapecó, mas, com maior ou menor intensidade, nos frigoríficos do oeste catarinense. Os Kaingang passaram a deslocar-se de várias aldeias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, reconstituindo sua territorialidade. Acoplase a inserção indígena à dos haitianos, com visto humanitário, com deslocamento posterior ao terremoto de 2010. As variantes etnia, língua, cor criam novo mapa no mundo do trabalho chapecoense. E, mais recentemente, o mosaico encontra nova bricolagem com a entrada no mercado de trabalho de senegaleses e venezuelanos. O lugar do trabalho não é neutro e acentua a condição de alteridade desses grupos sociais.

Hoje, Chapecó insere-se numa economia competitiva, cuja meta é a exportação de *commodities* aos diversos quadrantes do mundo. Ao mercado de trabalho, no polo da produção, convergem refugiados, com diversidade étnica, matizes de sotaques, com experiências de migração, cruzando com as narrativas de colonização. O Desbravador pretendeu ser a metanarrativa do colonizador. As contranarrativas dos migrantes trabalhadores serão polifônicas.

## Referências

- BELLANI, E. M. Balsas e balseiros no rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 3, n. 4, 1988.
- BOURDIEU, P. **La société traditionnelle, l'attitude à l'égard du temps et conduite économique**. Sociologie du Travail. Paris: Seuil, 1963.
- BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, 20 set. 1850.

BUBLITZ, J. O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemãs no Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, v. 12, n. 3, 2008.

CAMPOS, Í. **Colonos do rio Uruguai**: relação entre pequena produção e agroindústria, no oeste catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARTA REGIA, de 05 de novembro 1808. Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Curitiba e Guarapuava, 1808.

GAMA D'ÊÇA, O. **Hespanhoes confinantes**. Florianópolis: Moderna, 1929.

GOEDERT, A. R. **Governança em rede de desenvolvimento e a experiência e Santa Catarina**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KALNIN, J. L. **Desenvolvimento Local/Regional focado na agroindústria familiar**: experiências em Santa Catarina. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MALAN, A. O Passo do Goio-En. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina**, v. VII, 1918.

MARTINS, R. **Argumentos e subsídios sobre a questão de limite entre Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1902.

PARANÁ. **Mapa do Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. s.d.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social**: A Guerra Sertaneja do Contestado, 1912 - 1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Retratos do Brasil, v. 45).

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociodiceia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WACHOWICZ, R. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1985.

# Chapecó dos próximos 100 anos reflexões para avançar no cenário da mobilidade urbana

---

Ricardo Correa da Silva  
Lucas Bravo Rosin

## Introdução

Chapecó completou cem anos com muitos motivos para comemorar. Em um curto período de tempo, tornou-se uma das cidades de médio porte mais importantes do país: com um alto Índice de Desenvolvimento Humano<sup>1</sup>, entre os maiores do Brasil, a cidade carrega o título de maior pro-

ductora de proteína animal do mundo, seguimento industrial que dinamiza toda a economia regional, além disso, é sede do principal polo tecnológico do oeste catarinense. A Chapecoense, time de futebol local que vem disputando nos últimos anos as primeiras divisões do campeonato brasileiro de futebol, é um reflexo da condição desenvolvida da cidade.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/chapeco\\_sc](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/chapeco_sc)>.

No entanto, apesar da trajetória destacada, a cidade ainda tem muita margem para avançar. O fato de ter equacionado questões mais estruturais permite pensar de forma mais ambiciosa no processo de evolução urbana. Nesse sentido, propõe-se uma discussão sobre as alvissareiras perspectivas da mobilidade urbana em Chapecó. A aprovação do plano diretor municipal, em 2014, abriu amplas possibilidades para se construir uma cidade mais humana, que considere o local como elemento central, tanto em termos morfológicos quanto sociais. Assim, propõe-se um olhar sobre a organização urbana da cidade com foco na mobilidade urbana, tentando apresentar uma alternativa aos velhos paradigmas do urbanismo, superando à lógica “rodoviarista” na tentativa de estabelecer uma nova dinâmica urbana.

Este texto tenta condensar as ideias apresentadas pela TcUrbes, na figura de seu fundador e coordenador geral, Ricardo Correa da Silva, durante as comemorações do centenário da cidade de Chapecó (SC)<sup>2</sup>. Trata-se de um trabalho ensaístico sobre as perspectivas da cidade no que diz respeito à sua realidade urbana, especificamente a mobilidade urbana de Chapecó, com pretensões propositivas, que parte da experiência inovadora e consistente da Consultoria de Arquitetura e Urbanismo para apresentar uma nova forma de pensar a organização e mobilidade das cidades do “Sul

Global”. A TcUrbes desenvolve planos e projetos de humanização de cidades, com destacada atuação em planejamento cicloviário – ainda que não se esgote nesse tema, tendo participado diretamente na elaboração de projetos destacados em cidades como São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Brasília (DF), Rio Branco (AC), entre outras.

Partindo das experiências e conhecimentos construídos pela TcUrbes ao longo dos últimos dez anos, propõe-se uma reflexão prescritiva sobre o desenvolvimento da cidade de Chapecó para os próximos cem anos. O trabalho está dividido em três partes: um núcleo que apresenta e caracteriza as principais questões discutidas, uma reflexão pedagógica que propõe os eixos a serem desenvolvidos e uma seção final com “insinuações”. Apresentam-se, além de uma reflexão sobre as transformações recentes nas dinâmicas urbanas nacionais, conceitos pioneiros de Urbanismo Tropical e Mobilidade Afetiva, que representam uma nova forma de estruturação urbana, adequada à realidade territorial brasileira, e, finalmente, uma agenda de possibilidades para Chapecó seguir avançando, sobretudo no que diz respeito à mobilidade urbana.

---

2 Chapecó 100 anos: Histórias e desafios da cidade centenária, evento realizado em junho de 2017, organizado por meio de uma parceria entre a Unochapecó, a vereadora Marcilei Vignatti e a deputada Estadual Luciane Carmignatti. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/noticias/debate-sobre-o-centenario-de-chapeco-reune-mais-de-250-pessoas>>. Acesso em: 15 maio 2018.

## Núcleo

O núcleo reflexivo desse texto entra na discussão sobre a evolução dos modelos de organização da mobilidade nas cidades. Sem pretensões de esgotar o debate, traça-se um breve panorama sobre a questão, pensando na representação da mobilidade urbana nos modelos urbanísticos adotados ao longo do tempo, suas características, efeitos e limites. Apresenta-se, em seguida, uma proposta pioneira para se pensar a organização da mobilidade urbana nas cidades do sul global, adequada à realidade local, tanto em termos morfológicos quanto em termos culturais.

## Urbanismo da escassez: uma lógica em xeque

A compreensão sobre a cidade mudou radicalmente nos últimos séculos. Em face da maior complexidade dos laços de interdependência social, a superação do feudalismo e das formas absolutistas de governo trouxe consigo novas formas de organização da sociedade (Elias, 1993), e, por conseguinte, das cidades. A retomada de conceitos clássicos como democracia e república fez emergir a ideia de vida em sociedade praticada na cidade, criando certos paralelismos metafóricos com a *polis grega*. No lugar dos feudos, as cidades seriam o espaço de livre interação econômica, política e social da cidadania. De forma menos poética, a realidade urbana foi totalmente modificada com a ascensão do capitalismo industrial. As cidades passaram a

congregar parques industriais com um contingente operário crescente num contexto de total desregulação no que diz respeito à regulação socioeconômica. Nesse sentido, a luta por direitos civis, políticos e sociais foi evoluindo à medida que os arranjos produtivos da revolução industrial se mostraram geradores de “males públicos” (a antítese dos “bens públicos”), sobretudo no que diz respeito aos processos de urbanização das cidades industrializadas (Marshall, 1967; Swaan, 1988; Hochman, 1998).

O século XX, em específico, concentrou os momentos mais extremos de nossa história social (Hobsbawm, 2007). A experiência traumática das grandes guerras ensejou o estabelecimento de um novo contrato social de desenvolvimento da humanidade, pautado na garantia de direitos à cidadania como forma de evitar colapsos sociais, econômicos e políticos. Esse novo paradigma de desenvolvimento promoveu a construção de uma lógica de organização urbana pautada na ideia de escassez, onde as cidades deveriam ser aptas a armazenar e distribuir os bens de necessidade coletiva.

É importante ressaltar que a logística dessa distribuição seria estruturada no contexto de consolidação do “paradigma rodoviário” entre os anos 1950 e 1970, no pós-guerra. Nos Estados Unidos, caso emblemático global, algumas políticas públicas do período concediam casas em loteamentos distantes dos centros urbanos para ex-combatentes, estimulando a centralidade do carro no planejamento das cidades. Como efeito dessa orientação hegemônica, destacadamente nas economias planejadas da América Latina (Hobsbawm, 2007), o carro passaria a ser reificado como panaceia da mobilidade de bens e pessoas. Contudo, essa estratégia de motorização das “cidades-armazém” se mostrou insustentável diante dos significativos

avanços demográficos sobre as cidades do então chamado “terceiro mundo,” marcado por um processo “globalitarista” de marginalização das populações dessas regiões (Santos, 2010).

No caso brasileiro, em particular, esse avanço chamou atenção: se nos anos 1940, por volta de 15% da população nacional residia em zonas urbanas e o restante em zonas rurais, atualmente, essa proporção é inversa (IBGE, 2010). As grandes cidades brasileiras passaram por reestruturações urbanas em meados do século XX, em um contexto totalmente distinto, onde estabeleceram as bases atuais de suas organizações urbanas. Em outras palavras, pode-se dizer que a cidade do século XXI foi pensada para a realidade do século XIX; e mais, uma realidade descontextualizada, como foi, por exemplo, o “plano de avenidas” proposto e implementado em São Paulo, por Prestes Maia, nos anos 1940-1950, à luz de inspirações europeias, contudo, desenquadradas para a realidade de longo prazo da cidade (Rolnik; Klintowitz, 2011).

O resultado prático dessa lógica de organização pautada na escassez, organizada a partir do fluxo de automóveis, foi desastroso em diversos sentidos. Além dos efeitos perversos da especulação imobiliária (Maricato, 2013) sobre o ordenamento territorial, os enormes índices de congestionamento e violência no trânsito, aliados à premência de problemas ambientais, colocaram em xeque essa proposta de organização das cidades. Eventos focalizadores, como a assinatura do Protocolo de Kyoto, nos anos 1980 (Silva, 2014), e a Eco-92 (Leite; Cruz; Rosin, 2018), deram início a um processo de reestruturação do planejamento urbanístico, com uma compreensão mais responsável sobre a disposição dos recursos disponíveis. O ápice desse processo recente culminou na aprovação da Política Nacional

de Mobilidade Urbana, que representou uma mudança de paradigma nas políticas públicas de mobilidade: a visão rodoviarista deu espaço para a ideia de mobilidade urbana sustentável, valorizando os vetores coletivo e ativo como premissas das ações públicas de mobilidade (Gomide, 2008).

## A mobilidade urbana sustentável

Apesar das fortes resistências à mudança no planejamento urbano, novas formas de se pensar a cidade ganharam relevância nos últimos anos. Diante da ascensão da questão ecológica na agenda global, o conceito de sustentabilidade passou a pautar a discussão sobre a organização das cidades. Partindo de uma síntese abrangente, o conceito de cidade sustentável remete a assentamentos humanos

[...] constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiência energética e equidade sócio espacial. (Romero, 2007, p. 51).

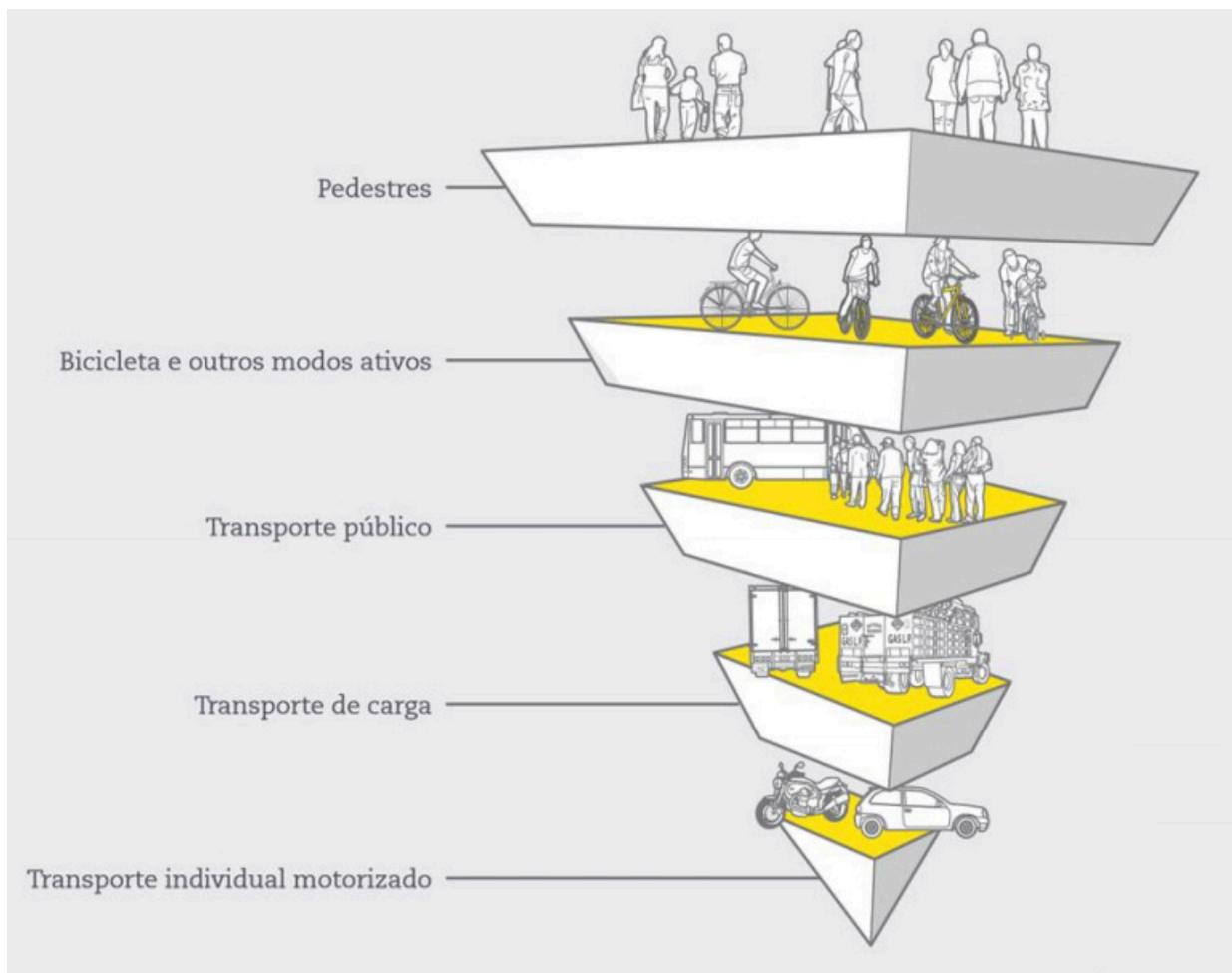
Nesse sentido, a cidade passou a ser concebida como um espaço de interação consciente entre meio ambiente, justiça social e tecnologia.

No Brasil, essa ideia ganhou relevância institucional a partir da criação do Ministério das Cidades (MCCidades). Grupos de urbanistas organizados conseguiram garantir um dispositivo na constituição federal de 1988 que garantiria, mais de dez anos depois, a construção do MCCidades, responsável por canalizar o planejamento urbano no Brasil de modo

a favorecer e qualificar o processo de desenvolvimento das cidades (Maricato, 2006). Recentemente, a Secretaria de Mobilidade Urbana (SeMob) foi responsável pela elaboração da Política Nacional de

Mobilidade Urbana – PNMU (Lei n. 12.587/2012), considerada uma diretriz nacional para as políticas públicas de transporte baseada no paradigma da mobilidade urbana sustentável (Gomide, 2008).

Infográfico 1 – “Pirâmide inversa de prioridade no trânsito” (adaptação do infográfico original, criado pelo ITDP México)



Fonte: ITDP Brasil (2017).

A PNMU foi elaborada com vistas a garantir mais coordenação federativa na formulação e implementação das políticas públicas de mobilidade urbana sustentável. De forma inovadora, a política cria incentivos para inverter a pirâmide de prioridades na mobilidade, garantindo prioridade nas ações públicas voltadas para os transportes ativos e coletivos. De forma sintética, os principais objetivos da PNMU visam:

- Reduzir os índices de congestionamento, acidentalidade e, conseqüentemente, o número de mortes no trânsito;
- Aumentar a mobilidade coletiva por meio da diversificação dos modos de transporte;
- Universalização da mobilidade e acessibilidade;
- Tornar mais homogênea a acessibilidade em toda a área da cidade;
- Garantir prioridade, conforto e segurança aos pedestres;
- Possibilitar que as cidades sejam 100% cicláveis;
- Reduzir o número de deslocamentos em transporte individual motorizado;
- Aumentar a dinamização do centro urbano.

A institucionalização de uma nova visão sobre o planejamento das cidades serviu de estímulo para o surgimento de experiências urbanas relevantes. De fato, diversas ações foram implementadas nos últimos, com destaque para as intervenções realizadas para recepção dos jogos do Mundial da FIFA

de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Muitos projetos estão rodeados de dúvidas, seja por questões administrativas (mal-uso dos recursos públicos, corrupção e *déficits* estruturais da gestão), técnicas (projetos inadequados, caros e inviáveis), ou ainda, de eficácia e efetividade das ações desenvolvidas (os projetos estão resolvendo os problemas identificados e gerando impactos positivos mais amplos?). No entanto, uma visão mais otimista vai dizer que, a despeito das justas críticas, estamos diante de uma oportunidade singular para transformar as cidades em espaços mais humanos, justos e afetivos. Mas, afinal, como superar os problemas apresentados para efetivar o conceito de mobilidade urbana sustentável no Brasil?

### **Urbanismo Tropical e a mobilidade afetiva: ressignificando a vida nas cidades do “Sul Global”**

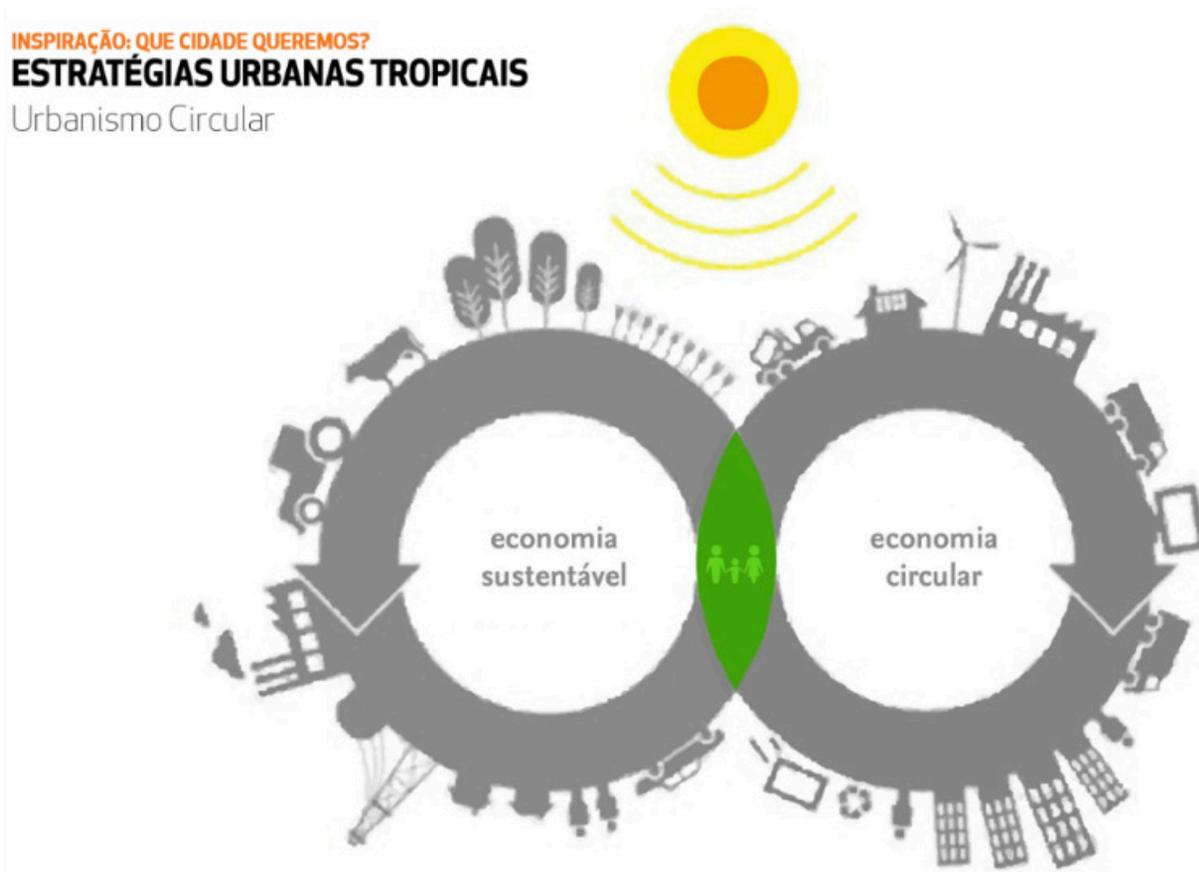
Um olhar retrospectivo mostra que a agenda de mobilidade urbana vem passando por um recente processo de transformação. Entretanto, em que pesem os avanços objetivos, as cidades brasileiras atuais não são pensadas para pessoas (Gehl, 2010). Para tentar avançar na reflexão sobre a efetivação dessa transformação urbana, propõe-se a construção de um novo conceito de mobilidade, pautado em um urbanismo adequado à realidade de países localizados no hemisfério sul. Essa proposta denominada “urbanismo tropical” busca construir uma nova forma de se conceber o planejamento, que dialogue com o

território em sua concepção mais abrangente, desde questões físicas às questões socioculturais.

Nessa nova proposta, a Cidade é pensada a partir de três variáveis: sua essência, sua identidade e seu território. A *essência* tem relação com a razão de existir da coletividade, o *ethos* da cidadania. A *identidade* está vinculada com a cultura construída ao longo da existência da cidade, crenças, valores e ideias compartilhadas entre os cidadãos e, por fim, a variável *território* está relacionada com fatores como clima, topografia, biomas etc. Pensar a cidade partir da articulação dessas três variáveis favorece a integração entre a economia da vida e a economia circular. Olhar para esses fatores remete a dimensão local, direcionando a proposta do Urbanismo tropical, sobretudo, para municípios com pequenas populações, uma vez que estes representam um espaço privilegiado para experiências que articulam as variáveis apresentadas, facilmente conectadas em espaços de menor complexidade urbana. Contudo, essa proposta pode ser expandida para as cidades de todos os portes, inclusive megacidades, que congregam uma “constelação de pequenas cidades” dentro de seus extensos territórios. Em que pese as diferenças de escala, a ideia comum é criar conexões entre a vida dos indivíduos (interesses, valores, crenças, tradições, cultura) e o espaço onde as dinâmicas sociais ocorrem (o território, sua essência e identidade) de forma a promover benefícios coletivos, maximizando o bem-estar social de forma economicamente sustentável e ecológica.

A cidade construída a partir dessa proposta considera dimensões mais amplas e profundas da sociedade, criando uma sinergia benéfica entre a vida individual e a vida coletiva. A mobilidade urbana, nesse contexto do urbanismo tropical, passa a ser concebida como uma “mobilidade afetiva”: uma vez que a cidade articula sua essência, identidade e território, os deslocamentos funcionais passam a ser significados como viagens prazerosas, onde o indivíduo interage com o trajeto, se inserindo de forma integral ao meio ecossistema urbano.

Figura 1 – Estratégias urbanas tropicais



Fonte: Ecor Global (2018).

Ambos os conceitos apresentados, urbanismo tropical e a mobilidade afetiva, vêm sendo desenvolvidos de forma pioneira pela TcUrbes. Experiências recentes mostram como é possível aproveitar o cenário institucional atual para avançar nesse sentido. Adiante, discutiremos os possíveis cami-

nhos da instrumentalização desses conceitos, partindo de uma análise das oportunidades da cidade, sobretudo no que diz respeito à construção de um cenário de ciclomobilidade urbana pautado na mobilidade afetiva.

## Reflexão pedagógica para construir uma cidade mais humana

Essa seção tem como objetivo principal apresentar uma orientação geral para se pensar o desenvolvimento urbano de Chapecó na perspectiva do urbanismo tropical, focalizando na proposta de construção de um sistema de mobilidade urbana que valoriza a dimensão afetiva.

## Métodos e ferramentas de planejamento

O urbanismo tropical agrega distintos conceitos importantes. Parte das ideias avança em pontos centrais da mobilidade urbana sustentável ao inserir a ideia de afetividade como fator importante para a construção de uma cidade mais humana. Essa ideia está fortemente conectada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Infográfico 2 – Os 5 “Ps” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: United Nations Development Programme.

A ideia de estabelecer metas “guarda-chuva” se mostrou favorável na medida em que envolveu uma constelação de atores globais, de distintos matizes, de tomadores de decisão a populações demandantes, gerando soluções adequadas que promoveram resultados mensuráveis. Os ODS deram continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Inicialmente estabelecidos em 2000, incluíam oito objetivos de combate à pobreza a ser alcançados até o final de 2015. Resultados importantes foram obtidos no que diz respeito à redução da pobreza e aumento do IDH.

Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável são sintetizados em cinco eixos gerais que orientam a construção de ações: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias e Paz. Todas as dimensões estão articuladas; para erradicar a pobreza e garantir a dignidade e igualdade humana. Para tanto, é preciso promover a prosperidade social de forma ecológica, consciente com a resiliência do espaço natural, por meio de parcerias entre os mais diversos atores envolvidos nos temas, garantindo e respeito às diferenças, justiça e paz social. A abordagem da mobilidade afetiva parte dessas orientações gerais para propor novas soluções urbanas.

Apesar da sofisticação retórica, colocar esses princípios em prática pode representar um grande desafio para as cidades. Nesse sentido, a metodologia de trabalho desenvolvida pela TcUrbes busca contemplar os cinco Ps da ONU no desenvolvimento de seus projetos urbanísticos por meio da estruturação das ações em quatro momentos-chave: Imersão, Levantamento, Pesquisa e Projeto. Os trabalhos iniciam-se com a imersão da equipe no local do projeto, independente da sua escala. Durante o Levantamento, são identificados os primeiros pontos do diagnóstico e sua relação morfo-

lógico-social, ou seja, a relação do meio ambiente, clima, relevo e vegetação com o meio urbano e a interação da sociedade com eles. Posteriormente, é elaborada uma pesquisa sobre a situação do local em questão, etapa na qual são possíveis formas de participação popular; só então é elaborado o projeto, buscando integrar necessidades sociais, ambientais e técnicas.

### ***Mapeamento do cenário: consideração sobre o planejamento urbano em Chapecó e as perspectivas de mobilidade afetiva***

Com aproximadamente 213 mil habitantes, Chapecó é uma das cidades de médio porte mais importantes do Brasil. Sua pujança econômica, estimulada, sobretudo, pela indústria de proteína animal, é tão surpreendente quanto sua trajetória recente. Foi fundada no começo do século passado por imigrantes italianos, que de forma inovadora, construíram a cidade a partir de um desenho urbano futurista (Onghero et al., 2017). A cidade possui uma essência organizacional que vem resistindo aos anos, e que se traduziu em uma identidade compartilhada pela coletividade, a partir das relações com o território.

Em termos de planejamento urbano, a cidade possui diversos dispositivos institucionais estabelecidos, como secretarias exclusivas, plano diretor (legislando sobre área e/ou zona especial de interesse social, perímetro urbano, parcelamento do solo), plano de mobilidade urbana (IBGE, 2015) e um projeto de sistema cicloviário. Apesar dos avanços, a cidade ainda reúne esforços para construir um cenário de mobilidade urbana mais

sustentável, democrático e humano. Após a aprovação do Plano Diretor em 2014, formulou-se o Plano de Mobilidade Urbana em 2015, abrindo uma singular janela de oportunidades para discussões sobre a mobilidade ativa.

A aprovação do Projeto de Lei n. 138, no final de 2015, que dispõe sobre o sistema cicloviário do município de Chapecó criou grandes expectativas no que diz respeito à construção de um sistema de mobilidade urbana sustentável de abordagem “afetiva”. O conteúdo da lei expande as possibilidades ao prever a criação de ciclofaixas, ciclovias e faixas compartilhadas, bicicletários e paraciclos; articulação de rotas estratégicas para os ciclistas; instalação de sinalização horizontal e vertical e a promoção de atividades educativas (ACIC, 2016).

Apesar dos avanços normativos produzidos por um amplo conjunto de atores – poder público, iniciativa privada e da sociedade civil – e das características territoriais, essenciais e identitárias favoráveis, a cidade ainda não começou a pôr em marcha esse sistema ambicioso de ciclomobilidade. Até agora, apenas uma ciclovia foi implementada, além do fechamento de algumas ruas nos arredores da Arena Condá, aos domingos. Ainda que essas iniciativas estejam adequadas de forma ampla à construção de um sistema de mobilidade mais humano, é preciso avançar. A criação de uma base institucional, política e social forte é essencial para a construção de soluções alinhadas aos conceitos apresentados. Agora, o ponto fulcral reside na necessidade de ocupar os espaços institucionais com projetos coerentes e inovadores.

### ***Insinuações: perspectivas e possibilidades da mobilidade afetiva em Chapecó***

*Num dia normal, Ricardo sai da cama às 7 horas. Acorda a filha, Lorena, 3, (que já pedala) e, juntos, praticam ioga. Depois, seguem na mesma bicicleta até a escolinha dela. Pai e filha vão cantando pelo caminho. Ele anda devagar, enquanto ela se diverte com o movimento das pessoas, os passarinhos, o barulho da rua. O percurso é feito boa parte numa ciclovia. Leva 15 minutos. Tempo suficiente pra relembrar Ricardo que está no caminho certo.<sup>3</sup>*

O relato anterior apresenta características da mobilidade afetiva. Um trajeto repleto de significados, possibilitado, por um lado, pela existência de condições estruturais, e por outro, de uma significação da relação entre a vida (em sentido pleno), as necessidades sociais e a relação com o meio ambiente. A cidade onde se passa esse relato é contraintuitiva: a megalópole São Paulo. Uma vez que é possível recriar as relações de mobilidade em espaços dentro dessa urbanidade caótica, por que não crer que é possível construir um cenário que possibilite amplamente uma mobilidade afetiva em Chapecó?

3 Trecho de reportagem “Persona: Caminho certo”. Entrevista com Ricardo Correa da Silva por Luiza Karam. In: **Revista da FAAP**. Disponível em: <<http://revista.faap.br/caminho-certo-arquiteto-ricardo-correa-bicicleta-transformacao-social/>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

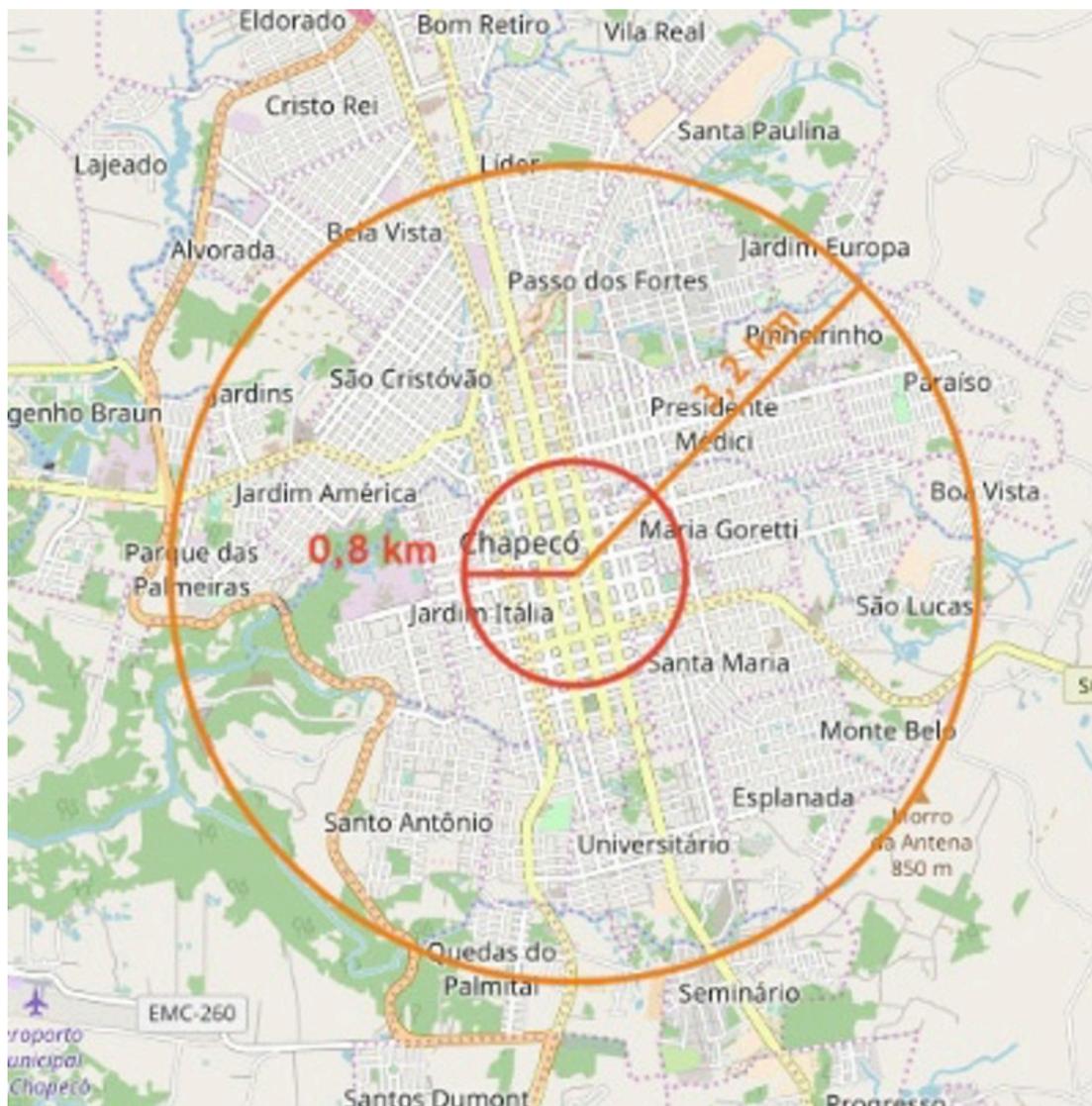
A cidade já possui as bases necessárias para promover as condições objetivas da mobilidade afetiva. Desenvolveu recentemente instrumentos institucionais para promover essa agenda: secretarias específicas para questões de desenvolvimento urbano<sup>4</sup> e mobilidade<sup>5</sup>; plano diretor, plano de mobilidade urbana e lei que estabelece o sistema cicloviário aprovado. Em termos de redes de políticas públicas, pode-se dizer que existe uma relação produtiva entre comércio, indústria, setor público e a sociedade civil no que diz respeito à questão cicloviária (ACIC, 2017). Em termos territoriais, as dimensões da cidade mostram que é possível cruzar a cidade em bicicleta em aproximadamente em 30 minutos, percorrendo menos de 10 km; o que significa dizer, *grosso modo*, que das margens do perímetro urbano até o centro, leva-se aproximadamente 15 minutos de bicicleta.

---

4 Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. Disponível em: <[info.chapeco.sc.gov.br/sedur](http://info.chapeco.sc.gov.br/sedur)>. Acesso em: 2 jun. 2018.

5 Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade – SEDEMOB. Disponível em: <<http://info.chapeco.sc.gov.br/se-demob>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

Figura 2 – Perímetro urbano 8 km – Viagens pedaláveis



Fonte: Elaborado pela TcUrbes.

Existem justificativas de sobra para se investir em soluções de mobilidade ativa com vistas a promover a mobilidade afetiva. A melhora nas condições dos deslocamentos a pé e em bicicleta pode reduzir no curto e médio prazo a demanda por transporte coletivo, reduzir a acidentalidade no trânsito e os níveis de congestionamento. Tornar a cidade “ciclável e caminhável” passa por construir um sistema que articule as zonas econômicas e residenciais da cidade. Nesse sentido, é essencial que se promova a construção de um sistema cicloviário<sup>6</sup> amplo, que contenha vias permanentes e um sistema de compartilhamento de bicicletas.

A melhora na qualidade dos deslocamentos pendulares, alinhada a uma estratégia de educação urbana, pode favorecer a construção de uma cultura cidadã em torno da mobilidade afetiva. Nesse sentido, faz-se necessário pensar ações de educação no trânsito que conscientizem a população sobre as potencialidades do uso da bicicleta, além de orientar sobre direitos e deveres no trânsito.

Essa confluência entre ações na camada objetiva e subjetiva devem levar em consideração as variáveis destacadas no urbanismo tropical: essência, identidade e território. É preciso levar em conta a história da cidade, sua trajetória urbana, os diversos segmentos sociais que a habitam, os centros dinâmicos da economia local, as caracte-

rísticas socioculturais e questões territoriais de ordem morfológica. É preciso aproveitar o espírito de união cívica e respeito coletivo que é marca do povo catarinense, como demonstrou a cidade de Chapecó recentemente, seja pela atividade econômica destacada, seja pelo envolvimento dos cidadãos com a equipe de futebol Chapecoense, e, mais do que isso, com seu território histórico, para promover uma cidade que sirva de exemplo para as demais cidades de porte médio no Brasil<sup>7</sup>.

---

6 Segundo Sérgio Bianco (2003), um sistema cicloviário é composto, em geral, de formas de circulação – ciclofaixas, ciclovias, circulação compartilhada e ciclorredes; formas de estacionamento – bicicletários (longa permanência) e paraciclos (curta permanência); formas de sinalização – horizontais, verticais e semaforicas; e formas de comunicação social – para usuários e não usuários.

---

7 Cidades entre cem e trezentos mil habitantes.

## Referências

- ACIC – Associação Comercial e Industrial de Chapecó. **Pequenas ações, grandes impactos**. 2016. Disponível em: <<https://acichapeco.com.br/noticias/pequenas-aco-es-grandes-impactos>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- BIANCO, S. O papel da bicicleta para a mobilidade urbana e a inclusão social. **Revista dos Transportes Públicos**, São Paulo, ano 25, 3. trim. 2003.
- BONDUKI, N. Política urbana e a reforma no Estado: da redemocratização aos novos desafios no século XXI. **Simetria**, São Paulo, v. 3, p. 41-52, 2017.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. v. II. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GOMIDE, A. A. **Agenda governamental e o processo de políticas públicas**: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, 1334).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa de Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC**. 2015. Disponível em: <[https://munic.ibge.gov.br/ver\\_tema.php?posicao=2&UF=42&municipio=4204202&periodo=2015](https://munic.ibge.gov.br/ver_tema.php?posicao=2&UF=42&municipio=4204202&periodo=2015)>. Acesso em: 30 maio 2017.
- ITDP Brasil – Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **Guia de Planejamento Cicloinclusivo**. 2017. Disponível em: <<http://itdpbrasil.org.br/guia-cicloinclusivo/>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.
- LEITE, C. K. S.; CRUZ, M. F.; ROSIN, L. B. Difusão da política cicloviária no município de São Paulo: resistências, apoios e o papel da mídia. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 52, p. 244-263, 2018.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do Pensamento Único**: desmachando consensos. São Paulo: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília: IPEA, 2006. (Políticas Sociais – acompanhamento e análise, n. 12).

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ONGHERO, A. L. et al. Nos primeiros tempos... cotidiano dos colonizadores em Chapecó. In: CARBONERA, M.; ONGHERO, A. L.; RENK, A.; SALINI, A. M. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 17 Objetivos para transformar nosso mundo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ROLNIK, R.; KLINTOWITZ, D. Mobilidade na cidade de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 89-108, 2011.

ROMERO, M. A. B. Frentes do Urbano para a Construção de Indicadores de Sustentabilidade Intra Urbana. **Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo da FAU-UnB**, Brasília, ano 6, n. 4, p. 47-62, nov. 2007.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

SILVA, G. J. A.; ROMERO, M. A. B. O urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI (parte 01). **Arquitextos**, São Paulo, v. 128, p. 01-25, 2011.

SILVA, R. C. **A bicicleta no planejamento urbano**. Situação e perspectiva da inserção da bicicleta no planejamento de mobilidade em São Paulo e no Brasil. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SWAAN, A. de. **In Care of the State**. Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era. Cambridge: Polity Press, 1988.

# Paisagens e antigos povoadores do Alto Rio Uruguai

---

Mirian Carbonera

André Luiz Onghero

Gisele Leite de Lima

Ivan Luís Kirchner Eidt

Aline Bertoncello

Vanessa Quintana

Daniel Loponte

## Introdução

A história do povoamento humano em Chapecó e região é muito anterior à criação política e administrativa do município no ano de 1917. Para entender como era esse passado mais distante e recuar no tempo, recorreremos aos vestígios arqueológicos, remanescentes materiais que foram

produzidos por grupos humanos antigos e que sobreviveram a ação do tempo. As pesquisas arqueológicas na região datam de meados do século XX e tem revelado que o rio Uruguai foi uma via importante de povoamento e mobilidade, já que em suas margens foram registrados dezenas de sítios

arqueológicos, alguns como veremos, com idades bastante recuadas. A pré-história regional é marcada por dois momentos: um mais antigo, caracterizado por ocupações com grupos de caçadores-coletores; outro mais recente, com início por volta de dois mil anos atrás, marcado pela presença de populações agricultoras e que, em termos tecnológicos, apresentam importantes inovações como a produção de materiais cerâmicos e de artefatos líticos polidos.

As primeiras ondas populacionais que adentraram no oeste catarinense coincidem com o período de povoamento inicial da América do Sul e se constituiu de grupos não muito numerosos de caçadores-coletores nômades, possivelmente com laços de parentesco. Esses movimentos populacionais tiveram início há mais de 12 mil anos atrás, quando o clima era mais frio e as florestas menos densas. Ao longo dos milênios, esses grupos tiveram mudanças culturais e alguns aspectos da vida dessas sociedades podem ser conhecidas por meio dos materiais preservados nos sítios arqueológicos.

Por volta de dois mil anos atrás, o clima já era muito semelhante ao que conhecemos hoje e, naquele momento, novas ondas populacionais chegaram à região. Eram sociedades que já praticavam a agricultura, tinham uma tecnologia diferenciada dos grupos anteriores e faziam usos diferenciados do ambiente. Para mais bem compreender como viviam as sociedades humanas no passado, vamos apresentar também como eram as paisagens antigas e como estas foram se transformando ao longo dos milênios. Já que as condições ambientais foram importantes para que as sociedades humanas ocupassem determinados territórios e não outros, como demonstram as evidências paleoam-

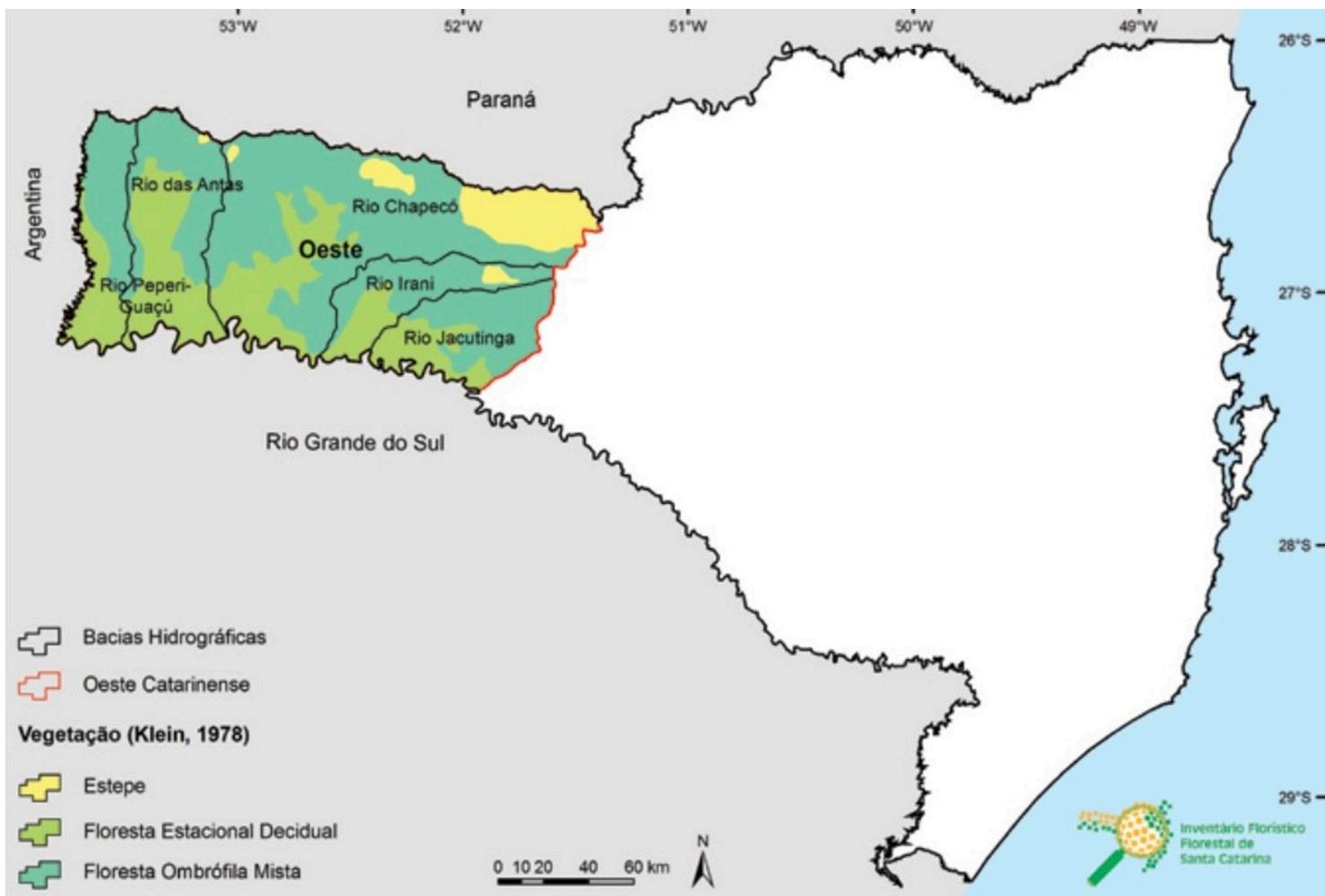
bientais que contribuem para entender como eram esses cenários. Pela importância que tem para a memória de nosso país, os vestígios arqueológicos são parte do patrimônio brasileiro e protegidos por leis federais, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse capítulo apresenta de forma breve as relações entre o homem e o meio natural, e aspectos culturais a partir de uma perspectiva regional, já que para os povos do passado os limites territoriais que conhecemos hoje não existiam.

## Cenários e paisagens do povoamento

Para fins deste trabalho estamos considerando a divisão do estado de Santa Catarina em distintas unidades de relevo realizada por Peluso Junior (1986). Desta maneira, o território catarinense está dividido em duas grandes áreas: 1) Planalto e 2) Litoral e Encostas. O Planalto foi dividido por sua vez em: 1) Planalto da Bacia do Rio Uruguai e 2) Planalto da Bacia do Rio Iguaçu. Dada a extensão do Planalto da Bacia do Rio Uruguai, este foi dividido em três subáreas, sendo: 1) Planalto Oriental, 2) Planalto do Meio-Oeste e 3) Planalto do Oeste (Figura 1). Aqui será descrita a paisagem atual do Planalto do Oeste que abrange todo o território do município de Chapecó até 1953, ano da sua primeira fragmentação.

Figura 1 – Extensão territorial do oeste catarinense que coincide com a área ocupado pelo Planalto do Oeste, descrito por Peluso Junior (1986)



Fonte: Sevegnani, Laps e Schroeder (2013).

## A paisagem hoje

O Planalto do Oeste está assentado, segundo Scheibe (1986), sobre rochas da Formação Serra Geral, caracterizadas por rochas magmáticas provenientes de derrames de lavas básicas, intermediárias e ácidas relacionados ao intenso vulcanismo fissural ocorrido no período Mesozoico durante a ruptura do Gondwana. Para Milani e colaboradores (2007), essa formação litoestratigráfica constitui ampla província magmática compondo a maior manifestação ígnea não oceânica durante o Fanerozoico e uma importante contribuição à geração da crosta continental do planeta.

A Geomorfologia do Planalto Oeste está fortemente ligada à Geologia da área e caracteriza-se em suas áreas mais elevadas, por relevo de topo aplainado e vales suaves pouco encaixados. Já nas zonas periféricas em direção ao Vale do Rio Uruguai e afluentes, os vales tornam-se encaixados e profundos em forma de “V”, uma vez que a região compreende a zona de transição do Planalto para o Vale do Rio Uruguai, conforme ressaltado por Peluso Júnior (1986). Bhering e colaboradores (1998) caracterizam os solos regionais em solos argilosos avermelhados, arroxeados ou brunados, variando localmente em sua textura com alto teor de Óxido de Ferro.

Os solos derivados das rochas magmáticas que suportam o Planalto do Oeste pertencem majoritariamente às ordens Cambissolos Húmicos ou Cambissolos Háplicos e Latossolos Brunos ou Latossolos Vermelhos (Rocha, 2016).

Pandolfo e colaboradores (2002), no Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina, partindo da classificação climática de Köppen, definem o clima atual do Planalto Oeste como sendo do tipo C, ou seja, clima temperado chuvoso e moderadamente

quente, sendo que nas partes mais elevadas classificado como Cfa, úmido em todas as estações, com verão quente ocorrendo nas áreas mais próximas ao Vale do Rio Uruguai, e Cfb, úmido em todas as estações com verão moderadamente quente ocorrendo nas partes mais altas desse planalto.

Como resultado desse clima, o Planalto do Oeste apresenta fitofisionomia nativa composta pelas seguintes formações vegetais, segundo Klein (1978):

- Floresta com Araucária (ou Mata Preta) (Figura 2a), que cobre grande parte do Planalto do Oeste e tem como espécie predominante em seu estrato emergente a *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze e em seu sub-bosque espécies da família Lauraceae;
- Campos do Planalto (Figura 2b), que interrompem nas áreas mais altas do planalto a Floresta com Araucária constituem ambientes abertos com cobertura vegetal de pastos baixos ou gramíneas. Nessas formações predominam as famílias Asteraceae, Poaceae, Fabaceae, Cyperaceae e Verbenaceae;
- Floresta Subtropical do Rio Uruguai (Mata Branca) (Figura 2c), que ocorre ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, composta por bosques fechados onde a luz não alcança o solo e onde não se desenvolve *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze;
- Floresta de Faxinais (Figura 2d), que consiste de uma subdivisão da Floresta com Araucária no Planalto do Oeste e se diferencia desta por possuir indivíduos mais baixos de *Araucaria angustifolia* (Bert.) Ktze e submata formadas por espécies das famílias Aquifoliaceae e Myrtaceae, entremeadas por densos taquarais e carazais.

Figura 2 – a) Floresta com Araucária; b) Campos do Planalto; c) Floresta Subtropical do Rio Uruguai; d) Floresta de Faxinais



Fonte: Sevegnani, Laps e Schroeder (2013).

## A paisagem no passado

Estudos de reconstituição ambiental no Planalto Oeste são recentes, uma vez que todas as pesquisas para compreender como era a paisagem do estado de Santa Catarina estavam concentrados nas áreas do Litoral e Encostas (Jeske-Pieruschka; Pillar; Oliveira; Behling, 2012; Behling, 1995; Oliveira; Pessenda; Behling; Lima, 2010). Recentemente, pesquisas científicas<sup>1</sup> têm levantado e apresentado informações paleoclimáticas, baseadas em estudos palinológicos<sup>2</sup> indicando importantes variações nos padrões climáticos a partir de 22.600 anos AP (Eidt; Lima; Carbonera; Loponte, 2019).

Eidt, Lima, Carbonera e Loponte (2019) analisam um testemunho sedimentar coletado no interior da Floresta Nacional de Chapecó e observam que entre 22.690 ± 80 até 5.950 ± 30 anos AP a paisagem dessa área era dominada por Campos, com destaque para as famílias Poaceae, Asteraceae e Cyperaceae. Conforme descrito no item anterior, esses Campos estão atualmente confinados a algumas manchas nas áreas mais altas do Planalto do Oeste. A Floresta com Araucária que já estava presente desde os últimos 22.700 anos AP na área estudada, confinada nos vales (locais mais

protegidos e úmidos) inicia sua franca expansão a partir de 5.600 anos AP. Neste período, tanto os Campos, quanto a floresta se tornam mais biodiversos. A Floresta com Araucária em expansão é dominada pelas espécies *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, *Ilex paraguariensis* A. St. Hill e pelas famílias Myrtaceae e Arecaceae, pela epífita *Microgramma* C. Presl. e por samambaias da família Cyatheaceae, segundo o registro sedimentar estudado.

Como veremos adiante, na região do Vale do Rio Uruguai os primeiros indícios de povoamento humano ocorrem há, pelo menos, 12.000 anos AP. Nesse sentido, no período de entrada dessas populações a região se encontrava imersa em um panorama vegetal campestre com manchas isoladas de florestas, podendo ser a paisagem caracterizada como um mosaico campo/floresta. Essa paisagem fitogeográfica sofreu alterações com avanços e recuos da floresta sobre o campo a medida que o clima local variava em resposta ao final da última glaciação ocorrida em torno de 12.000 anos AP. O ambiente que os primeiros grupos humanos encontraram possuía temperaturas e umidade mais baixas que as atuais, como sugere a ocorrência dos Campos nesse período. Os Campos dominavam o cenário ambiental, sendo que as faixas contínuas de florestas estavam estabelecidas somente nos vales encaixados dos rios, como no caso do Uruguai, criando corredores de mata circundadas por campos nas áreas mais elevadas, onde, de forma esparsa, algumas tipologias vegetais típicas da Floresta com Araucária resistiram à glaciação que nesse momento se findava.

Avançando no tempo, em direção ao presente, o aumento dos grãos de pólen e esporos de táxons florestais passam a indicar aumento na umidade e

1 Essas pesquisas têm sido realizadas na Floresta Nacional de Chapecó, Estação Ecológica da Mata Preta e Parque Nacional das Araucárias e são fruto do esforço conjunto entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

2 A palinologia é o estudo dos grãos de pólen, esporos e outros materiais biológicos que podem ser estudados por meio de técnicas palinológicas (Punt et al., 2007) sendo denominados pelo termo geral de palinomorfos (Salgado-Laboriau, 2007).

na temperatura. As oscilações dos grupos vegetacionais observados por Eidt, Lima, Carbonera e Loponte (2019), não parecem ser mais tão intensas e o clima aparenta ter se estabilizado com uma leve e contínua progressão para temperaturas e umidade próximas às configurações atuais. Lentamente os Campos foram sendo quase substituídos pelas formações florestais que podem ser observadas atualmente nessas áreas. Os dados apontam, ainda, que em meados do século passado a presença antrópica é marcada pelo registro do gênero exótico *Pinus*, que foi introduzido na Floresta Nacional de Chapecó na década de 1950 (Eidt; Lima; Carbonera; Loponte, 2019; Eidt; Lima; Carbonera; Loponte, 2019; ICMBio, 2013).

### **Pequenos vestígios que contam grandes histórias: as sociedades antigas na longa duração**

As populações humanas que adentraram no continente americano se espalharam com sucesso, cresceram e se diversificaram culturalmente a partir de um processo dinâmico, afirmam Dillehay, Calderón, Politis e Beltrão (1992). Muito esforço tem sido investido tentando determinar a origem das culturas do Pleistoceno tardio nas Américas, buscando respostas sobre o período das migrações, continuidade cultural e descontinuidade de certos traços, e na qualidade e validade dos primeiros registros arqueológicos (Dillehay; Calderón; Politis; Beltrão, 1992).

Os primeiros povoadores estavam organizados em pequenos grupos nômades, muito possivelmente com laços de parentesco e que se mudavam com frequência, na busca de alimentos, especialmente de caça, podendo reocupar o mesmo local várias vezes. Os grupos do final do Pleistoceno caçavam animais da megafauna, mas também animais de pequeno porte. Para tanto, produziam ferramentas a partir do lascamento de pedras ou de ossos. A produção de artefatos implica em conhecimento acumulado, em pensamento reflexivo. Por exemplo, pensar no tipo de artefato desejado e qual a melhor matéria-prima para sua confecção. Dentre suas produções, estão artefatos bifaciais, ou seja, com as duas faces trabalhadas e unifaciais, com apenas uma face trabalhada.

No Sul do Brasil, os sítios arqueológicos referentes ao povoamento inicial, são principalmente do tipo céu-aberto e localizam-se às margens de grandes rios, como o Uruguai, mas também ocorrem em grutas, estas últimas mais conhecidas no Rio Grande do Sul. No alto Uruguai, a cronologia do povoamento chega a pelo menos 12 mil anos, com grupos adaptados ao ambiente de campos e clima mais frio, esses grupos apresentaram mudanças culturais ao longo do tempo, como atesta a variabilidade dos instrumentos líticos produzidos (ver Caldarelli, 2010; Lordeau et al., 2016).

Um tipo de produção material que caracteriza as primeiras ondas de ocupação sul-americanas são as pontas rabo de peixe (ou pontas Fell), as peças encontradas em contexto são datadas entre 13.000 e 11.500 anos radiocarbônicos. No oeste catarinense, são conhecidos três exemplares, uma proveniente de Chapecó, encontrada na margem direita do rio Irani, uma de Itapiranga e outra de Mondaí, todas coletadas por moradores, o que im-

possibilita ter informações mais detalhadas (Loponte; Carbonera; Silvestre, 2015; Loponte; Okumura; Carbonera, 2016). A ponta encontrada na costa do rio Irani pesa apenas 6,5 gramas, seu comprimento é de 38,38 mm, a sua largura máxima é de 20,98 mm junto à união da haste, a espessura é de 6,91

mm e a lâmina tem 17,43 mm de comprimento; foi confeccionada em calcedônia avermelhada de excelente qualidade (Figura 3). A haste é maior do que a lâmina, já que apresenta 20,95 mm, o que sugere que a peça foi submetida a um processo de reamolagem (Loponte; Carbonera; Silvestre, 2015).

Figura 3 – Ponta de estilo rabo de peixe, encontrada na margem direita do rio Irani



Fonte: Loponte, Carbonera e Silvestre (2015).

As ocupações posteriores de caçadores-coletores produziam outros tipos de pontas de projétil e foram denominadas pelos arqueólogos como Tradição Umbu. A região da Volta Grande do rio Uruguai, que compreende os municípios de Palmitos e Águas de Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, apresenta sítios dessas sociedades antigas, os sítios ACH-LP-01, ACH-LP-03, ALP-AA-03, ACH-LP-07, RS-URG-01 e Ilha Redonda 1, revelam ocupações entre 12.000 e 9.000 anos cal. AP (Hoeltz; Brüggemann, 2011; Lourdeau et al., 2016; Carbonera; Lourdeau; Santos, 2018; Santos, 2018). Mais a montante, no município de Itá, o sítio Otto Aigner 1 alcançou uma antiguidade de 9.000 anos cal. AP, e representa um ou vários momentos de ocupação. Os instrumentos produzidos foram confeccionados com matérias-primas locais e, em geral, apresentam baixo índice de retoque, sendo possível observar ao menos três tipos morfológicos distintos de pontas de projétil (Carbonera, 2014; Loponte; Carbonera, 2018).

Dentro desse contexto, cabe ressaltar o setor 1 do sítio ACH-LP-07, marcado por pelo menos 3 níveis de ocupação antiga. Conforme Lourdeau e colaboradores (2016, p. 239), o conjunto do nível II do Holoceno antigo, “[...] datado entre 10.500 e 9.500 anos atrás e caracterizado pela debitagem laminar, entre outras produções, é conhecido nos outros sítios desse período.” Esse nível, de acordo com os autores, parece corresponder a uma ocupação consolidada na área por um ou vários grupos com identidade marcada localmente (Figura 4). Já o nível III, deste sítio, apresenta uma data de aproximadamente 12.000 anos, até o momento a ocupação mais antiga conhecida para o estado de

Santa Catarina, e um dos mais antigos do sul do Brasil (Carbonera; Lourdeau; Santos, 2019).

Este sítio é importante para a pré-história regional, já que vem sendo estudado através de um projeto de longa duração que tem possibilitado entender de forma detalhada a variabilidade das ocupações antigas. Os dados levantados indicam que não eram culturas homogêneas ao longo do tempo, mas, pelo contrário, evidencia a dinâmica dessas sociedades ao longo dos milênios. Ainda há muito por saber, já que quanto mais recuado o período, menos vestígios são encontrados. A arqueologia produz uma história fragmentada, já que dificilmente será possível reconstituir de forma completa os modos de vida dessas populações. Esses povos estavam ocupando as margens do rio Uruguai e explorando o ambiente de diferentes formas para sua reprodução social, tecnológica e simbólica.

Figura 4 – Artefato laminar escavado no setor 1, do sítio ACH-LP-07



Fonte: Carbonera, Lourdeau e Santos (2018).

Outro grupo de caçadores-coletores que esteve presente ao longo do Holoceno é conhecido por um artefato lítico muito característico, os “bumerangues”, instrumento bifacial curvo (que apresenta os dois lados lascados). Foram descritos inicialmente na província de Misiones (Argentina) por

Menghin (1955/1956) e classificados como “Tradição Altoaranaense”, mais tarde foram encontrados também em regiões próximas do Sul do Brasil e foram classificados como “Tradição Humaitá”. Os principais sítios conhecidos e datados no rio Uruguai, são: o sítio SC-U-6 na cidade de Itapiranga

e SC-U-53 situado em Mondai, que datam entre 9.600 e 8.000 cal. AP (Rohr, 1966, 1984). Menghin (1955/1956) considerou que estes instrumentos representam sociedades pré-agrícolas da região, no entanto, segundo ele, foram utilizados também durante o Holoceno médio e tardio, inclusive por grupos agricultores, conhecidos historicamente como Kaingang. Sobre essa tradição arqueológica ainda se tem poucas informações, sendo necessárias novas escavações estratigráficas, que poderão contribuir para essa problemática.

Há aproximadamente 2.000 anos a região começou a ser ocupada por grupos que além da caça e da pesca desenvolveram uma agricultura de pequena escala. São os antepassados dos grupos Kaingang e Xokleng, agrupados dentro da família linguística Jê, que provavelmente migraram de setores mais setentrionais e povoaram boa parte do atual território de Santa Catarina e áreas próximas. Com estes grupos aparece a cerâmica na região, sendo constituída, em geral, por recipientes pequenos de cores avermelhadas e escuras que eram utilizadas para cozinhar, armazenar e transportar alimentos (Figura 5). O principal cultivo agrícola destes grupos provavelmente era o milho, e possivelmente feijão e abóboras. Seus vestígios estão associados principalmente a uma arquitetura complexa, tais como estruturas subterrâneas, montículos e estruturas anelares com montículos centrais. As estruturas anelares representam a arquitetura funerária e consistem de montículos centrais onde os mortos eram depositados cremados/incinerados, no entorno destes construía-se círculos maiores que eram uma depressão ou uma elevação de terra, os tamanhos podiam variar en-

tre poucos metros até mais de cem metros. Esses grupos também construía as estruturas subterrâneas, depressões no terreno com tamanhos variados que eram utilizadas tanto para moradia quanto para estocagem de alimentos. Na região oeste não são encontradas estruturas anelares e há poucas pesquisas em estruturas subterrâneas, os vestígios desses grupos constituem-se em sua maioria de sítios a céu-aberto, com material lítico e cerâmico, como os encontrados por Becker e Schmitz (1970); Carbonera (2014); Carbonera, Loponte e Silvestre (2015); Caldarelli e Herberts (2005); De Masi e Artusi (1985). Lino (2009, 2015) estudou sítios arqueológicos dessa unidade no município de Chapecó, nas proximidades do rio Irani, dentre eles destacam-se: LT-RB-I, LT-RB-II, LT-RB III, LT-RB IV, LT-RB V, LT-RB VI, LT-RB VII e LT-RB VIII. Os sítios são lito-cerâmicos, líticos e também de estruturas subterrâneas, neles foram encontrados artefatos líticos, fragmentos de vasilhas cerâmicas e carvões. O autor descreve também que os sítios se encontravam bastante alterados devido às atividades agrícolas e fatores erosivos. O estudo desses sítios arqueológicos trouxe novas luzes para o entendimento da ocupação humana pré-histórica do território onde hoje encontra-se o município de Chapecó, entretanto, a continuidade dos estudos certamente irá contribuir para melhorar nosso conhecimento sobre essas sociedades e seus modos de vida.

Figura 5 – Cerâmicas dos grupos guarani (parte superior a, b, c, d, e, f)  
e Jê (parte inferior a, b, c, d, e)



Fonte: Acervo Ceom/Unochapecó.

Por volta de 1.000 anos atrás novas ondas populacionais passam a ocupar as paisagens da região, especialmente nas margens do rio Uruguai. Estes novos grupos são horticultores de origem amazônica incluídos dentro da família linguística Tupi-guarani que se moviam através da mata branca que já estava estabelecida na região tal como a conhecemos atualmente.

A maior densidade dos sítios arqueológicos destes grupos está localizada, sobretudo, em áreas relativamente planas ou encostas suaves, nas desembocaduras de afluentes ou nas proximidades das corredeiras do rio Uruguai. As principais evidências desse povoamento constituem-se de sítios a céu-aberto com presença de manchas e/ou camadas de terra preta, estruturas de fogueira e sepultamentos em urnas cerâmicas, vestígios de fauna, conchas, adornos, instrumentos líticos e, principalmente, pela cerâmica. Eram sociedades complexas, hierarquizadas, sedentarizadas, com o domínio de técnicas agrícolas. O material cerâmico apresenta formatos, tamanhos, acabamentos e funções variadas. Quanto aos artefatos líticos, destacam-se os machados polidos, mão de pilão, lascas, batedores, raspadores, calibradores, entre outros, produzidos com matérias-primas locais (Figura 3, parte superior).

Conforme Schmitz (2011), era frequente enterrar os corpos com os braços e as pernas dobradas dentro de um vasilhame cerâmico suficientemente grande para acomodar o corpo e imprestável para outras funções. Podia ocorrer também o enterro no solo, e depois os ossos serem depositados na urna cerâmica que era tampada com outro vaso, ou também o sepultamento direto no solo. Na região do alto rio Uruguai esses sítios vêm sendo pesquisados desde meados do século passado por dife-

rentes pesquisadores, tais como Caldarelli (2010); Carbonera e colaboradores (2018); De Masi (2012); Goulart (1981); Lino (2015); Müller e Souza (2011); Oliveira (2011); Rohr (1966; 1984); Schmitz (1957; 2011); Schmitz e Ferrasso (2011).

Poucos sítios foram estudados em detalhe no território que corresponde ao atual município de Chapecó, um deles é o sítio SC UU – 11 Francisco Vailones (cadastro IPHAN 225), situado na linha Cachoeira-Beira Rio, a 80 metros do rio Uruguai. Escavado por Goulart (1981), apresentava duas manchas pretas, 6.168 fragmentos cerâmicos, 199 objetos líticos e material conchífero. De Masi (2012) escavou outros quatro sítios guarani registrados como: SC-CH-119, SC-CH-148, SC-CH-158, SC-CH-197, todos localizados nas proximidades do rio Uruguai em áreas atingidas pelo reservatório da UHE Foz do Chapecó. Os sítios SC-CH-119, SC-CH-158, SC-CH-197 foram datados e têm idades entre 240 e 530 anos antes do presente, neles foram encontrados materiais cerâmicos, líticos, adornos, além de vestígios de fauna. No sítio SC-CH-148 foi registrada uma estrutura funerária muito mal preservada, junto à deposição foi encontrado um tembetá de quartzo como parte da mobília funerária (De Masi, 2012).

## Importância do Patrimônio Arqueológico

A Carta de Lausanne – carta patrimonial assinada na convenção do International Committee of Monuments and Sites (ICOMOS) da UNESCO em 1990 – com recomendações e diretrizes para preservação e gestão do patrimônio define patrimônio arqueológi-

co como “[...] todos os vestígios da existência humana, não importando quais sejam eles, que podem ser encontrados na superfície, no subsolo ou sob as águas.” (ICOMOS/ICAHM, 1990, p. 2).

Em nível nacional, o patrimônio arqueológico é reconhecido enquanto parte do patrimônio cultural brasileiro pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e refere-se aos “[...] bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.” De acordo com Mourão (2007), estabelecendo, assim, relação entre identidade, memória e a formação da sociedade brasileira.

A relação dos sujeitos com o patrimônio passa por várias esferas, com diferentes atribuições de valor, tais como formação de identidades nacionais, relações de ideologia e poder, exploração econômica do passado e demarcação de territórios. Entretanto, é a proteção legal a maior responsável por essa preservação através de um arcabouço jurídico constituído de uma série de leis, decretos e normativas, brevemente apresentados aqui.

Desde a primeira metade do século XX, a legislação prevê a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através do Decreto Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. É do mesmo ano ainda a criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que viria anos mais tarde a se tornar o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O *status* de bens patrimoniais da União só viria com a Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. E é apenas no início do século XXI que o Decreto n. 6.844, de 7 de maio de 2009, cria o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), responsável entre outras ações pela elaboração de políticas e estratégias para a gestão do patrimônio arqueológico.

Um dos instrumentos de proteção legal do patrimônio arqueológico é o processo de tombamento, uma ação de classificação sob a tutela do Estado de um bem com o intuito de impedir sua destruição, tendo sido instituído pelo Decreto-lei n. 25, de 1937 (Santiago, 2005).

Entre os bens tombados no estado de Santa Catarina pelo IPHAN estão a Ilha do Campeche, tombada em 1998, que possui a maior concentração de oficinas líticas e inscrições rupestres do litoral brasileiro (IPHAN, 2019); e a Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, tombada em 1986, reunida pelo padre jesuíta e professor homônimo durante suas pesquisas por diversas regiões do estado e salvaguardada pelo Colégio Catarinense em Florianópolis.

Embora a legislação nacional garanta a preservação do patrimônio, percebe-se uma problemática relacionada à falta de sentimento de pertencimento e conexão das comunidades com o patrimônio arqueológico. A relação entre patrimônio arqueológico e a população brasileira atual não ocorre pela ancestralidade direta, o que dificulta o entendimento da necessidade de preservação por parte da sociedade. De acordo com Azevedo Netto (2008), uma vez que a ancestralidade genética ou cultural está perdida ou diluída no tempo, o que resta é a ancestralidade espacial, que se incumbe de conferir o vínculo da população atual com o patrimônio. Em algumas regiões, como no caso do oeste catarinense, a relação entre os bens arqueológicos e a sociedade é bastante problemática ainda mais acentuada e delicada, tendo em vista os conflitos por terras envolvendo agricultores e indígenas, e por conta desses conflitos muitos sítios arqueológicos vêm sendo destruídos.

Para Oliveira (2011), é natural que os grupos sociais se identifiquem com bens que tenham sig-

nificados diretos para a sua comunidade. Porém, não significa que estes bens não possam ser reconhecidos e valorizados pela população em geral. O patrimônio arqueológico não é de propriedade de indivíduos ou nações, mas sim herança de toda a humanidade e dos grupos humanos.

No caso do Brasil, é perceptível que a legalidade trouxe avanços no sentido da preservação e valorização do patrimônio arqueológico. Cabe ressaltar que, além da legislação citada, existem decretos e portarias específicas que garantem o estudo do patrimônio arqueológico em projetos de grande impacto ambiental. Ainda assim, a sensibilização e a conscientização sobre o valor histórico e a importância destes bens não deixa de ser necessária.

## Considerações finais

Neste capítulo apresentamos que a antiguidade da presença humana na região recua pelo menos 11 milênios e que diferentes grupos ocuparam esse espaço ao longo do tempo. Enfatizamos também que as paisagens e o clima encontrado pelos antigos povoadores eram muito diferentes do que conhecemos hoje.

Procuramos mostrar que as pesquisas arqueológicas têm estabelecido um panorama sobre a cronologia e os aspectos culturais a partir do estudo da cultura material, mas que essa história é feita com fragmentos que se preservaram e, por isso, é uma história que está constantemente sendo elaborada. Carbonera, Onghero e Lino (2017) afirmam que a ocupação antiga de Chapecó está inserida ao alto Uruguai e, de forma mais ampla, ao povoamento da

Bacia do Prata, e que somente por meio da arqueologia pode-se obter informações sobre essas antigas sociedades. Os vestígios deixados contribuem para a compreensão de panoramas muito mais amplos do que as histórias de municípios ou localidades, já que estas definições são relativamente recentes.

Para alcançarmos o passado profundo, a arqueologia trabalha de forma interdisciplinar com diferentes ciências. Assim, neste capítulo relacionamos os dados arqueológicos com a palinologia, a fim de evidenciar a reconstituição paleoambiental que contribui para entendermos os cenários encontrados e explorados por esses antigos seres humanos. No decorrer dos milênios tanto as paisagens quanto as sociedades se diversificaram. Ao longo do Holoceno os Campos foram diminuindo progressivamente e a Floresta foi ganhando espaço, especialmente no Holoceno Tardio, novos grupos foram se estabelecendo na região, com culturas e conhecimentos diferentes e outras formas de se relacionar com o ambiente. A leitura através de um olhar arqueológico e interdisciplinar da sucessão de transformações nas paisagens possibilita compreender a formação do espaço no qual vivemos hoje.

Dentro desse espectro, cabe ainda considerar que os bens de natureza arqueológica fazem parte do patrimônio brasileiro, através deles é possível acessarmos o passado mais distante das sociedades humanas e também do ambiente. Dada a herança colonial, muitas comunidades da região têm dificuldade de reconhecer o valor desse passado, assim sendo, o patrimônio arqueológico desempenha um papel fundamental na busca pela noção de pertencimento, identidade e da percepção da diversidade cultural.

## Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), do Termo de Ajustamento de Conduta sob o número SEI/IPHAN 0462925, do Edital Elisabete Anderle 2017 e da Rede de Pesquisa “Variações composicionais da vegetação

em função de mudanças ambientais naturais e induzidas: estratigrafia, palinologia e sistemas de informação geográfica em áreas de campos sulinos, cerrados e caatinga” (CNPq/563307/2010-2; FAPESC 1193/2011).

## Referências

AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do Patrimônio Arqueológico: reflexões através do registro e transferência de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.

BECKER, Í. I. B.; SCHMITZ, P. I. Uma cerâmica de tipo Eldoradense: fase Itapiranga. In: **Estudos de Pré-história geral e brasileira**. São Paulo: IPH; USP, 1970.

BEHLING, H. Investigation into the Late Pleistocene and Holocene history of vegetation and climate in Santa Catarina (Brazil). **Vegetation History and Archaeobotany**, n. 4, p. 127-152, 1995.

BHERING, S. B. et al. **Base de informações georreferenciada de solos**: metodologia e guia básico do aplicativo SigSolos, versão 1.0. Rio de Janeiro: Embrapa, 1998.

CALDARELLI, S. B. **Arqueologia preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS**: Relatório Final. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica, 2010.

\_\_\_\_\_; HERBERTS, A. L. A contribuição das pesquisas no AHE Quebra-Queixo à problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no extremo-oeste catarinense e à arqueologia Kaingang. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). Casas subterrâneas. COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS, 1., Santa Maria, 2005. **Anais...** Santa Maria: Pallotti, 2005.

CARBONERA, M. **A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC**: contatos culturais na Volta do Uvá. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_ et al. Estudo de uma deposição funerária pré-colonial Guarani do Alto Rio Uruguai, SC: escavação e obtenção dos dados dos perfis funerário e biológico. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**, Belém, v. 13, n. 3, p. 625-644, 2018.

\_\_\_\_\_; ONGHERO, A. L. O passado pré-colonial de Porto Novo. In: FRANZEN, D. O.; MAYER, L. (Org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. LINO, J. T. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA, M.; ONGHERO, A. L.; RENK, A.; SALINI, A. M. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

\_\_\_\_\_; LOURDEAU, A.; SANTOS, M. P. **Relatório Parcial 4 – Missão franco-brasileira Povoamentos pré-históricos do alto rio Uruguai** (POPARU). Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Relatório Parcial 5 – Missão franco-brasileira Povoamentos pré-históricos do alto rio Uruguai** (POPARU). Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, 2019.

DE MASI, M. A. N. **Relatório Projeto de Salvamento Arqueológico UHE Foz do Chapecó** (Reservatório). Florianópolis, 2012.

\_\_\_\_\_; ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da tradição planáltica. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 40, p. 99-121, 1985.

DILLEHAY, T. D.; CALDERÓN, G. A.; POLITIS, G.; BELTRÃO, M. da C. de M. C. Earliest Hunters and Gatherers of South America. **Journal of World Prehistory**, v. 6, n. 2, p. 145-204, 1992.

EIDT, I. L. K.; LIMA, G. L. de; CARBONERA, M.; LOPONTE, D. **Palynology of an alluvial deposit in western Santa Catarina, Brazil**. 2019. No prelo.

GOULART, M. **Projeto Arqueológico Uruguai**: levantamento e escavação de sítios arqueológicos no município de Chapecó/SC. Florianópolis: UFSC, 1981. (Relatório).

HOELTZ, S. E.; BRÜGGEMANN, A. A. As indústrias líticas na área da UHE Foz do Chapecó, oeste catarinense: antiguidade, estratégia tecnológica e variabilidade. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo**. Floresta Nacional de Chapecó, Santa Catarina. Palmas, 2013.

ICOMOS/ICAHM. **Carta para proteção e a gestão do Patrimônio Arqueológico** – Carta de Lausanne. Lausanne: ICOMOS/ICAHM, 1990.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN**. 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 1 set. 2019.

JESKE-PIERUSCHKA, V.; PILLAR, V. de; OLIVEIRA, M.; BEHLING, H. New insights into vegetation, climate and fire history of southern Brazil revealed by a 40.000-year environmental record from the State Park Serra do Tabuleiro. **Vegetation History and Archaeobotany**, v. 22, p. 299-314, 2012.

KLEIN, R. M. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. In: REIT, R. (Ed.). **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LIMA, G. L. **Estratigrafia e palinologia e depósitos turfosos e alúvio coluviais quaternários no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e Planalto de São Bento do Sul, Santa Catarina**. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LINO, J. T. **Arqueologia Preventiva da Linha de Transmissão 69 KV PCH Rodeio Bonito – Chapecó I**. Içara: Arqueosul, 2009. (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D.; ZARTH, P. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

\_\_\_\_\_; BRUHNS, K. Os arqueólogos e os índios... vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 25, p. 99-121, 2011.

LOPONTE, D.; CARBONERA, D.; SILVESTRE, R. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. **Archaeological Discovery**, v. 3, n. 3, p. 1-19, 2015.

LOPONTE, D.; CARBONERA, M. El sitio arqueológico Otto Aigner 1. Una ocupación del Holoceno temprano en el Alto río Uruguay. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL EL HOMBRE TEMPRANO EN AMÉRICA: LA GENTE Y SUS LUGARES, Comunicação oral n. 9, Necochea, nov. 2018. **Anais...** Necochea, 2018.

LOPONTE, D.; OKUMURA, M.; CARBONERA, M. New records of fishtail projectile points from Brazil and its implications for its peopling. **Journal of Lithic Studies**, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2016.

LOURDEAU, A. et al. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 45, p. 220-242, 2016.

LOURDEAU, A.; HOELTZ, S.; VIANA, S. A. Early Holocene blade technology in southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 35, p. 190-201, 2014.

MILANI, J. E. et al. Bacia do Paraná. **Boletim de Geociências da Petrobrás**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 265-287, 2007.

MENGHIN, O. El poblamiento prehistórico de Misiones. **Anales de Arqueología y Etnología**, v. XII. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1957.

\_\_\_\_\_. O altoparanaense. **Ampurias**, Barcelona, v. 17-18, p. 171-200, 1955/1956.

MOURÃO, H. A. **Patrimônio Arqueológico**: um bem difuso. Subsídios do direito ambiental brasileiro à participação das associações civis a promoção e proteção do patrimônio arqueológico. 2007. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MÜLLER, L. M.; SOUZA, S. M. de. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

OLIVEIRA, C. A. P. **Educação patrimonial no Iphan**. 2011. 131 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, K. Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC). In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

OLIVEIRA, M. A. T.; PESSENDA, L. C. R.; BEHLING, H.; LIMA, G. L. Registro de mudanças ambientais pleistocênicas e holocênicas em depósitos de cabeceiras de vale: Campo Alegre, Planalto Norte Catarinense (SC). **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 36, p. 474-487, 2006.

PANDOLFO, C. et al. **Atlas climatológico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. (CD-Rom).

PELUSO JÚNIOR, V. O relevo do território catarinense. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 7-69, 1986.

PUNT, W.; HOEN, P. P.; BLACKMORE, S. B.; NILSSON, S.; THOMAS, A. L. Glossary of pollen and spore terminology. **Review of Palaeobotany and Palynology**, n. 143, p. 1-81, 2007.

ROHR, J. A. A pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. **Dédalo**, São Paulo, n. 17/18, p. 49-65, 1973.

\_\_\_\_\_. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 15, p. 21-60, 1966.

\_\_\_\_\_. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, Florianópolis, v. 16, n. 17, p. 77-168, 1984.

SANTIAGO, D. G. **A Proteção do Patrimônio Arqueológico**: motivações, critério e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. 2005. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, I. de O. (Org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina**: diversidade da natureza: fascículo 2. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/atlas-geografico-de-santa-catarina/fasciculo>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SALGADO-LABORIAU, M. L. **Critérios e técnicas para o Quaternário**. São Paulo: Edgard Blücher, 2007.

SANTOS, M. C. P. **Geoarqueologia da área da Volta Grande do Alto Rio Uruguai, Sul do Brasil**: morfoestratigrafia, geocronologia e sequência arqueológica da Foz do rio Chapecó. 2018. 444 f. Dissertação (Doutorado em Quaternário e Pré-História) – Universidade de Ferrara, Ferrara-Itália, 2018.

SCHEIBE, L. F. A Geologia do Estado de Santa Catarina. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 1986.

SCHMITZ, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

\_\_\_\_\_. Um paradeiro Guarani no Alto Uruguai. **Pesquisas, Antropologia**, Porto Alegre, n. 1, p. 122-142, 1957.

\_\_\_\_\_; FERRASSO, S. Caça, pesca e coleta de uma aldeia Guarani. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

SEVEGNANI, L.; LAPS, R. R.; SCHROEDER, E. O Oeste. In: SEVEGNANI, L.; SCHROEDER, E. (Org.). **Biodiversidade catarinense**: características, potencialidades, ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013.

# Sobre os autores

---

## **Andre Luiz Carrilho Nucci (Org.)**

Doutorado interrompido pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC) (2014-2019). Mestre em Engenharia Civil pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Maria (PPGEC/UFSM) (2009-2011), na área de concentração em Construção Civil e Preservação Ambiental e linha de pesquisa em Conforto Ambiental. Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (CAU/UFSM) (2004-2008). Atua como coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (2016 - atual) e Docente Titular B (2009 - atual) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Pesquisadora e vice-líder do Cithá – Grupo de Pesquisa em Cidades Inteligentes, Tecnologia e Habitação.

## **Miguel Teixeira Gomes Pacheco (Org.)**

Doutor em Engenharia Civil (UFSC, 2013) na área de eficiência energética. Mestrado em Engenharia Civil (UFSC, 2006) na área de gerenciamento de obra. Graduação em Arquitetura (Universidade Lusíada, 1998). Trabalhou nas áreas de arquitetura hospitalar e educativa. Membro da equipe do Laboratório de Eficiência Energética em Edificações entre 2007 e 2008, trabalhou no Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de

Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos, tendo redigido as primeiras versões do manual da regulamentação. Entre 2008 a 2012 fez parte da equipe do Consórcio Brasil – equipe formada pela associação da UFMG, UFRJ, UFRGS, UFSC, Unicamp e USP para concorrerem à competição de alunos Solar Decathlon Europe, trabalhando na coordenação e simulação de desempenho termoenergético. Em 2013, foi membro do CB3E – Centro Brasileiro de Eficiência Energética em Edificações, pesquisando edifícios de energia zero dentro do núcleo de inovação do Trabalho I (Atualização e melhorias nos regulamentos técnicos da qualidade para o nível de eficiência energética de edificações).

### **Aline Bertoncello**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Educadora patrimonial do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

### **Ana Carolina Pas Dalmás**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Membro do grupo de pesquisa Cidade: Cultura, Urbanização e Desenvolvimento.

### **Ana Laura Vianna Villela**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, em 1995; especialização em Patrimônio e Preservação de Artefatos pela Universidade Federal de Pelotas, em 1997; mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-PROPUR), em 2000; especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), em 2013; doutora em Arquitetura (Dinter UFFS-PROARQ/UFRJ), em 2019. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unochapecó; líder do Grupo de Pesquisa Cidade: cultura, urbanização e desenvolvimento, o qual envolve pesquisadores da geografia, sociologia e economia que têm Chapecó e região como área de estudo e pesquisadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e do Grupo Qualidade do Lugar e Paisagem/UFRJ.

### **André Luiz Onghero**

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Historiador do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

## Arlene Renk

Docente da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Atua nos Programas de Ciências Ambientais e de Direito. A região, em seus múltiplos aspectos, é tema de seus estudos.

## Daniel Loponte

Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de La Plata e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas – Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latinoamericano da Argentina.

## Diego Capandeguy

Arquiteto e urbanista uruguaio, divide a sua atividade entre a docência e o projeto. Professor da Universidade da República em Montevideú, no Uruguai, e autor de diversos livros e artigos na área do Urbanismo. Diretor da empresa Sprechmann & Capandeguy Arquitectos Asociados, firma especializada em urbanismo com obras na Argentina, Uruguai e Paraguai.

## Flávio de Lemos Carsalade

Arquiteto pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1979; mestre em Arquitetura pela UFSM, em 1997; doutor em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia, em 2007. Professor da Escola de Arquitetura da UFMG, desde 1982, onde também exerceu a diretoria (2008-2012) e a vice-diretoria (1989/1991) e onde exerce várias atividades de pesquisa e extensão. Presidente do Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/MG (1996/1997 e 1998/1999). Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG (1999 a 2002). Secretário Municipal de Administração Regional Pampulha, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2003 a 2007). Professor visitante na “Universidad Politécnica de Madrid” (Madrid/Espanha), na “University of Washington” (Seattle/USA) e na Hochschule Ostwestfalen-Lippe University of Applied Sciences/Detmolder Schule für Architektur und Innerarchitektur (Detmold/Alemanha). Conselheiro em várias instituições, destacando-se na UFMG, o Conselho da Editora UFMG e Conselho Curador da FUNDEP e, fora dela, no Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte e do Conselho Curador do IPHAN. Profissional de arquitetura e urbanismo, tendo realizado mais de 300 projetos nessas áreas em várias partes do Brasil, Autor dos livros *A Pedra e o Tempo*, *Arquitetura: Interfaces e Pampulha*, além de capítulos em vários outros livros e vários artigos em revistas especializadas e periódicos nacionais e estrangeiros. Várias vezes premiado em concursos diversos. Atualmente, é diretor da Editora UFMG e vice-presidente do ICOMOS Brasil.

## **Gisele Leite de Lima**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó.

## **Isadora Zanella Zardo**

Arquiteta e urbanista pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Ex-presidente do Centro Acadêmico do curso na gestão 2016/2018. Mobilidade Acadêmica na Universidade Rovira i Virgili em Reus na Espanha entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018. Voluntária nos grupos de pesquisa PIACE: Projeto Integrado no Ambiente Construído e Energia; e no Cidade: cultura, urbanização e desenvolvimento. Voluntaria na organização de educação intercultural mundial AFS.

## **Ivan Luís Kirchner Eidt**

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Professor da rede pública de Educação.

## **Katiane Laura Balzan**

Doutorado interrompido pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC)(2014 - 2019). Mestre em Engenharia Civil pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Maria (PPGEC/UFSM) (2009 - 2011), na área de concentração em Construção Civil e Preservação Ambiental e linha de pesquisa em Conforto Ambiental. Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (CAU/UFSM) (2004-2008). Atua como coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (2016 - atual) e Docente Titular B (2009 - atual) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Pesquisadora e vice-líder do Cithá - Grupo de Pesquisa em Cidades Inteligentes, Tecnologia e Habitação.

## **Lucas Bravo Rosin**

Mestre em Ciências (Área de concentração: Análise de Políticas Públicas) pelo programa de mestrado acadêmico em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). É Graduado en Dirección y Gestión Pública pela Facultad de Ciencias Sociales y de

la Comunicación de la Univesidad de Vigo (España) e Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Desenvolve análises sobre formação de agendas, formulação e difusão de políticas públicas, com foco na agenda de mobilidade urbana em bicicleta na América Latina.

## **Maryon Brotto Rosado**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Participou do Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB) e atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Cidade: Cultura, Urbanização e Desenvolvimento, onde desenvolve pesquisas com ênfase em geoprocessamento, planejamento urbano e regional e cidades inteligentes. No Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Chapecó é membro da comissão de políticas públicas. Possui interesse em sociologia urbana, história da arte e fenomenologia na arquitetura.

## **Mirian Carbonera**

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

## **Ricardo Corrêa**

Sócio-fundador e Diretor da TcUrbes. Arquiteto e urbanista pela FAAP. No biênio 2003-2004, foi eleito conselheiro jovem para o Orçamento Participativo de São Paulo. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela FAU-USP e cursou MBA em Gestão Estratégica pela FEA-USP. É coautor do livro *A Bicicleta e as Cidades*, e autor do livro *A bicicleta no planejamento urbano*.

## **Silvana Winckler**

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas; mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; doutora em Direito pela Universidad de Barcelona. Docente dos programas de pós-graduação em Direito e Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

## **Vanessa Quintana**

Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires (UNICEN). Técnica em arqueologia do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

## **Vera Regina Tângari**

Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e lotada no Departamento de Projetos de Arquitetura e docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Metodista Bennett (1981), Mestrado em Urban Planning, com concentração em Urban Design, pela University of Michigan (1983) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2000). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Paisagismo e Desenho Urbano. Atua principalmente nos seguintes temas: paisagem, morfologia urbana, desenho urbano. Coordena projetos de pesquisa: Arquitetura da Paisagem e Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro, vinculado ao Grupo de Pesquisa do CNPq Qualidade do Lugar e Paisagem, do qual é vice-líder. Participa também do Grupo de Pesquisa do CNPq: Ensino de Arquitetura. Pesquisadora associada ao Center of Sustainable Urban Development-CSUD da Columbia University. Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura-PROARQ da UFRJ (períodos 2010-2011 e 2012-2013) e atual coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio do PROARQ-UFRJ (período 2017-2019). Bolsista Produtividade do CNPq (nível 2) e Cientista do Nosso Estado-CNE da FAPERJ.

Argos Editora da Unochapecó  
[www.unochapeco.edu.br/argos](http://www.unochapeco.edu.br/argos)  
[www.facebook.com/EditoraArgos](https://www.facebook.com/EditoraArgos)

Título: Memórias para o futuro

Organizadores: Miguel Pacheco e Andre Carrilho

Coleção: Perspectivas, n. 42

Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti Silveira

Assistente editorial: Caroline Kirschner

Assistente comercial: Luana Paula Biazus

Editor de textos: Carlos Pace Dori

Divulgação: Gabrieli Roberta Padilha

Distribuição e vendas: Luana Paula Biazus

Projeto gráfico: Caroline Kirschner

Capa: Caroline Kirschner

Diagramação: Caroline Kirschner

Preparação dos originais: Juliane Fernanda Kuhn de Castro

Revisão: Carlos Pace Dori e Juliane Fernanda Kuhn de Castro

Formato: PDF

Publicação: 2020

Em 2017, a cidade de Chapecó, no estado de Santa Catarina, no Brasil, comemorou o primeiro centenário da sua fundação. Nesse ano, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) organizou um ciclo de palestras designado “Memórias para o futuro”, com o modesto objetivo de pensar no futuro da cidade. As palestras eram estruturadas em três temas: identidade, infraestrutura e qualidade de vida. A partir deste conjunto de palestras, um livro foi sendo escrito. A produção do livro foi objeto de inúmeras vicissitudes editoriais: é basicamente um milagre, você, leitor, estar lendo estas palavras. Dentro desse longo processo de resiliência editorial, o livro evoluiu para uma organização em duas linhas narrativas: Futuro e Memórias. A linha do Futuro foi escrita por Flávio Carsalade, Diego Capandeguy e Ricardo Côrrea. Todos são autores de fora de Chapecó que não tinham conhecimento da cidade antes do convite. Eles foram chamados para trazer uma visão propositalmente de fora, cosmopolita e nova para cidade. A linha da Memória foi escrita por Ana Laura Vianna Villela, Arlene Renk e Mirian Carbonera. Todas são pessoas da região, professoras da Unochapecó e olham para o passado de Chapecó. Esta linha aborda o processo de urbanização, a história das etnogêneses e identidades, e os primeiros habitantes de Chapecó e da região do oeste catarinense.

